

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



***COMUNICAR PATRIMÓNIO EM INSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS
E CULTURAIS:***

***UMA PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE MEDIAÇÃO E
EDUCAÇÃO***

Ana Sofia dos Santos Correia Pagarim Nunes

Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



***COMUNICAR PATRIMÓNIO EM INSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS
E CULTURAIS:***

***UMA PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE MEDIAÇÃO E
EDUCAÇÃO***

Ana Sofia dos Santos Correia Pagarim Nunes

Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Fernando Jorge Grilo

Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro

2015

À minha Família:

Pai Tó Luís,

Mãe Isabel,

Mana Alexandra,

Avó Rita,

Namorado João.

Por tudo.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Fernando Grilo pelo Seminário Museu e Sociedade; porque foi aí que começou a orientação desta dissertação; por me ter feito aproveitar todo o *background* da minha formação inicial, a Educação de Infância, e ajudar-me a ir ao encontro daquilo que pretendo fazer profissionalmente daqui para a frente.

A todos os professores com os quais me cruzei na Faculdade de Letras pelas aprendizagens numa área que era, para mim, tão nova mas pela qual tinha gosto e uma curiosidade imensa: Professora Doutora Maria João Neto, Professora Doutora Clara Moura Soares, Professora Doutora Alcinda Pinheiro e Professor Miguel Cabral de Moncada.

Aos professores que me acolheram no 2º semestre deste ano letivo na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa durante a minha mobilidade nacional ao abrigo do Programa Almeida Garrett: Professora Graça Filipe, Professor António Camões Gouveia, Professora Doutora Raquel Pereira Henriques e Professor Carlos Vargas. Enriqueceram a minha formação académica e pessoal.

Aos amigos e colegas que, de alguma forma, ajudaram e apoiaram o desenvolvimento deste trabalho: Liliana, Andreia (a ajudar mesmo estando na Holanda!), Inês e Tânia.

A todos agradeço os seus contributos. A todos se deve o meu crescimento pessoal e académico e o desenvolvimento deste trabalho ao longo destes últimos dois anos.

Resumo

O usufruto do património com intenções educativas e com pressupostos pedagógicos é algo que, em Portugal, conta com umas oito décadas de existência, tendo vindo a tornar-se uma área profissional específica mais recentemente, por volta da década de 80¹ com a criação de legislação específica para museus.

Nestes termos torna-se cada vez mais importante refletir e estruturar a função educativa dessas instituições em geral, nomeadamente os museus, os teatros, os centros culturais, as bibliotecas, os monumentos visitáveis ou outras.²

Para isso é imprescindível que, quem desempenha essas funções, possua um perfil profissional e uma formação adequadas. Nesse sentido, e tendo como mote de lançamento a preocupação de como se deve comunicar património das instituições patrimoniais e culturais, pensou-se lançar essa mesma questão a quem desempenha funções nos chamados serviços educativos.

Sendo esse o objetivo desta dissertação, espera-se propor uma formação específica que abarque conhecimentos e proporcione o desenvolvimento de competências para quem trabalhe nos serviços de educação dentro dos variados contextos existentes, abrangendo museus, teatros, centros culturais, jardins botânicos, entre outros. Embora cada instituição tenha as suas particularidades e especificidades, a verdade é que são vários os denominadores comuns que as unem. É isso que é necessário e que se pretende aqui: união, consistência e formação especializada para os profissionais de educação e mediação nas instituições patrimoniais e culturais

Palavras-chave: património, educação, mediação, interpretação, serviço educativo.

¹ Decreto-lei n.º45/80. Ver Anexo 2 – Legislação consultada.

² Estas ideias são reforçadas por Eilean Hoper-Greenhill: “The need to consider what meaning visitors make of their museum experience comes from two different sources: one is the increasing importance of the educational role of museums; the other is the increasing pressure on museums to justify their existence” (Hoper-Greenhill 1998, 3)

Abstract

Using heritage with educational intentions and pedagogical assumptions is something that, in Portugal, has about eight decades old, becoming a specific professional area more recently, around the 80's with the creation of specific legislation to museums.

Accordingly, it becomes increasingly important to reflect and structure the educational function of these institutions in general, including museums, theaters, cultural centers, libraries, visitable monuments and others.

For this it is essential that, those who play these roles, have a professional profile and adequate training. In this sense, and with the launching motto the concern of how to communicate heritage of heritage and cultural institutions, it was thought to release this very question who performs functions in so-called educational services.

That is the objective of this dissertation, is expected to propose a specific training that encompasses knowledge and provide skills development for those working in education services within the various existing contexts, covering museums, theaters, cultural centers, botanical gardens, among others. Although each institution has its particularities and specificities, the truth is that there are several common denominators that unite them. That is what is needed and what is intended here: unity, consistency and specialized training for professional education and mediation in heritage and cultural institution.

Keywords: heritage, education, mediation, interpretation, educational services.

Índice

Introdução	12
-------------------	-----------

CAPÍTULO I – PATRIMÓNIO: INTERPRETAÇÃO, COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO

1.1. Como comunicar Património(s)?	16
---	-----------

1.2. Comunicação – mediação e interpretação: ferramentas pedagógicas ao serviço do património	19
--	-----------

1.3. Função educativa do património - contextualização histórica do caso português	24
---	-----------

1.4. O Serviço Educativo hoje: ao serviço do património e da cultura? - características, objetivos e funções	28
---	-----------

CAPÍTULO II – ESTUDO DE CASO

2.1. Os Profissionais dos Serviços Educativos - ponto de situação	31
2.2. Metodologia	38
2.3. Profissionais de Serviço Educativo – estudo de caso	41

CAPÍTULO III – PROPOSTA DE PERFIL DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO EDUCATIVO E DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

3.1. Em busca de um perfil profissional	52
3.2. Formação Especializada - tentativas anteriores	60
3.2.2. Proposta de Especialização em Educação e Mediação em Instituições Patrimoniais e Culturais – 2º ciclo	62
Considerações finais	78
Bibliografia	81

Anexo 1 – Questionários

Anexo 2 – Legislação consultada

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Nível etário dos participantes no estudo	41
Gráfico 2 – Género dos participantes no estudo	42
Gráfico 3 – Nível académico dos participantes no estudo	43
Gráfico 4 – Respostas à questão <i>considera relevante ter conhecimentos das políticas culturais exercidas em Portugal para o desempenho das suas funções?</i>	44
Gráfico 5 – Respostas à questão <i>seria importante, enquanto profissional de um Serviço Educativo (SE), ter o conhecimento de práticas realizadas noutros SE como teatros, bibliotecas, centros culturais entre outros?</i>	45
Gráfico 6 – Respostas à questão <i>no início das suas funções alguém o contextualizou à instituição?</i>	46
Gráfico 7 - Resposta à questão sobre <i>quem elabora as planificações/guiões do que é feito na instituição/instituições onde trabalha?</i>	48
Gráfico 8 – Respostas à pergunta <i>qual a terminologia que melhor se adequa à função</i>	49
Gráfico 9 – Respostas à questão <i>considera relevante ter conhecimentos das políticas culturais exercidas em Portugal para o desempenho das suas funções?</i>	50
Gráfico 10 – Respostas à questão <i>seria importante para a sua formação, enquanto profissional de Serviço Educativo (SE) ter o conhecimento de</i>	50

*práticas realizadas noutros SE como teatros, bibliotecas, centros culturais
entre outros?*

Índice de quadros

Quadro 1 – Listagem de instituições a envolver no estudo	38
Quadro 2 – Respostas à questão <i>que competências que devem fazer parte do perfil do profissional de Serviço Educativo?</i>	55

Lista de abreviaturas

INE - Instituto Nacional de Estatística

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

PAE - Plano de Ação Educativa

SE - Serviço Educativo

Introdução

A presente investigação procura compreender as potencialidades pedagógicas do património, como comunica-lo e que perfil e formação específica devem ter os profissionais que desempenham funções na área da educação e mediação em *instituições patrimoniais e culturais*.

Decidiu-se assumir este conceito (*instituições patrimoniais e culturais*) devido ao facto de se acreditar que além das instituições patrimoniais diretamente relacionadas com o património material, como os museus e os monumentos, também as instituições culturais não associadas diretamente ao património edificado ou imaterial como os teatros, as companhias de bailado, os centros culturais, entre outros, possuem de igual forma um património a ser comunicado, interpretado, mediado. Efetivamente, é referido no Artigo 2º da Lei de Bases do Património Cultural (2001) que “integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização” (Lei de Bases do Património Cultural, 2001³).

Considera-se neste trabalho que proteger e valorizar as mais variadas manifestações patrimoniais e culturais passa pela comunicação, interpretação, dinamização e mediação dos mesmos através de profissionais qualificados.

O conceito de *património* tem sofrido alterações ao longo dos tempos e por isso importa neste trabalho definir e distinguir dois tipos: o *património em geral* e o *património histórico*, frequentemente designado como *património cultural*. O *património em geral* reporta-se ao legado, à herança e à transmissão de algo de ascendentes a descendentes.

³ O mesmo Artigo 2º refere ainda que “integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa” (Lei de Bases do Património Cultural, 2001)

Françoise Choay, na sua obra intitulada *A alegoria do património*⁴ refere essa mesma conotação: “Património. Essa bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade muito estável, enrizada no espaço e no tempo” (Choay 2000, 11). Ou seja, o património é aquilo que a sociedade e o tempo histórico ditam, na medida em que ele “remete para uma instituição e para uma mentalidade” (Choay 2000, 11), pelo que podemos dizer que “cada época reflete parte de si própria, na forma como perspectiva e cuida do seu património” (Mendes 2013, 12).

No entanto, dá-se um ponto de viragem com o pós Segunda Guerra Mundial: a paisagem muda, as comunidades deparam-se com “fábricas desativadas; estações de caminhos-de-ferro abandonadas; zonas industriais semidesérticas; e complexos mineiros em aldeias fantasma” (Mendes 2013, 12). Com isto, nasce a necessidade de estudar e preservar essas memórias, recuperando os espaços, sendo esse o mote desde meados do século XX, em que a atuação de associações de defesa e estudo do *património cultural* proporcionam, quando possível, a reutilização das estruturas, tanto por motivos académicos e culturais como sociais e económicos.

Património é sinónimo de memória, de recordação. A intenção de edificar um monumento (património material, construído) é mais do que “homenagear ou perpetuar determinado evento ou personalidade, é manter viva, na memória das pessoas, aquilo que o referido monumento testemunha” (Mendes 2013, 15). No entanto existem outras formas de fazer prevalecer a memória, nomeadamente através de ações como é caso do património imaterial.

Se o património for pensado sob a perspectiva da experiência as suas utilizações serão deveras mais práticas. Da mesma forma que aprendemos com a experiência de alguém também é verdade que aprendemos com o património, através daquilo que conta, que transmite às gerações vindouras. Além de memória e recordação o património também é experiência; ele ensina que a Humanidade poderá ou não agir por certos caminhos. Não

⁴ Choay, Françoise. 2010. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

é, de todo, por acaso que os campos de concentração da Segunda Guerra Mundial continuam abertos para serem visitados. Em Portugal também se encontram vários exemplos, nomeadamente o da Corticeira Robinson⁵, que foi reabilitada e deu origem a uma Fundação e onde é possível visitar o espaço da antiga fábrica de cortiça, agora com funções culturais e educativas. O património tem esse valor e é, por si só, um valor. Tem o valor de proporcionar ensinamentos morais, estéticos, artísticos, pedagógicos, sociais, económicos, turísticos, entre tantos outros.

No entanto a questão mantém-se: como mobilizar esses valores? Como comunicá-los? Como tornar práticos e úteis esses saberes para as populações, independentemente das suas idades, interesses, necessidades educativas especiais, contextos?

Estas e outras questões não são de hoje. Como se irá verificar mais adiante, a preocupação de utilizar a arte e outras manifestações patrimoniais e culturais na educação e formação das populações remonta, no caso português, à década de 50, sendo que a grande explosão de departamentos de educação/serviços educativos sentiu-se sobretudo na década de 80, a par com o crescimento exponencial de entidades museológicas. A existência destes serviços é notória, não apenas pelo número crescente de entidades que o possuem, mas também devido ao trabalho de excelência que já se desenvolve em alguns locais. Importa assim compreender a história deste tipo de serviços, o que fazem, para quem e porquê, com que meios e linhas de ação. É interessante verificar que a expressão “serviço educativo” (SE) encontra-se no organigrama de instituições tão diferentes como teatros, museus, monumentos ou bibliotecas. Qual será o seu denominador comum? Quais as características de um serviço educativo e como deve ser estruturado?

De acordo com Teresa Duarte Martinho, apesar da mediação cultural possuir um historial mais antigo nos museus, esta é enquadrada maioritariamente nos serviços educativos e pode assumir diferentes modalidades, como visitas guiadas, ateliês, oficinas, cursos breves, *workshops* e outras (Martinho 2013, 422-444). Refere Pedro

⁵ Para mais informações consultar <http://www.fundacaorobinson.pt/>. Acesso em setembro 5, 2015.

Quintela que, atualmente vivemos “num contexto em que o poder público tende a desvincular-se do financiamento à cultura”, o que também tem proporcionado “o desenvolvimento dos chamados ‘serviços educativos’ e de novas estratégias de medição cultural em múltiplas instituições e equipamentos” (Quintela 2011).

Outra questão que despoletou particular interesse durante a pesquisa inicial para este trabalho foi a de perceber se existe formação superior específica para os profissionais que trabalham nessa área. Verificando a sua não existência rapidamente se tornou o objetivo deste trabalho criar uma proposta de formação para profissionais de educação e mediação em contextos de património, de cultura, bem como compreender qual deverá ser o perfil profissional para quem trabalha nesta área.

A pesquisa de informações acerca dos profissionais de serviço educativo iniciou-se com um processo de recolha de dados, de pesquisa documental, permitindo uma ampla visão do estado atual da questão, fornecendo uma imagem do contexto e da fundamentação teórica incidente nesta área de estudo. De seguida sentiu-se a necessidade de responder a perguntas simples como: Quem são essas pessoas? Qual a sua formação? Que dificuldades sentem? Assim, foi com a realização de questionários a colaboradores e coordenadores de serviço educativo (SE) que se procuraram obter as respostas necessárias à criação de um perfil profissional e ao traçar uma formação especializada que abranja as áreas de conhecimento necessárias a qualquer técnico de SE.

Tenciona-se que esta dissertação e o seu estudo de caso sejam uma contribuição para a construção de uma proposta de perfil profissional coeso, e que a grelha de formação proposta seja uma alavanca, no sentido de colmatar as lacunas verificadas e sentidas por quem trabalha “no terreno”.

CAPÍTULO I – PATRIMÓNIO: INTERPRETAÇÃO, COMUNICAÇÃO, MEDIAÇÃO, EDUCAÇÃO

1.1. Como comunicar Património(s)?

“O património representa, de facto, sempre algo que corresponde à criação cultural que recebemos das gerações que nos antecederam. Daí que o conceito dinâmico de património obrigue a ligar o elemento criador da cultura à transmissão de uma herança que dá sentido à memória, como algo partilhado e vivido pela sociedade e pelos cidadãos”. (Martins 2011, 31)

É com este pensamento de Guilherme Martins que se inicia a reflexão de partida desta dissertação. Pretende-se aqui assumir o património como um meio de coesão social, um promotor de cidadania, um instrumento de definição de identidade e consequentemente um motor da evolução cultural. Além de ser possível esta concretização pode-se até considerar que nos encontramos num país privilegiado para esses fins: Portugal é um país rico em História, Monumentos e Sítios, Castelos, Museus, Paisagens, Centros Culturais, Teatros, Bibliotecas, entre tantas outras formas de preservação e promoção de património espalhadas pelo nosso território.

Neste trabalho pretende-se reforçar e defender a importância do património e da cultura como sustentáculo civilizacional, quer à manutenção de uma certa memória histórica e social, quer à construção de determinados cânones de sociabilidade no espaço público. Tenciona-se, desta forma, desconstruir a ideia de que património e cultura são apenas um conjunto de atividades prescindíveis, e que não fazem parte dos pilares essenciais da nossa e de qualquer sociedade. Neste contexto compreende-se “a noção de que as instituições culturais são locais de emancipação da sociedade, fundadores de consciências críticas e agentes construtivos de mudanças nos vários campos do conhecimento e das expressões, constitui o fundamento que justifica a atualização da sua função educativa” (Barriga 2007, 43).

Assim sendo, importa aqui realçar o papel dos profissionais que desempenham as funções de comunicação, mediação, educação e interpretação em contextos patrimoniais e culturais: que formação têm ou deverão ter para o fazer? Deve ser realçada a sua importância na medida em que são eles o elo de ligação entre as memórias do passado e as vivências do presente. É do senso comum que aprendemos com o passado e aplicamos o conhecimento daí retirado no futuro; daí a importância do trabalho desenvolvido nestes contextos, pois também é através da sua existência que os lugares vão sendo preservados.

Neste âmbito, Anny da Silva Lima vai mais longe, valorizando que “a ação educativa é o ponto focal que potencializa este papel da instituição cultural” e sugere ainda o “desenvolvimento da pesquisa, mediação entre objetivos simbólicos e os diferentes públicos através da monitoria; ações de formação como cursos, palestras e encontros (...); criação de materiais facilitadores da relação entre os públicos e os conteúdos relacionados aos objetos e temas em questão e como interface com as diferentes áreas da instituição para facilitar a conceção de caráter educativo como uma preocupação institucional e não isolada (...)” (Lima 2002, 30-31).

Por outras palavras, a referida autora defende que nem deveriam existir departamentos específicos para a educação no património e na cultura, pois tratam-se de componentes que devem ser transversais e inatas em tudo aquilo que é planeado, devem estar presentes no dia-a-dia de toda a equipa.

É inegável que a educação e a cultura têm uma relação e que de certa forma dependem uma da outra, sobretudo se se pensar na dimensão educativa das instituições patrimoniais e culturais. De que forma é que o património e a cultura podem parte dos planos curriculares das escolas? Como promover a sua integração para que as demais populações tenham a oportunidade de se desenvolver de forma social, artística e cívica?

O cruzamento entre estes domínios (Educação, Património e Cultura) é algo complexo, por muito óbvia que possa parecer a relação entre si. A articulação entre educação, património e cultura deve contribuir para “a) a criação de políticas que visam o desenvolvimento mais amplo e completo dos cidadãos – integrando a educação artística

nos currículos do ensino regular; b) aproximar os bens e serviços da cultura dos quotidianos da população” (Gomes e Lourenço 2009, 69).

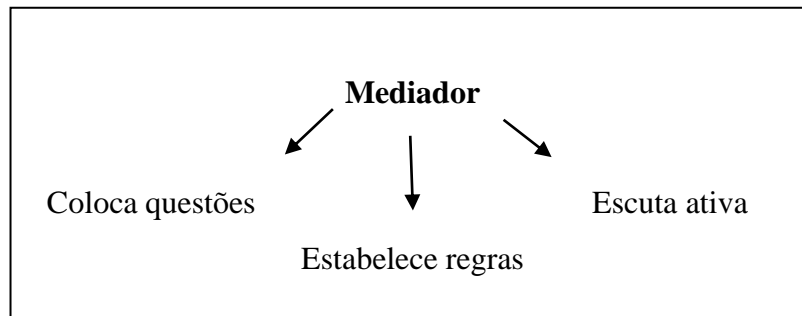
Não basta ter infraestruturas (equipamentos patrimoniais e culturais); é necessário programar conteúdos pedagogicamente pensados e fazê-los chegar às populações. Deste modo, e com a “necessidade de alargar, fidelizar e conquistar novos públicos, as políticas públicas têm atribuído um papel cada vez mais relevante à criação de serviços educativos (...) nos equipamentos culturais” (Gomes e Lourenço 2009, 91). De facto, sem as funções de comunicação e mediação, as instituições do património e da cultura perdem a sua razão de ser; é no cumprimento das funções social e educativa que se dá o verdadeiro significado àquilo que os equipamentos albergam. Esta mediação só é possível através dos profissionais que desempenham funções nesses serviços, são eles que abrem caminho para a construção de sentidos e significados por parte dos públicos.

1.2. Comunicação – mediação e interpretação: ferramentas pedagógicas ao serviço do Património

Para Raymond Montpetit, a mediação é a ação que designa a conciliação/ligação entre duas partes, ou seja, é na mediação que se criam pontes entre dois extremos. Tendo em conta os contextos patrimoniais e culturais pode-se entender que esses dois extremos são o público, aqueles que estão a observar, e o objeto observado, seja este um monumento, uma exposição ou mesmo uma peça de teatro. A ação mediadora aqui defendida baseia-se no estabelecer de ligações que antes não existiam entre os atores (as pessoas) e o terreno, e entre os atores em si. Essas ligações, sem o elemento catalisador (mediador), talvez nunca se estabelecessem, daí o seu papel fundamental.

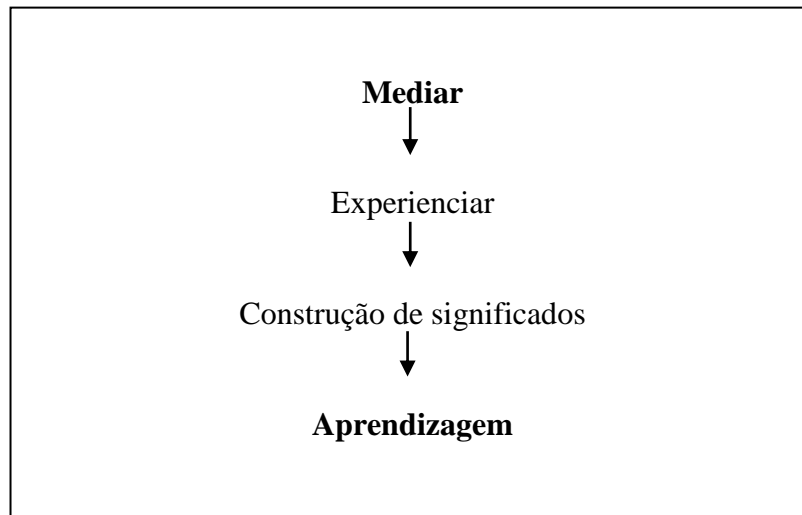
Público \leftrightarrow **Mediação / interseção** \leftrightarrow Objeto

Como sinónimo de mediação podemos destacar a palavra interseção. Etimologicamente, a palavra mediação remete-nos para uma ideia de posição mediana e que surge do intermediário de dois polos que distam entre si (Montpetit 2011). De forma a complementar esta ideia, recorreremos a Cardinet (1993). Para este autor “o mediador é uma terceira pessoa que permite colocar questões, pôr problemas, num clima de respeito a certas regras de comunicação, e que pela sua capacidade de ouvir, pelas questões que coloca, vai permitir que aconteça uma resposta satisfatória para todos”. Desta forma, o mediador é alguém que vai estabelecer a ligação entre os atores da ação no terreno, tendo essa mesma ação o objetivo de uma transformação. Assim se obterá a ligação entre as duas partes que se distanciam, o que apenas será possível através da comunicação, uma das características da mediação.

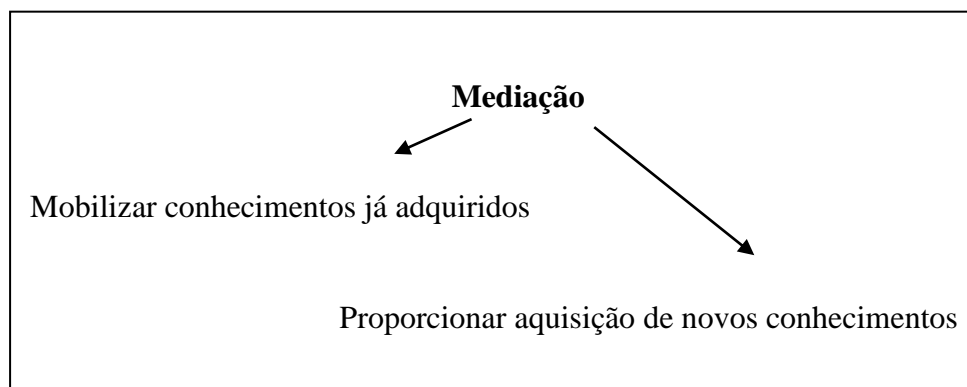


Termo de origem francófona, a mediação tem sido um termo bastante utilizado em museologia, ocupando um lugar entre aquele que visita e o que é visitado. O seu objetivo é provocar uma aproximação e uma apropriação de algo, na medida em que designa “essentiellement toute une gamme d’interventions menées en contexte muséal afin d’établir des ponts entre ce qui est exposé (le voir) et les significations que ces objets et sites peuvent revêtir (le savoir)” (Montpetit 2011, 215). De facto, no campo cultural dos nossos dias, “la médiation intervient pour analyser la «mise en public» des idées et des produits culturels – leur prise en charge médiatique – et décrere leur circulation dans l’espace social global” (Montpetit 2011, 215). Mediar implica colocar o visitante no centro de toda a ação para que este possa construir significados: “la médiation s’insère entre faits matériels et ordre symbolique, entre systèmes techniques et structures mentales” (Montpetit 2011, 221).

Não se pretende que mediar seja apenas informar; a mediação é uma ação que deve incentivar à experiência. Graham Black (2005, 132) reforça a importância da experiência referindo que as pessoas *precisam* de passar pela experiência; *precisam* de ver e fazer em vez de lhes ser dito como é, pois só dessa forma é construído o significado e a aprendizagem: “we do something, we learn from the experience, and when we do something new that is related, we seek to apply the experience we have previously obtained, producing a learning cycle” (2005, 132-133).



Pensar a mediação é pensar numa estratégia de comunicação de carácter educativo, mobilizando não só os conhecimentos que o indivíduo já possui mas também proporcionar a aquisição de outros. Quanto a isto, Basso acrescenta que “comunicar es transmitir y en esa transmision se pueden utilizar muchas herramientas pero la principal, primera y básica es tener una misión y objetivos bien definidos” (2008, 33).



Mediar associa-se às áreas da comunicação, da animação, da interpretação: “(...) la médiation transforme les contenus véhicules, elle affect les modalités de réception et modifie les perceptions et les pratiques de ceux qui reçoivent les contenus médiatisés, en particulier en changeant les rapports au temps at à léspace. Par là, elle s’inscrit dans l’intentionnalité des stratégies d’émission” (Montpetit 2011, 219). De facto, mediar sem

intencionalidade pedagógica⁶ torna-se uma mediação vazia de estratégias e conteúdos: “La médiation suppose un terrains de recontre entre des initiatives de diffusion et leurs appropriation par les récepteurs” (Montpetit 2011, 222). Estes pressupostos a atingir aplicam-se não só na ação mediadora proporcionada pelos mediadores enquanto profissionais de educação e mediação em instituições patrimoniais e culturais mas também na própria montagem de uma exposição, na construção de um texto de sala, no *layout* de um folheto informativo.

Montpetit pretende demonstrar que a mediação é transversal a tudo e é essa consciência que deve estar presente na mente de todos os que trabalham em instituições de carácter patrimonial e cultural: “nous distinguerions quatre éléments sur lesquels joue la médiation dans les recherches en muséologie: celui de l'exposition elle-même comme dispositif sémiotique spatial, celui des actions variées qui s'ajoutent à l'exposition pour compléter l'expérience de visite et la déployer dans un avant et un après visite, enfin celui des visiteurs qui par leurs activités d'appropriation, disposent de ce qui leur est exposé dans une expérience de visite qui leur est propre” (Montpetit 2011, 223).

Apesar da interpretação ser parte integrante do processo de mediação, de acordo com a metodologia americana, a interpretação tem valor por si só e acaba por se aproximar epistemologicamente da de mediação (Montpetit 2011, 226). Pressupõem-se que a interpretação torne a comunicação mais atrativa para os públicos em sítios que possuem um valor patrimonial e cultural. Trata-se de possuir a arte de traduzir a linguagem técnica, por vezes complexa, sempre que nos referimos ao nosso legado histórico, cultural e natural, tornando esses conteúdos compreensíveis para aqueles não estão dentro da área (Engroba Cabana 2008, 42).

Montpetit (Montpetit 2011, 229) faz ainda referência à trilogia dinâmica expressa por Tilden: para a interpretação vem a compreensão; para a compreensão, a apreciação; para a apreciação, a proteção. Mediar torna-se assim um processo composto por várias

⁶ Estas ideias são reforçadas por Eilean Hoper-Greenhill: “The need to consider what meaning visitors make of their museum experience comes from two different sources: one is the increasing importance of the educational role of museums; the other is the increasing pressure on museums to justify their existence” (Hoper-Greenhill 1998, 3)

estratégias que tem por objetivo não apenas a construção de significados por si só mas que essa construção proporcione ou consolide aprendizagens. De acordo com Tilden “learning is both a process and an outcome – the process is about how we learn, and is explored below. The outcome is about what we gain from learning – knowledge, and the great leap from the gathering of knowledge to understanding it – and is examined” (Tilden 2005, 129).

Não é de todo incorreto afirmar que o conceito de mediação é transversal e pluridimensional. Também não é um conceito estanque, pois nitidamente tem sofrido mutações ao longo dos tempos. A mediação é uma ação promotora de aprendizagem, desenvolvimento e educação cívica não apenas aplicável à ação desenvolvida pelos profissionais de educação e mediação mas também em tudo aquilo que as instituições culturais proporcionam (ou não) aos seus visitantes. A título de exemplo: já em 1918 Benjamin Gilman referia que o museu deveria organizar o seu conteúdo de forma a se conseguir olhar para ele, ajudando os visitantes a perceber e interpretar o seu significado (Black 2005, 121), o que faria do museu uma instituição mediadora por si só. Será que é sob esta perspectiva que se trabalha nas instituições patrimoniais e culturais? Terão os profissionais essa consciência?

1.3. Função educativa do património – contextualização histórica do caso português

“O Serviço Infantil do Museu Nacional de Arte Antiga nasceu da aspiração que sempre orientou o Diretor o Museu, Sr. Dr. João Couto no sentido de aproximar as crianças de tudo quanto é belo”
(Madalena Cabral, 1962⁷)

De acordo com Madalena Cardoso da Costa, entre 1928 e 1930, João Couto estava com funções de conservador adjunto do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). Associando essa posição à sua experiência de professor de liceu e ainda ao seu gosto pela educação pela arte, João Couto torna-se pioneiro na criação do “serviço de extensão escolar” do MNAA, no qual fazia visitas guiadas com intuítos pedagógicos (Costa 2012, 141).

Em 1953 é criado o Serviço Infantil (ou Centro Infantil) do MNAA, sob a orientação de João Couto, que nessa época já tinha a função de Diretor, e cujo desenvolvimento fica à responsabilidade de pintora Madalena Cabral, bolseira do Instituto de Alta Cultura (Costa 2012, 140).

Até ao final de 1960 o Instituto de Alta Cultura apoiou a iniciativa de conceder bolsas de estudo aos monitores deste serviço. Desta forma foi dada especial atenção à “formação de pessoal competente, especializado no acompanhamento de grupos (com prioridade aos grupos de gente nova, de predominância escolar”. Essa formação incidia tanto nas áreas psicopedagógicas, como da sociologia e do conhecimento da arte, pretendendo-se que o monitor desse uma atenção humanizada a cada elemento do grupo bem como desse resposta às curiosidades do visitante. O objetivo prendia-se fundamentalmente com uma “aprendizagem viva, com base numa experiência pessoal”⁸

⁷ Ministério da Educação. 1993. Brochura *Museus, porquê?*, Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

⁸ *idem*

No início do ano de 1961 o encargo económico do Serviço Infantil passou para a Fundação Calouste Gulbenkian a pedido da sua Administração, o que possibilitou ampliar a ação educativa. É nesta altura que Madalena Cabral faz um balanço sobre as atividades desenvolvidas entre janeiro e outubro desse mesmo ano, concluindo que não só estavam a conseguir proporcionar visitas a grupos escolares, como também diversos ateliês, sessões de cinema e a formação de guias/monitores. No entanto, nessa mesma altura, Manuel Farinha dos Santos refere que é chegado o momento de alargar o âmbito do serviço educativo, de modo a que a educação artística chegue também junto das classes populares, procurando iniciar os adultos menos instruídos na sua relação com a Arte: “devemos transmitir desinteressadamente, os nossos conhecimentos às classes populares, participando, assim, ativamente na sua educação. Reagindo contra o egoísmo de uns e a indiferença de muitos, cumpre-nos, numa atitude de solidariedade humana, estender nobremente as mãos àqueles que, além de pão, precisam de cultura”⁹.

É entre as décadas de 60 e 80 que Madalena Cabral se torna a responsável direta do “Serviço de Educação”, fazendo do MNAA a “casa-mãe da formação do pessoal de educação nos museus portugueses” (Costa 2012, 140), juntamente com João Couto.

Após o 25 de Abril a educação nos museus era já parte integrante do Decreto-lei n.º46758/65 (Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia), no qual se defendia que o museu deveria ampliar as suas funções de conservação e estudo às funções pedagógicas: “Se o museu não for mais do que uma instituição com finalidade conservadora, poderá então qualificar-se de necrópole. (...) [Os museus] deverão, por todos os meios ao seu alcance, atrair visitantes e sobre eles exercer uma ação pedagógica eficiente” (Decreto-lei n.º46758/65).

Neste mesmo Decreto-lei são também indicadas algumas estratégias de mediação que devem ser parte integrante da vida do museu, nomeadamente as visitas coletivas, referindo ainda que “a orientação dessas visitas caberá ao pessoal técnico dos museus ou a outras pessoas idóneas” (Decreto-lei n.º46758/65).

⁹ Ministério da Educação. 1993. Brochura *Museus, porquê?*, Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Tendo em conta as recomendações do referido documento, é nos anos 80, através do Decreto-lei n.º45/80 que se inicia a regulamentação dos setores e carreiras dependentes da Direção Geral do Património Cultural, procurando assim dar resposta à nova realidade, nomeadamente “as relações com o público” (Decreto-lei n.º46758/65). É também durante a década de 1980 que a criação dos serviços educativos em Portugal começa por ter um maior peso, muito devido à exponencial criação de novos museus um pouco por todo o país. O diploma n.º 45/80 referia então um conjunto de ações de mediação, dividindo as competências do museu em três áreas: *museografia*, *investigação* e *ação cultural*. É nesta última área que são inseridas as ações vocacionadas para o público: “3 – Compete aos museus, no domínio da ação cultural: a) Dinamizar as relações do museu com o público, por todos os meios ao seu alcance, designadamente por meio de exposições, conferências, concertos e visitas guiadas; b) Organizar atividades culturais por forma sistemática e regular, em colaboração com estabelecimentos de ensino, associações culturais e profissionais e demais entidades públicas ou privadas; c) Promover a divulgação das espécies por meios gráficos e audiovisuais, com como pela publicação dos estudos conduzidos no domínio da investigação” (Decreto-lei n.º45/80).

É neste domínio da *ação cultural* que surge uma carreira¹⁰ associada às visitas guiadas. Esta prática vai sendo progressivamente, delegada aos serviços educativos, serviços esses que começam a direcionar para si a responsabilidade da função educativa: “1- O monitor colaboração na ação cultural do museu, exercendo junto do público funções de educação, animação e informação. (...) 6 – O provimento na categoria de monitor de 1ª classe far-se-á, mediante concurso documental, de entre monitores de 2ª classe com, pelo menos, três anos de bom efetivo serviço na respetiva categoria” (Decreto-lei n.º45/80).

¹⁰ O Decreto-lei n.º45/80 distribuiu as carreiras profissionais em quatro grupos profissionais: “pessoal dirigente”, “pessoal técnico superior”, “pessoal técnico profissional de museografia e administrativo”, e “pessoal auxiliar”. A carreira de monitor situa-se no terceiro grupo. Ver Anexo 2 – Legislação consultada.

Na carreira de monitor¹¹ ficam como requisitos de recrutamento as habilitações e as condições para progressão. Passados dois anos, o Decreto-lei n.º 54/82 vem prescindir dos mesmos, sendo os funcionários convertidos a monitores através da avaliação de um júri criado *ad hoc*¹².

Com a elaboração do Decreto-lei n.º 55/2001 são regulamentadas as carreiras de museologia e a carreira de monitor é extinta, sendo que os monitores, juntamente com os assistentes de conservador, transitam para a carreira de técnico profissional. Esta mudança é justificada pela diversidade de públicos que obriga a uma intervenção mais ampla, havendo assim a necessidade de envolver todos os setores e trabalhadores do museu. “Desta forma os serviços educativos passam a ser assumidos por técnicos de nível superior e médio, com uma formação base em diferentes domínios disciplinares, coordenados por um conservador a quem se reconhecem uma formação abrangente e diferenciada” (Silva 2011, 10).

No entanto estes serviços acabariam por se estender progressivamente a outros domínios culturais e artísticos ao longo das décadas seguintes, e atualmente encontramos projetos e atividades educativas em diferentes domínios: museus, bibliotecas, teatros e cineteatros, centros culturais, centros e galerias de arte e espaços patrimoniais (Quintela 2011).

¹¹ A carreira prevê a categoria de “monitor estagiário” que pressupõe a realização de um estágio com duração de um ano (condição que se verifica em todas as outras carreiras), seguida das categorias “monitor de 1ª classe”, “monitor de 2ª classe” e, por fim, “monitor principal”. Sendo esta última categoria o topo da carreira, são por fim reconhecidas as habilitações e competências para assegurar a coordenação do serviço educativo. Ver Anexo 2 – Legislação consultada.

¹² O júri foi constituído por Madalena Cabral, Madalena Braz Teixeira e José Luís Porfírio (Despacho n.º 88/82, de 10 de julho). Ver Anexo 2 – Legislação consultada.

1.4. O Serviço Educativo hoje: ao serviço do património e da cultura? - características, objetivos e funções

A noção de Serviço Educativo (SE) referida e defendida ao longo deste trabalho comporta uma série de requisitos. Como SE entende-se uma estrutura organizada, inserida dentro de uma entidade patrimonial e cultural, cujo funcionamento é regular e que desenvolve acções dirigidas ao público, tendo essas atividades uma intencionalidade pedagógica (Camacho 2007).

É através do SE que as instituições de património e de cultura, como os museus, galerias, palácios, centros culturais e outros, se aproximam dos seus públicos. Estes departamentos educativos têm vindo progressivamente a assumir o papel primordial de criar ligações e estabelecer a comunicação com as audiências, tendo um lugar privilegiado para a construção de saberes e o estabelecimento de relações entre a entidade em questão e o público que a visita (Barriga e Silva 2007). É no SE que se cruzam o lazer e a aprendizagem, e é daí que provém o fascínio que impulsiona este trabalho.

Pensa-se que hoje em dia já não há margem para dúvidas de que é crucial visitar estes espaços cheios de recursos e coisas novas para descobrir. É imprescindível que façam parte dos currículos escolares, não só no que respeita às disciplinas de história e arte, mas também de sociologia (museus de etnologia), língua portuguesa (teatros, teatro de revista e óperas), educação musical (fado, musicais), entre outros. Desta forma pretende-se reduzir cada vez mais o fosso que separa estas instituições, sem nunca misturar ou confundir as funções específicas de cada uma: a educação formal¹³ e a educação não formal¹⁴.

¹³ Como educação formal devemos entender o tipo de ensino ministrado pela instituição escolar e que tem como características a presença de um currículo de conteúdos, professores específicos, tempos presenciais em aulas, colegas de turma e todas as características inerentes à vida escolar e à escolarização.

¹⁴ A educação não formal que é (ou pode ser) proporcionada por museus, teatros, espaços patrimoniais e outras entidades culturais, não é composta por um currículo que evolui através de níveis, não requer a presença em aulas, nem certifica um determinado grau académico no final da visita, oficina, ateliê ou outro tipo de actividade.

No entanto, o papel do SE não se limita à criação de parcerias com as escolas, pois é muito mais do que isso. O SE proporciona “terrenos para a mediação, o diálogo e o encontro das comunidades com as instituições” (Barriga e Silva 2007, 10), cujos pilares devem ser coerentes e consistentes.

Clara Frayão Camacho apresenta uma noção de SE como “uma estrutura organizada, dotada de recursos mínimos, designadamente pessoal” (Camacho 2007, 28), distinguindo-a da ação educativa pontual, que acabam por ser as atividades de natureza educativa realizadas de forma irregular e sem assentarem em qualquer estrutura devidamente formalizada e estruturada. A autora refere ainda que, embora a expressão “serviço educativo” seja muito frequentemente utilizada, a verdade é que existem outras dominações como “serviço de educação”, “serviço de acção cultural”, “serviço de extensão cultural” e “serviço de acção comunitária”. Neste âmbito, Camacho refere que a utilização destas expressões está muito conotada com a época em que foram utilizadas, sendo que podemos situar as duas primeiras nas décadas de setenta e oitenta, e as duas últimas a uma utilização mais recente.

Partindo da tipologia dos museus, foi feito um estudo às instituições museológicas pertencentes à Rede Portuguesa de Museus com o sentido de se saber quantas dessas instituições possuíam serviço educativo tendo em conta a noção descrita anteriormente. De acordo com o inquérito anual do Instituto Nacional de Estatística (INE) realizado em 2002¹⁵, das 591 entidades inquiridas, apenas 48% afirmou possuir serviço educativo. Clara Frayão Camacho faz um alerta quanto a este estudo, pois “a existência de serviços educativos em museus mais antigos é dominante: de acordo com o inquérito do INE são os museus abertos antes dos anos setenta aqueles que possuem maioritariamente estes serviços” (Camacho 2007, 30). Também se verificou que a existência de um espaço próprio para os SE e para a prática das suas atividades também é irregular no conjunto dos referidos museus.

¹⁵ Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.). 2005. *O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*, Lisboa: Observatório de Atividades Culturais.

Infelizmente, ainda hoje, passados treze anos deste inquérito do Instituto Nacional de Estatística, é possível visitar museus onde o SE não possui um espaço próprio; pior, ainda hoje é possível visitar museus que afirmam ter SE mas no fundo esse serviço é fictício. Nesses casos não é sequer possível marcar uma visita guiada às coleções, que a nosso ver é das experiências mais acessíveis e económicas que se podem fazer, mesmo para um museu com poucos recursos. Sistematizando, e presumindo que o SE é um departamento incluído na orgânica da instituição, a sua ação deverá ter em linha de conta: a natureza e missão da instituição, um espaço próprio e pessoal especializado.

CAPÍTULO II – ESTUDO DE CASO

2.1. Os Profissionais dos Serviços Educativos - ponto de situação

De acordo com Sara Barriga encontramos-nos algures no meio da dita “revolução silenciosa” (Barriga 2011), dos SE em Portugal. Tal como já constatámos anteriormente, este serviço, que proporciona a ligação entre a instituição e os seus públicos com a sua missão educativa, está cada vez mais presente no nosso quotidiano e possui grande relevância para as populações em geral¹⁶.

Já foram feitos estudos acerca desses profissionais por outros investigadores¹⁷, no sentido de se conhecer quem são essas pessoas, que formação têm, que dificuldades sentem. No entanto o facto de não existir uma formação específica para esta categoria profissional estará sempre relacionada com a dignificação da mesma. É também através dessa formação e dessa dignificação que se pretende “proporcionar a integração institucional e uma legítima estabilidade profissional aos *freelancers*, que executam regularmente o trabalho, impulsionam e apoiam a concretização das actividades e representam as instituições perante os públicos” (Barriga 2011) ¹⁸.

Para Tereza Campos, o próprio processo de recrutamento de colaboradores para um serviço educativo deveria “assentar uma formação de base de ensino superior, das mais diferentes áreas, complementada pela criação de uma formação específica, não existente em Portugal, mas que urge que apareça” (Campos 2002) ¹⁹. É essa formação específica que pretendemos estruturar neste trabalho tendo em conta a voz daqueles que estão a

¹⁶ Embora o público escolar continue a ser aquele que mais pesa no que diz respeito à oferta de atividades e visitas a realidade é que felizmente as ofertas programáticas têm-se diversificado nos últimos anos incluindo novos públicos mediante os seus interesses e não a sua faixa etária.

¹⁷ Martinho 2004, 2010 e 2013; Gomes e Lourenço 2009.

¹⁸ Barriga, Sara. 2011. *Documento de recomendações – Serviços Educativos em Portugal: Ponto da Situação* in *Encontro Nacional de Serviços Educativos em Portugal* a 7 de fevereiro de 2011.

¹⁹ Comunicação de Tereza Campos no *Encontro Ver, Rever. Museus, Educação*. Ministério da Cultura, 5 dez 2002

desempenhar essas funções. A mesma autora acrescenta ainda que a integração numa equipa de serviço educativo implica “formação contínua que passa por estágios em outras instituições, debates, seminários, cursos de formação” (Campos 2002).

A verdade é que verificamos, através dos estudos já realizados²⁰, que este grupo ocupacional abrange pessoas com formações em áreas muito distintas, e que aquilo que as unifica é sem dúvida a sua capacidade de comunicação e a sua criatividade. No entanto, o nosso sistema de Ensino Superior ainda não proporciona uma formação especializada de forma a colmatar as lacunas que se verificam. Trata-se de uma área cujos profissionais devem ter a capacidade de adaptar a sua postura a várias faixas etárias e diversos tipos de público, o que não é fácil, sobretudo se se pensar na variedade de tipologias de instituições culturais que existe e que hoje em dia sentem cada vez mais necessidade de inserir estes serviços na sua estrutura orgânica.

Teresa Duarte Martinho procurou responder a algumas questões num estudo feito com colaboradores de serviços educativos das áreas das artes visuais, da música e do livro e leitura²¹. Foram assim realizadas “catorze entrevistas individuais, oito das quais a mediadores no domínio das artes visuais e resultantes de uma primeira abordagem ao campo da mediação cultural²², em 2004; as outras seis entrevistas foram realizadas em 2010 e repartem-se, em igual medida, pelos domínios da música e do livro e da leitura” (Martinho 2013, 424). Os entrevistados na pesquisa apresentaram em comum a faixa etária jovem, situada nos 30 anos. Quanto às suas qualificações escolares, além de elevadas, seguiam-se como predominantes as áreas das artes visuais, a história de arte, a música; depois seguiam-se a arquitectura, o *design*, a ilustração, a psicopedagogia. A maioria dos entrevistados trabalhava em regime de pluriactividade, com o estatuto *freelancer*, e metade do grupo incluía criadores/artistas/autores.

²⁰ Martinho 2004, 2010 e 2013; Gomes e Lourenço 2009.

²¹ A referida pesquisa realizou-se no âmbito da tese de doutoramento da autora, em Sociologia, pelo ISCTE-IUL em 2011

²² Refere Teresa Duarte Martinho que “por mediadores culturais entendemos aqueles que asseguram um modo específico de as pessoas se relacionarem com a cultura e as artes. Distinguindo-se da conceção de mediação quando processo que procura resolver diferendos entre duas partes, a mediação cultural que aqui interessa e a que promove aproximações e encontros entre as pessoas e as obras de arte” (Martinho 2013, 425).

Quanto aos modos de recrutamento dos entrevistados, tanto existia uma perspetiva de verem a função como uma possibilidade de experimentar outras áreas de trabalho e de aproximação das instituições como, no caso dos artistas emergentes, uma oportunidade de ter um trabalho suplementar paralelo à produção artística. No entanto aqui destacam-se posturas díspares: “a vontade de conjugar o trabalho de mediador com a atividade de pintor é mais mobilizadora para outro entrevistado em que o trabalho de mediação cultural ocupa um lugar significativo” (Martinho 2013, 430).

Eis uma das problemáticas vividas por esta classe profissional: o regime *freelancer* e a prestação de serviços. De facto “estas áreas – museus, palácios e sítios arqueológicos, bibliotecas, arquivos – denotam na configuração dos regimes de trabalho uma tendência para a intensificação da flexibilidade e dos possíveis efeitos que lhes estão associados, designadamente a intermitência e a pluriatividade” (Martinho 2010, 244), o que se traduz numa grande instabilidade e insegurança para estas pessoas.

Deve ser feita uma ressalva quanto a este assunto. Não se pretende que a área de educação e mediação em contextos patrimoniais e culturais seja algo “descartável” ou opcional mas sim visto como uma profissão como qualquer outra. Tendo em conta a instabilidade financeira das próprias instituições e a filosofia do trabalho independente é isto que tem acontecido: as pessoas fazem elaborados “puzzles” no seu dia-a-dia, ora estão num local a trabalhar como mediadores (quando lhes é requisitado esse serviço), ora estão a desenvolver os seus projectos pessoais paralelamente. No entanto é possível que esses projetos paralelos apenas existam porque não lhes é dada a oportunidade de se dedicarem à profissão a tempo inteiro, com vínculo à instituição e remuneração digna²³. Quanto a este aspecto o grupo de entrevistados de Martinho apresenta-se unânime quanto às desvantagens deste sector profissional: “na irregularidade do ritmo de trabalho, da precariedade da ligação às instituições, incluído a baixa remuneração” (Martinho 2013, 431).

²³ Quanto estas conclusões, a autora reforça a mesma ideia: “a lógica de acumulação do trabalho numa e noutra instituição deriva principalmente da procura de uma remuneração financeira mais sólida e enquadra-se na pluriactividade que sempre caracterizou, de forma particular, as ocupações artísticas e culturais” (Martinho 2013, 431)

Esta flexibilidade, se por um lado pode ser vista como uma liberdade que permite a integração de outros projetos ao contrário dos empregos com horário, por outro lado espelha a incerteza de quem depende do ritmo sazonal da afluência de públicos e da programação. Sente-se a não integração dos colaboradores nas instituições, apesar de “serem figuras centrais no estabelecimento e no desenvolvimento do contacto entre os públicos e os espaços culturais” (Martinho 2013, 432)

O trabalho de educação e mediação em instituições patrimoniais e culturais associa-se assim a um estatuto contraditório. Se por um lado é defendido institucionalmente, por outro lado, quem a pratica ocupa uma posição à margem das próprias instituições. Além disso, a intermitência deste trabalho também acaba por não criar condições para a existência de equipas fixas.

Além do estudo realizado por Teresa Duarte Martinho, importa também destacar o trabalho de Rui Telmo Gomes e Vanda Lourenço com o título *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*, no âmbito das investigações e estudos do Observatório de Atividades Culturais. Embora publicado em 2009, os dados deste estudo reportam-se a 2005.

No contexto desta dissertação, mais especificamente deste ponto de situação, importa dar algum destaque ao subcapítulo 4.2. *Caracterização das Equipas*. Gomes e Lourenço esclarecem que os inquiridos foram abordados em três planos fundamentais: a composição sociográfica (idade, sexo, habilitações), as condições da prestação de trabalho (exclusividade/acumulação de funções) e o tipo de relação laboral (vínculo de trabalho).

O inquérito tomou como referência o ano 2005 e foi aplicado a 273 equipamentos. As diferenças mais significativas que se verificaram de imediato entre equipamentos estão relacionados com a tipologia da instituição e consequentemente com o modelo de gestão utilizado.

A composição sociográfica dos colaboradores aponta para uma população feminizada, algo que também já tinha sido constatado por Teresa Duarte Martinho em 2006 na sua

dissertação de mestrado²⁴. Gomes e Lourenço concluem que, de forma geral, os colaboradores que asseguram as funções educativas são muito qualificados (ensino superior); fazem também referência à crescente importância atribuída a estas atividades para as instituições do ponto de vista económico, bem como ponderam uma eventual formação especializada, nomeadamente quem trabalha em museus. É de salientar que em 1982 já tinha sido criada a carreira de monitor de serviços de educação de museus (referido no ponto 1.3 do Capítulo I deste trabalho), o que no entanto, nunca se chegou a concretizar propriamente, muito devido à questão da formação. Este é um assunto controverso. Se por um lado, para alguns, não se justifica a criação de uma carreira específica, por outro lado a solicitação de competências e requisitos muito próprios faz pensar que a inexistência de formação especializada constitui um problema.

Quanto ao modo de prestação de trabalho verificam-se os seguintes números: 14% dos inquiridos estão em funções exclusivas em serviço educativo, 43% acumulam essas funções com outras atividades de natureza diferente e 41% colaboram pontualmente neste tipo de ações. Neste último grupo encontram-se as situações que poderão ser fornecidas com recurso a serviços externos, o *outsourcing*.

No que diz respeito à relação laboral dos colaboradores é interessante constatar que 51% dos inquiridos tem um contrato de trabalho duradouro, na medida em que se tratam dos técnicos com contratação pública. Estes colaboradores, além de desempenharem a função educativa acumulam também outras funções. Fica a questão: que formação terão essas pessoas para estarem com as funções de comunicação, educação, mediação? É de referir também os 25% de colaboradores que se encontram em regime de contratação/avenças. Terão estes colaboradores mais competências para o desempenho da função educativa do que aqueles que têm vínculo laboral às instituições?

As atividades que se têm vindo a desenvolver nas instituições patrimoniais e culturais têm-se revelado cada vez mais abrangentes, em parte porque os destinatários também se

²⁴ Dissertação apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa em 2006: *Apresentar a Arte – alguns intermediários culturais de passagem. Estudo sobre monitores de visitas a exposições no Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão (CAMJAP) e no Centro Cultural de Belém (CCB)*.

têm tornado cada vez mais diversificados. O denominador comum nestas atividades é claro: comunicar com diferentes públicos com o objetivo de “construir conhecimento substantivo” (Gomes e Lourenço 2009, 117). Adota-se cada vez mais a concepção de que os sujeitos têm um papel mais ativo na construção de significados que posteriormente se transformam em conhecimento. Quanto ao tipo de atividades que têm sido desenvolvidas (visita, ateliê, *workshop*, oficina), e sem esquecer que nos estamos a reportar ao estudo de Gomes e Lourenço (dados do ano 2005), “verifica-se que os equipamentos dispõem de um leque tanto mais variado de atividades quanto maior a dimensão das suas equipas (*idem*, 120).

Não é possível deixar de assumir que este tipo de atividades é maioritariamente pensado para as escolas. O universo escolar foi e continua a ser um dos, se não o público-alvo com mais peso neste tipo de atividades. No entanto, é de destacar os esforços que têm vindo a ser feitos no sentido de alargar esses mesmos públicos-alvo através da programação diferenciada que algumas entidades têm feito. Destacam-se assim duas instituições que refletem bem o que se pretende salientar: a Fundação Culturgest e a Fundação Calouste Gulbenkian. De acordo com o respetivo sítio da internet, o Serviço Educativo da Culturgest²⁵ possui uma programação compartimentada por faixas etárias e interesses, sendo estes: Crianças, Adultos, Professores e Educadores, Mediadores culturais e Escolas. Desta forma a instituição revela que o seu foco não se limita apenas ao público escolar, embora possua um separador específico para essas entidades.

Já a Fundação Calouste Gulbenkian, através do Programa Descobrir²⁶, segmenta as suas atividades do seguinte modo: 0-18, +18, Famílias, Escolas e Grupos, Professores. Também aqui existe um separador específico para a programação pensada para o público escolar, no entanto é de destacar o conceito de família (que tanto se tem vindo a alterar ao longo do tempo) e as atividades que são construídas em torno do mesmo. Não deveriam as instituições patrimoniais e culturais pensar mais em formas de participação conjunta de avós, pais e filhos em atividades que conjugam o lazer, a educação e a cultura, bem como a partilha intergeracional?

²⁵ Para mais informações consultar: www.culturgest.pt. Acesso em janeiro 10, 2015.

²⁶ Para mais informações consultar: <http://descobrir.gulbenkian.pt/Descobrir/pt/Homepage>. Acesso em janeiro 10, 2015.

Considera-se que, um dos problemas da estruturação dos serviços educativos é que “o desenvolvimento de atividades de natureza educativa nos equipamentos culturais nem sempre corresponde à existência de serviços formalmente constituídos” (Gomes e Lourenço 2009, 142). Não é pelo facto de uma instituição patrimonial e cultural ter atividades pontuais que se pode considerar que possui um serviço educativo devidamente estruturado, pois um departamento dedicado à educação dentro de uma instituição deste cariz requer uma série de pressupostos tal como já foi referido e refletido anteriormente.

No entanto, e apesar de, por vezes, o serviço educativo não se encontrar devidamente estruturado não significa que as atividades não tenham importância, mas sim que “a reduzida dimensão das estruturas, e/ou o escasso número de pessoas que compõem as suas equipas, poderão ser razões suficientes para que não exista um serviço formalmente constituído” (Gomes e Lourenço 2009, 142). Por outro lado isto também poderá significar que o serviço educativo não é um dos pilares-base da instituição mas apenas um complemento à sua atividade considerada central e prioritária. Além disso, os objetivos de um serviço educativo podem variar entre instituições. A título de exemplo, quando a educação não é algo central na própria instituição (inexistência de uma política educativa), o serviço educativo poderá ficar numa espécie de limbo, limitando-se à captação de públicos, apresentando propostas mais castradoras do que propriamente promotoras de desenvolvimento social, cívico e artístico, o que é resultado de uma programação vazia, não pensada pedagogicamente mas sim apenas com fins económicos (atividades pagas), ou em iniciativas nas quais pouco se entende qual o seu fio condutor e pertinência, e quais as motivações dos públicos para participarem.

2.2. Metodologia

A metodologia de recolha de informação para o estudo de caso que se irá apresentar de seguida foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Além da recolha prévia de dados de estudos já efetuados procurou-se sempre responder às seguintes questões: como comunicar património? Como estruturar uma formação especializada para profissionais de serviço educativo e quais os conteúdos que essa formação deve ter? Que perfil se pretende para estes profissionais?

De forma a conseguir dar resposta a estas dúvidas partiu-se do princípio que essas mesmas questões deveriam ser colocadas àqueles que trabalham no terreno, àqueles sentem (ou não) as dificuldades no seu dia-a-dia de trabalho. Visto que a elaboração de inquéritos por questionário é algo fora do âmbito dos estudos de património houve a necessidade de procurar mais informação sobre a criação dos mesmos e compreender o seu funcionamento. Assim sendo, um dos primeiros passos foi definir a quem se iria dirigir o questionário: colaboradores e diretores/coordenadores de serviço educativo.

Numa primeira abordagem, pensou-se restringir o estudo a algumas instituições entre as zonas de Lisboa e Vale do Tejo, tendo um critério de escolha bastante eclético, na medida em que participariam instituições tanto nacionais como municipais, de cariz público ou privado, consoante os casos. Assim sendo, seriam estas as escolhas, posteriormente contactadas através de *e-mail*:

Tipologia de Instituição	Identificação da Instituição
Teatro	Teatro Municipal Maria Matos
Biblioteca	Biblioteca Municipal do Seixal
Museu	Museu Berardo
Casa-Museu	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves
Centro Cultural	Casa da Cultura de Setúbal

Espaço – área de botânica	Jardim Botânico da Universidade de Lisboa
Espaço – área de zoológica	Oceanário de Lisboa
Centro de Arte	Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian
Espaço de Ciência	Pavilhão do Conhecimento
Palácios e Monumentos	Palácio Nacional da Ajuda, Castelo de São Jorge

Quadro 1 – Listagem de instituições a envolver no estudo

No entanto, devido ao facto do lançamento do questionário ter sido feito numa época em que a grande maioria dos inquiridos se encontrava de férias teve de ser colocado em prática um método alternativo. Visto que o questionário foi lançado em formato *on-line*, rapidamente se decidiu em pedir a colaboração de um grupo privado da rede social Facebook, o ReCoSe, ou Rede de Colaboradores de Serviço Educativo, de forma a que se conseguisse o maior número de respostas possível.

Rapidamente se constatou que a colaboração do referido grupo não seria suficiente pelo que se procurou divulgar o questionário através de outros grupos da mesma rede social relacionados com Património, Museus, Mediação, História de Arte, entre outros, pois pretendia-se chegar no mínimo aos dez questionários respondidos, independentemente de ser respondido por colaboradores ou coordenadores/diretores. Foi também graças aos contactos feitos ao longo da investigação que se conseguiu obter um maior número de colaborações. Assim sendo o questionário acabou por ter respostas que abrangeram o país de norte a sul.

Quanto à estrutura do questionário²⁷, e tendo como base os estudos já realizados e referidos anteriormente, foram criadas duas abordagens específicas: uma para coordenadores/diretores e outra para colaboradores. A primeira página do questionário é comum a colaboradores e coordenadores/diretores e tem como objetivo caracterizar os indivíduos de forma sócio demográfica pelo que interessou saber: género, idade, área de

²⁷ Ver Anexo 1 - Questionários

formação, instituições onde são desempenhadas as funções e distinguir se são colaboradores ou diretores de serviço.

A segunda página do questionário, já específica para cada subgrupo (colaboradores ou diretores/coordenadores) pretende saber o que pensam os inquiridos quanto ao perfil do profissional de educação e mediação, bem como questões relativas às dificuldades e constrangimentos sentidos no exercício das funções, e por último algumas questões relativas às áreas de estudo a incluir numa hipótese de estruturar uma formação especializada.

2.3. Colaboradores de Serviços Educativos – estudo de caso

Iniciada a análise de conteúdo dos questionários respondidos, alguns não foram considerados válidos devido à falta de enquadramento. Apesar de ser pedido especificamente aos inquiridos que apenas respondessem se estivessem a trabalhar em serviço educativo numa instituição patrimonial e cultural, obtiveram-se algumas respostas diferentes como “agência de publicidade”, “marketing” ou apenas a sigla de uma universidade, pelo que esses questionários não foram contabilizados.

De um total de 14 questionários respondidos considerados válidos, 8 corresponderam a colaboradores e 6 a diretores/coordenadores de serviço. As suas idades variam entre os 25 e os 59 anos, sendo que um dos participantes optou por não referir a idade.

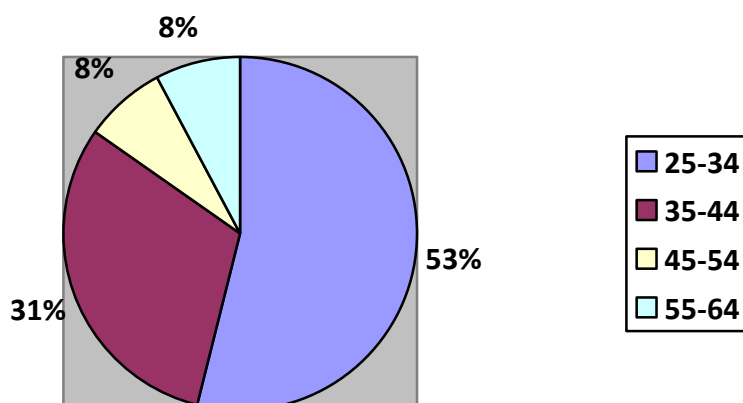


Gráfico 1 – Nível etário dos participantes no estudo.

Como se pode verificar no gráfico acima, e tendo em conta as 13 respostas obtidas (dentro das 14 participações), a grande maioria dos profissionais que desempenham funções em serviço educativo pertence a uma faixa etária jovem, contando assim o intervalo dos 25 aos 34 anos com 53%. Também se torna interessante verificar que, dentro desta camada mais jovem de participantes apenas um é diretor/coordenador de

serviço, com 33 anos. Todos os outros diretores/coordenadores de serviço têm idades compreendidas entre os 41 e os 59 anos. Não se pode, no entanto, contabilizar aqui um dos coordenadores participantes, visto não ter respondido à questão em se era pedida a idade.

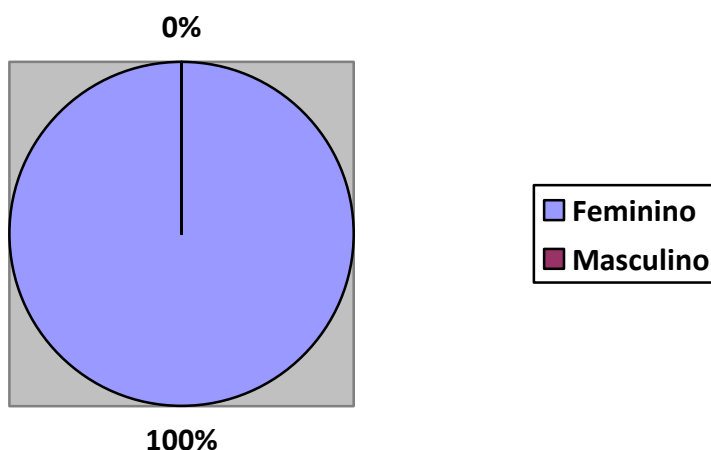


Gráfico 2 – Género dos participantes no estudo.

Quanto ao género dos participantes no estudo, pode-se constatar que 100% são mulheres. É curioso verificar que a tendência já indicada pelos estudos referidos nesta dissertação se mantém: trabalhar em serviço em educativo continua a ser uma área bastante feminizada.

Dos 14 questionários considerados para estudo *foram participantes as seguintes instituições:*

- Palácio Nacional da Ajuda
- Fundação Culturgest
- Museu Coleção Berardo
- Museu da Fundação Calouste Gulbenkian
- Teatro Nacional de São Carlos

- Teatro Aveirense
- Centro de Artes de Sines
- Museu do Dinheiro – Banco de Portugal
- Castelo de São Jorge
- Parques Sintra – Monte da Lua
- Oceanário de Lisboa
- Museu Nacional de Arte Antiga
- Fundação Millenium BCP
- Existe ainda uma participação de um museu não identificado

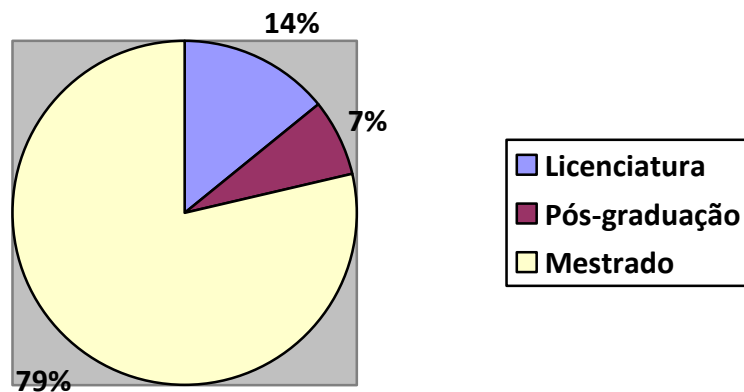


Gráfico 3 – Nível académico dos participantes no estudo

Quanto ao *nível académico* dos participantes, 79% têm mestrado. Esta percentagem corresponde a onze colaboradores onde se incluem o participante mais novo, com 25 anos, e ainda um participante que está a frequentar doutoramento. Mais uma vez verifica-se a mesma tendência apresentada em estudos anteriores: os profissionais que desempenham funções de educação e mediação em instituições patrimoniais e culturas são muito qualificados e a tendência para a posse de títulos académicos pós-graduados (pós-graduação, mestrado e doutoramento) é cada vez maior.

Quanto às *áreas de formação* foram referidas as seguintes: História da Arte e do Património, Psicologia Educacional, Ecologia Humana, Sociologia, Ciências da Cultura, Arqueologia, Literatura, Arquitetura, História, História da Arte, Pintura, Psicologia e Biologia Marinha. Verifica-se uma predominância das Ciências Sociais exceto no caso da Biologia Marinha, tratando-se do participante que colaboradora com Oceanário de Lisboa.

No que diz respeito à opinião específica dos diretores/coordenadores de serviço, obtiveram-se os seguintes resultados:

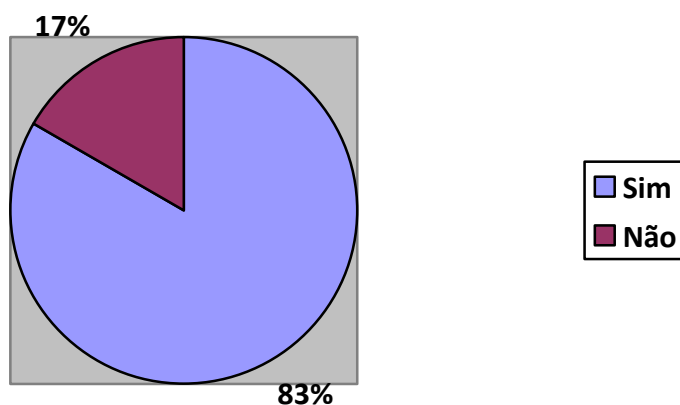


Gráfico 4 – Respostas à
questão *considera relevante ter conhecimentos das políticas culturais exercidas em
Portugal para o desempenho das suas funções*

Apenas um dos participantes considerou que não é importante ter conhecimentos das políticas culturais ao invés dos restantes, fazendo um total de 83% das opiniões a favor.

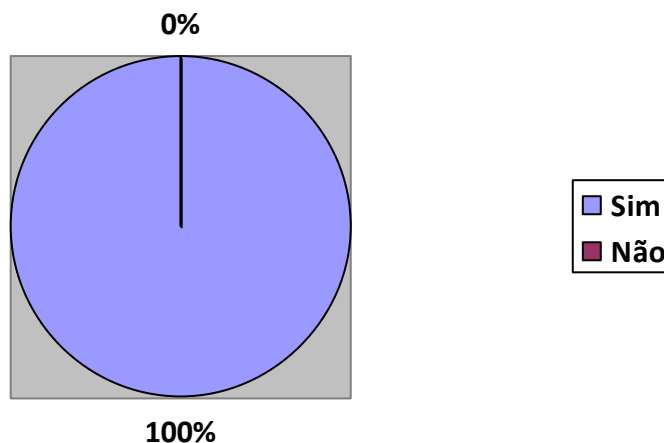


Gráfico 5 – Respostas à questão *seria importante, enquanto profissional de um Serviço Educativo (SE), ter o conhecimento de práticas realizadas noutros SE como teatros, bibliotecas, centros culturais entre outros?*

A opinião é unânime: 100% dos diretores concordam que é importante o conhecimento de outras práticas e partilha das mesmas.

Quanto ao pedido para referir *duas áreas de estudo que gostaria de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo*, as respostas são próximas embora com denominações ligeiramente diferentes sendo elas: Pedagogia, Intervenção Comunitária, Arte, História da Arte, Psicologia, Criatividade, Gestão de Projetos, Perspetivas Transgeracionais, Gestão de Voluntariado, Psicologia da Educação e Comunicação Cultural.

Relativamente às *duas temáticas específicas que gostaria de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo* foram referidas: Cooperação e Inclusão, Artes Plásticas, Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, “O que é a Arte?”, Sociologia de grupos, Formação de Públicos, Modelos

Participativos, Didática do Conhecimento, Técnicas de Comunicação, Teorias da Aprendizagem, Comunicação e Públicos.

Pedido aos inquiridos que *colocassem por ordem da maior para a menor importância as seguintes áreas de formação: Sociologia da Cultura, Plano de Ação Educativa, Públicos e Pedagogia*, foi interessante verificar que: Públicos e Pedagogia surge em primeiro lugar em três vezes, sendo assim a resposta maioritária. De seguida, a área de formação escolhida mais vezes para segundo lugar foi Plano de Ação Educativa, referido nesta posição também três vezes. Quando a Sociologia da Cultura, esta fica de facto no fim da lista de importância, repetida também três vezes. Se a decisão fosse tomada por votos a ordem, da maior para a menor importância, seria a seguinte: Públicos e Pedagogia, Plano de Ação Educativa, Sociologia da Cultura.

No que diz respeito à opinião dos colaboradores de serviço, obtiveram-se os seguintes resultados:

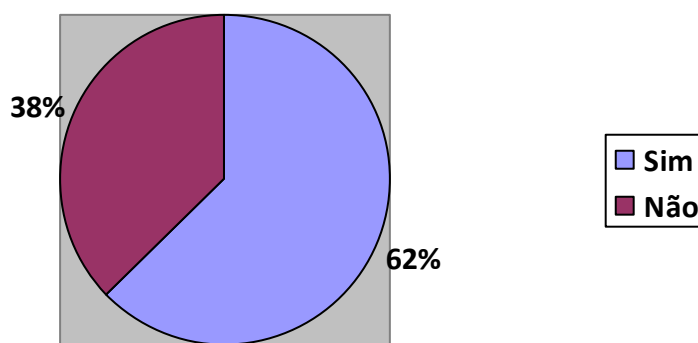


Gráfico 6 – Respostas à questão *no início das suas funções alguém o contextualizou à instituição?*

Quando à contextualização dos colaboradores às instituições onde desempenham funções, quase 40% dos participantes no estudo referiram que não tiveram qualquer tipo

de apresentação. Tendo em conta que uma das bases para o desenvolvimento de um bom trabalho é conhecer a instituição e aquilo que ela contém, há que contrariar este facto para que ele deixe de existir de todo. Ninguém faz um bom trabalho sem conhecer o seu local de trabalho. Será que estes colaboradores não foram contextualizados à instituição por falta de motivação própria ou porque os diretores/coordenadores de serviço não tiveram essa disponibilidade? Nesse caso, poderiam ter destacado alguém para o fazer?

Quanto à *questão sente que está preparado para trabalhar com todos os tipos de público?*, dos oito colaboradores inquiridos apenas um referiu que não sente preparação para trabalhar com todos os públicos. No entanto é interessante verificar que, mesmo os que se consideram capazes, na *questão qual o tipo de público com o qual sente mais dificuldade em trabalhar?*, praticamente todos os participantes, exceto um, referem o tipo de público com o qual sentem mais dificuldades, sendo eles: “adultos especializados (arte)”, “público escolar – ensino secundário”, “universitário”, “necessidades educativas especiais”, “portadores de deficiência”, “sénior e necessidades educativas especiais” e “famílias”. Quando questionados *porque motivo* sentem essas dificuldades, os colaboradores assumem: “falta de formação específica”, “não é o tipo de trabalho que gosto de fazer”, “falta de experiência”, “falta de interesse por parte do público”.

Na *questão no exercício das suas funções, quais as tarefas em que se sente menos confiante? Por que razão?*, as experiências dos participantes são diversificadas: “trabalhar com grupos com deficiência mental - necessidade de mais formação específica na área”, “escrever os guiões/discursos pedagógicos”, “Contacto direto com grupos escolares do ensino secundário, sobretudo devido à falta de interesse destes no que se está a apresentar. Por vezes torna-se difícil "segurar" o grupo e envolve-lo na atividade”, “Nas relacionadas com arte porque não fez parte da minha formação académica”, “Nas tarefas que implicam trabalho plástico porque a minha formação escolar e académica não contemplou o desenvolvimento das minhas capacidades de labor plástico”, “Falar em público. Falta de formação/experiência em comunicação. Existe uma subvalorização relativa à importância da aprendizagem em comunicação”, “Tarefas administrativas/burocráticas, por aborrecimento”, “Sinto que tenho

competências para desempenhar as tarefas ligadas com o objeto de trabalho, outras questões de operação, por exemplo, negociação de orçamentos sinto que tenho menos facilidade”, “Comunicar com grupos com deficiência porque me falta formação e preparação específica”.

Quando questionados se *no local ou locais onde colaboram, existem planificações de preparação para o que se perspectiva fazer?*, dos oito colaboradores participantes três referem que não existe preparação do trabalho. Num desses casos é o próprio colaborador que faz a planificação/guião da atividade sem contar com qualquer apoio por parte da instituição.

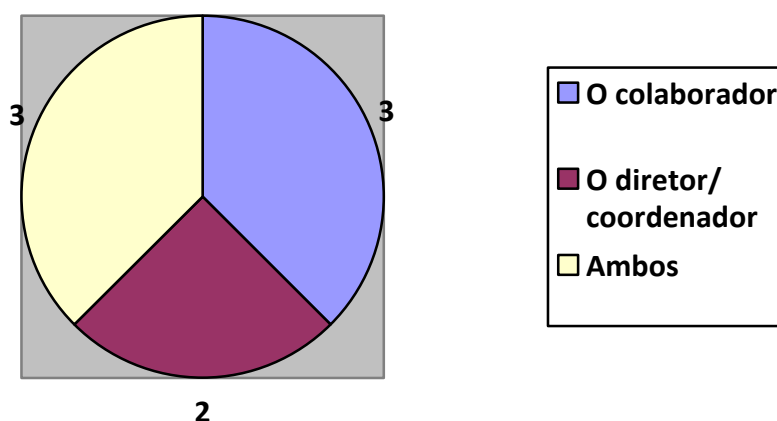


Gráfico 7 - Resposta à questão sobre *quem elabora as planificações/guiões do que é feito na instituição/instituições onde trabalha?*

Aqui as respostas são variáveis. Se em três casos é o próprio colaborador a desenvolver esta parte do trabalho existem depois outros dois casos em que é o diretor/coordenador que faz as planificações. Nos restantes três casos a planificação parece ser um trabalho partilhado onde tanto o colaborador como o coordenador acabam por participar. Num desses exemplos o colaborador refere: “depende, especificamente faço eu, de forma mais ampla será o coordenador”, ou seja, as linhas gerais são traçadas pela coordenação/direção, cabe ao colaborador planificar de forma mais específica. Quanto aos três casos em que é o próprio colaborador a fazer a planificação, quando colocada a

questão *conta com o apoio de alguém?*, verifica-se que em apenas um dos casos o colaborador tem ajuda.

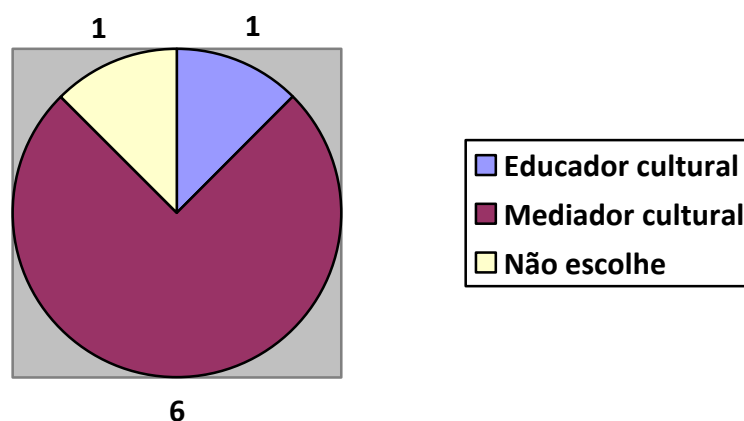


Gráfico 8 – Respostas à pergunta *qual a terminologia que melhor se adequa à função*

À pergunta *qual a terminologia que, no seu entender, melhor se adequa à função: mediador cultural ou educador cultural? Porque motivos?*, as opiniões são praticamente consensuais, pois quase todos os colaboradores consideram que a terminologia “mediador cultural” é a mais correta. Apenas um dos inquiridos opta pela terminologia “educador cultural” e um outro prefere não escolher, justificando as razões de ambas as terminologias.

À semelhança dos coordenadores/diretores, na questão *coloque da maior para a menor importância as seguintes áreas de formação: Sociologia da Cultura, Plano de Ação Educativa, Públicos e Pedagogia*, de uma forma geral os colaboradores deram principal importância à área de Públicos e Pedagogia com um total de seis opiniões a favor.

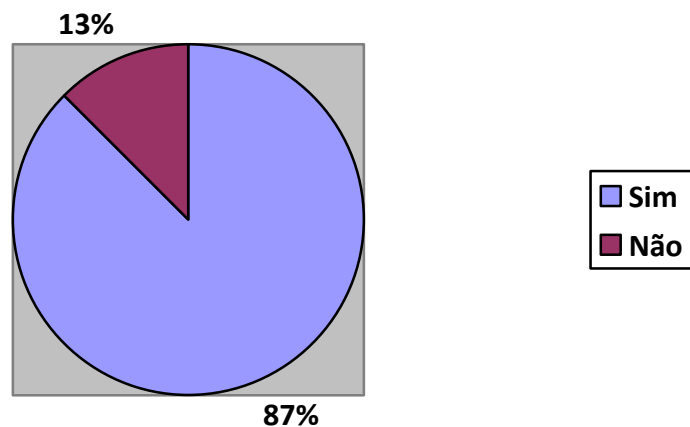


Gráfico 9 – Respostas à questão *considera relevante ter conhecimentos das políticas culturais exercidas em Portugal para o desempenho das suas funções?*

Quase todos os colaboradores afirmam que o conhecimento das políticas culturais é importante para o desempenho da sua atividade profissional.

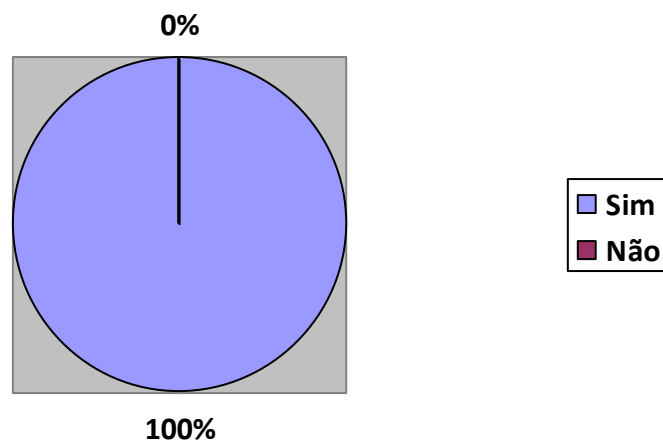


Gráfico 10 – Respostas à questão *seria importante para a sua formação, enquanto profissional de Serviço Educativo (SE) ter o conhecimento de práticas realizadas noutros SE como teatros, bibliotecas, centros culturais entre outros?*

Tal como no caso dos diretores/coordenadores, também aqui a opinião é unânime: todos são a favor da partilha de experiências e de práticas.

Quanto às *duas áreas de estudo que gostariam de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo*, dos sete colaboradores participantes, dois optam por não responder. Os restantes cinco referem: “Públicos e pedagogia, mediação cultural”, “Gestão cultural e Pedagogia”, “Teorias da aprendizagem, elaboração de projetos educativos”, “Comunicação - voz e postura, expressão plástica”, “Acessibilidade em museus, Pedagogia” “Educação pela Arte, Psicologia (percepção)”.

As *duas temáticas específicas que gostaria de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo* incluídas pelos inquiridos foram variadas, embora ao encontro das áreas de estudo referidas na questão anterior: “comunicação/voz, expressão corporal/postura”, “Criatividade para profissionais de SE, Comunicação cultural e educativa”, “Estudos de públicos e comunicação cultural”, “Modelos pedagógicos informais, A natureza da função educativa”, “Escrita de peças expositivas, Técnicas pedagógicas para públicos infantis”, “Trabalho com comunidades; criação de estratégias/ atividades educativas”.

Tendo em conta as opiniões deste estudo bem como as referências teóricas que foram sendo analisadas e refletidas ao longo desta dissertação, que se pretende, se seguida, apresentar uma proposta de perfil profissional e de formação específica para profissionais de educação e mediação que colaboram em instituições patrimoniais e culturais.

CAPÍTULO III – PROPOSTA DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA E DE PERFIL DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO EDUCATIVO

3.1. Em busca de um Perfil Profissional

Foi há 62 anos que surgiu o primeiro Serviço Educativo em Portugal. Apesar da sua valorização ter sido tardia, a sua importância tem sido progressivamente maior como temos verificado nas ofertas e programações dos últimos anos, tendo como foco o alargamento dos públicos e a visibilidade da própria instituição.

Para esta valorização contribuíram vários factores, nomeadamente o crescimento da procura cultural, a defesa da sua democratização, a participação e integração sociais, bem como o reconhecimento do papel de sensibilização para as artes.

No entanto a questão mantém-se: quem são os profissionais que asseguram os SE? Graça Filipe refere ainda noutro aspecto: “que perfil devem ter os profissionais de educação ou mediadores de património nos museus” (Filipe 2002)²⁸ e nos serviços educativos das entidades culturais em geral?

É imprescindível definir um perfil para os profissionais de educação e mediação, visto que em “termos de atitude, o mediador monitor do Serviços Educativo tem de ser e estar disponível, pois (...) a sua actividade passa em primeira mão pela afectividade”. Tereza Campos dá-nos um exemplo prático desta perspectiva: “a visita ao museu é primeiro que tudo uma experiência afectiva. Esta capacidade de transmitir afectividade tem de ser um elemento base no recrutamento do monitor” (Campos 2002). Mais acrescenta Graça Filipe que “o papel e a formação dos profissionais e das equipas de casa museu são aspectos essenciais na mediação com os utilizadores e os públicos”.

²⁸ Comunicação de Graça Filipe no *Encontro Ver, Rever. Museus, Educação*. Ministério da Cultura, 5 dez 2002

Deparamo-nos, neste ponto do nosso trabalho, com a problemática da terminologia. Por um lado, do ponto de vista anglo-saxónico, temos a expressão “educador de museu”, que além de especificar a instituição onde são exercidas funções, revela desde logo que é implícito o tipo de educação a que nos referimos – a educação não-formal. Não se pretende que as experiências vividas em SE sejam uma extensão daquilo que é ministrado nas escolas. Por outro lado, o termo “mediador cultural de museu” utilizado pela *Mediamus*²⁹, sugere funções desempenhadas em serviços educativos associados a uma forte componente comunicativa.

“Animador, “monitor”, “guia de visitas”: tantos nomes diferentes para nomear aqueles que desempenham as mesmas funções. Isto acontece devido ao facto da área ser relativamente recente e apresentar lacunas estruturais, apesar da crescente solicitação dos seus serviços. Deparamo-nos agora com a fase da profissionalização do sector. Uma das questões presentes num estudo de Teresa Martinho (já referido anteriormente) à qual demos grande relevância foi o da reação dos colaboradores quando lhe colocada a questão: “O que diz quando lhe perguntam a profissão?”. A reação de desconforto é notória e justificável: precariedade no desempenho das funções, indefinição e inexistência de formação na área no nosso sistema de educação. Assim, “há quem opte por se afirmar professor, invocando uma atividade que também realiza (ou seja realizou) e que, pela sua longevidade e estruturação, corresponde melhor à ideia de profissão – uma ‘profissão profissionalizada’, pela combinação de autonomia, formação, organização, códigos éticos” (Martinho 2013, 433). Por outro lado há quem se apresente com a designação de um ou mais atributos, tais como mediador cultural, educador de museu, artista e professor, entre outros.

Como referido anteriormente na análise aos questionários realizados, mais 50% dos inquiridos concorda que a terminologia mais correta para a função é a *de mediador cultural*. Quando questionados acerca de *qual a terminologia que, no seu entender, melhor se adequa à função: mediador cultural ou educador cultural? Porque motivos?*, as opiniões são praticamente consensuais, pois quase todos consideram que a

²⁹ A *Mediamus* é uma associação suíça de mediadores culturais de museu fundada em 1994. Para mais informações consultar <http://mediamus.ch/web/fr/rubriken/berufsprofil>. Acesso em janeiro 3, 2015.

terminologia *mediador cultural* é a mais correta e cada inquirido justifica de acordo com a sua experiência e opinião: “mediador cultural, na medida em que as minhas funções passam sobretudo pela mediação entre o teatro, escola e família, e todos os seus intervenientes”, “mediador cultural porque está mais relacionado com os diferentes tipos de comunicação que se desenvolvem com os diferentes públicos”, “mediador cultural. Neste momento coordeno e realizo a produção executiva de projetos educativos”, “mediador. Porque a palavra “educador” tem uma carga ligada ao público escolar. Mediador é o que medeia, o que permite fazer a ponte entre a obra e o público”, “Mediador, porque o objetivo é facilitar/mediar o contacto com a exposição. Apesar da componente educativa pretende-se tornar a exposição acessível.”

Quanto ao termo “educador cultural”, apenas dois colaboradores optaram por esta terminologia e justificam-na: “educador cultural será provavelmente o termo mais adequado, pois creio que é educativa a natureza fundamental da função desempenhada. Por outro lado, um mediador é um veículo que liga duas coisas sem interferir sobre elas, atuação esta que o profissional do SE saberá constituir uma impossibilidade, pois é inevitável que a sua conceção particular sobre cada assunto aflore, mesmo que inconscientemente, no discurso através do qual comunica (seja ele linguístico, físico, plástico, etc.)”; “educador cultural - considero-me não apenas intermediária de discurso entre as obras e o público, mas alguém com preocupações pedagógicas em transmitir conteúdo científico, educar”.

Por último, um outro inquirido acaba por não optar por nenhuma das terminologias, fazendo no entanto, uma distinção entre ambas: “cada um [cada termo] pressupõe um tipo de atitude diferente. O mediador representa alguém que se coloca entre o objeto artístico e o público numa posição de facilitador, impulsionador, dinamizador ou moderador. No outro caso, a atitude é educativa, ou seja, os objetivos traçados pretendem o crescimento do público”. Este testemunho serve, sem dúvida, de mote para reflexão: não será esse o trabalho de um profissional de educação e mediação, conciliar tudo isso?

A função de educador e mediador em instituições patrimoniais e culturais deve reunir várias competências nos vários domínios, independentemente de exercer funções no serviço educativo de um teatro, museu, biblioteca ou outra tipologia de instituição. Esta função diferencia-se dos professores na medida em que estes possuem conhecimentos pedagógicos referentes a um determinado escalão etário. Os mediadores por sua vez devem estar preparados para lidar com pessoas de idades e grupos sociais muito diferentes, tendo que saber captar o seu interesse e a sua atenção.

Quando colocada esta questão aos colaboradores e diretores/coordenadores participantes no estudo (*competências que devem fazer parte do perfil do profissional de Serviço Educativo*), os doze inquiridos que deram a sua opinião referem não só uma listagem consistente de competências e características, como também a postura e a atitude que deve ser inerente a este profissional:

Competências³⁰	Atitude e postura
“capacidade de comunicação e relacionamento com o outro, empenho, dinamismo, criatividade, capacidade de improviso, escuta ativa, pedagogia”	“Deve sentir uma missão educativa que ultrapasse o desejo de transmitir conteúdos aprendidos e capacidades desenvolvidas. Deve ter como princípio básico da sua prática a aprendizagem contínua. Deve manter-se informado do pensamento sobre educação tratado e debatido nas mais variadas plataformas de divulgação de reflexão sobre a matéria. Deve ter uma visão informada e crítica sobre a história do seu tempo”.
“comunicação, criatividade, adaptabilidade, simplicidade, insatisfação”	
“Sensibilidade, capacidade de comunicação, domínio dos conteúdos, criatividade, empatia”;	
“Bom comunicador, versatilidade,	
	“É claro que estas respostas são muito

³⁰ Quanto às competências necessárias à função, em termos gerais os entrevistados de Martinho referiram que é necessário “ter muito gosto pelo trabalho de mediação; ter vontade e capacidade de investigar e comunicar; manifestar disponibilidade para acolher contribuições dos públicos; ter flexibilidade na conceção, organização e condução das atividades” (Martinho 2013, 434).

sensibilidade artística, acessibilidade, bom conhecimento nas áreas de atuação, carisma”;	simples. No entanto, acho que um profissional de serviço educativo tem de reunir um conjunto de características que o tornem capaz de lidar com todo o tipo de grupos: várias idades, várias formações académicas e de vida, vários enquadramentos sociais...”
“dinamismo, facilidade de comunicação, proatividade, emotividade, razoabilidade”	
“noções básicas: Pedagogia, Sociologia, Públicos, Artes Plásticas”	“os melhores profissionais de serviço educativo com quem tive oportunidade de trabalhar na equipa que coordeno são essencialmente umas "eternas crianças", no sentido em que são extremamente curiosos, adoram aprender coisas novas e partilhá-las com o mundo, de forma divertida e descomplexada, tendo por base, naturalmente, sólidos conhecimentos”.
“cultura geral – muito bom nível – imprescindível, empatia, conhecimentos de psicologia individual e de grupo, curiosidade natural, domínio da matéria do respetivo SE”	
“determinação, criatividade, polivalência”;	competências comportamentais: excelente capacidade de relacionamento interpessoal, excelente capacidade de comunicação, criatividade, proatividade
“pedagógicas, científicas, sociais”	
“competências técnicas: domínio sólido da área/ temática(s) do património em causa; capacidade de aplicação de conhecimentos a novas situações /contextos, capacidade de relacionar e decodificar aspetos complexos”	
“criatividade, capacidade de adaptação à mudança, conhecimentos consistentes nas respetivas áreas, simpatia, bom comunicador, divertido, responsável,	

gosto pelo trabalho, assertivo”.		
“competências	académicas	e
comunicativas”.		

Quadro 2 – Respostas à questão *que competências que devem fazer parte do perfil do profissional de Serviço Educativo?*³¹

À semelhança dos inquiridos desta investigação também no estudo realizado por Martinho “a área da pedagogia surge muito valorizada; esta, conjugada com conhecimentos teóricos e práticos sobre arte, constitui para os entrevistados, a melhor habilitação para se poder desenvolver o trabalho de mediação cultural. Salientam-se igualmente, as vantagens de ter formação superior em áreas artísticas, por potenciar, no entender dos mediadores, a criatividade na conceção e na orientação das atividades” (Martinho 2013, 433).

Neste âmbito, e porque esta problemática não se verifica apenas em Portugal, a investidora Rejane Galvão Coutinho, apresentou também a questão da falta de formação específica, num encontro³² realizado em Salvador, Brasil (Coutinho 2009). Nas conceções da autora, o fator da comunicação tem de facto um grande peso no desempenho de funções como educador/mediador em instituições patrimoniais e culturais: “importante ressaltar as competências ou dimensões do campo educacional e do campo comunicacional que se entrelaçam na ação mediadora” (Coutinho 2009, 3745). A comunicação aqui distinguida não é apenas a capacidade de falar em público, a colocação da voz ou a postura com que se realiza essa ação; é também o saber flexibilizar essa capacidade mediante dos diferentes públicos, quer relativamente aos níveis etários, quer às diferenças sociais, psicológicos e económicas dos visitantes.

³¹ Todos os conteúdos desta tabela são diretamente retirados das respostas dadas pelos participantes no questionário.

³² 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Comunicação *Questões sobre a formação de mediadores culturais*, disponível em http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/ceav/rejane_galvao_coutinho.pdf

Deste modo, e tendo em conta os testemunhos dos participantes do estudo de caso desenvolvido na investigação desta dissertação, o perfil dos profissionais de educação e mediação deverá:

- possuir formação académica adequada à função;
- ter por base a dimensão de desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida, por sua vez inserida do campo da educação não-formal, estando apto a desenvolver a sua actividade com todas as faixa etárias;
- conceber e desenvolver uma programação, com as respetivas atividades/experiências que contemplem o conteúdo pretendido por si e pela instituição onde desenvolve a sua atividade profissional com vista à construção de aprendizagens integradas em prol de uma educação para a arte e pela arte, para a cidadania e pela cidadania. Os conteúdos e os modos de atuação deverão ser avaliados e repensados sempre que necessário, de acordo com os estudos de públicos que vai realizando;
- organizar e gerir do seu ambiente de trabalho, bem como aos materiais, utilizando-os e disponibilizando-os quando necessário para as suas práticas. Esses materiais deverão também integrar recursos ligados às tecnologias de informação;
- possuir competências ao nível da comunicação por forma a ser disponível, flexível e mesmo afectuoso, adaptando a sua postura e discursos aos vários tipos de público que a ele recorram;
- criar redes de parceiros, nomeadamente intervencionando junto da comunidade que envolve a instituição, bem como trabalhar em equipa com os demais sectores da instituição, elementos imprescindíveis para o traçar de uma programação e de um plano de acção pedagógica que vise a missão educativa da instituição;
- ter capacidade de investigação.

Tendo em conta a investigação realizada e indo ao encontro dos testemunhos dos participantes no estudo, considera-se que deve ser este o perfil dos profissionais de educação e mediação.

3.2. Formação Especializada – Tentativas anteriores

Uma das lacunas que se verifica no funcionamento dos serviços educativos, e que está estritamente ligado à falta de um perfil do profissional, é a da inexistência de certificação académica, ou seja, a constituição de uma área de estudos específica. Parte-se do pressuposto que a constituição dessa área iria revelar-se determinante não só para o desenvolvimento de carreiras mas também para a valorização do desempenho das próprias instituições patrimoniais e culturais. Vincaria assim a ideia de que as carreiras “não se constroem à custa de talentos naturais” (Martinho 2004) mas sim no investimento de formação específica.

A formação especializada em Serviços Educativos existe hoje em dia sob a forma de *workshops* e formações intensivas de curta duração, isto é, não existe ao nível de formação superior, e os seus conteúdos estão quase sempre associados ao trabalho em museus. É disso exemplo a formação ministrada pela Sete Pés³³, a formação realizada recentemente através da Rede Portuguesa de Museus³⁴, e formação *Mediadores Culturais: Técnicos de Serviço Educativo nos sectores da Cultura, Património, Ciência e Artes* (que por sua vez deu à origem da internacionalização da mesma sob o nome *Museum Mediators*³⁵ realizada entre 2012 e 2014). Um dos parceiros deste último exemplo formativo é o Mapa das Ideias³⁶, representado por Inês da Câmara, que por sua vez tem ministrado formações nesta área, bem como desenvolve projectos da educação e da mediação cultural. Apesar destes impulsos terem sido fortes e com uma adesão significativa por parte dos profissionais, a realidade é que continuamos a não ter uma formação ao nível do ensino superior.

³³ Para mais informações consultar: www.setepes.pt. Acesso em dezembro 15, 2014.

³⁴ Programa de Formação 2014 a consultar em <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/formacao-rpm/>. A formação *Educação e Serviços Educativos em Museus – O Toque de Midas*, realizou-se no Palácio Nacional de Sintra de 20 a 23 de outubro de 2014 e foi ministrada por Ana Rita Canavarro, Sara Barriga e Susana Gomes da Silva.

³⁵ Ver plano de formação e seus intervenientes em http://museummediators.eu/?page_id=481. Acesso em dezembro 12, 2014.

³⁶ Para mais informações consultar: <http://www.mapadasideias.pt/>. Acesso em dezembro 10, 2014.

É de referir, mesmo em cursos superiores na área da museologia, a temática normalmente denominada como ‘museus e educação’, não tem o peso que deveria ter na constituição dos *curricula*. Pode-se ilustrar esta questão com o seminário ‘A Educação pelos Museus’ que este foi parte integrante do plano de estudos do Mestrado em Museologia e Património Cultural no ano 2002/2003 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Mendes 2013, 104-105).

Fora das nossas fronteiras, mais concretamente em Espanha, verifica-se que esta área de formação encontra-se numa fase mais avançada e definida, não deixando por isso de estar sempre associada aos museus. No entanto, através da Universidade de Múrcia é possível fazer um Mestrado em regime *e-learning*, denominado *Máster en Educación y museos: patrimonio, identidad y mediación cultural*. Nesta formação pós-graduada, entre as várias áreas de estudo estão contemplados os seminários de *Educador del Museo y Mediación Cultural*³⁷ e *Aprender en los Museos*³⁸, pelo que a área pedagógica tem sem dúvida uma grande relevância na estrutura deste curso. Também em Espanha é apresentada outra proposta de formação pós-graduada: o *Máster* da Universidade de Zaragoza intitulado *Museos: Educación y Comunicación*, que tem como uma das áreas com mais peso no seu plano de estudos³⁹ a educação e a comunicação com o seminário *Educación y Comunicación en Museos y Patrimonio*.

Já no *Institute of Education* da *University College London* em Inglaterra, é possível fazer estudos pós-graduados no curso de Mestrado intitulado *Museum & Galleries in Education*⁴⁰. De acordo com os objectivos desta formação, os seus conteúdos passam por: estudos práticos e teóricos de museus e galerias como recursos educativos, conhecer as políticas culturais em vigor, nomeadamente aqueles que mais dizem

³⁷ Para mais informações quanto aos conteúdos desta área de estudo consultar aqui: <http://www.um.es/educacionymuseos/programa/educador-museo-mediacion-cultural/>. Acesso em janeiro 5, 2015.

³⁸ Os conteúdos desta área de estudo podem ser consultados aqui: <http://www.um.es/educacionymuseos/programa/aprender-en-los-museos/>. Acesso em janeiro 5, 2015.

³⁹ Todo o plano de estudos deste Mestrado está disponível em <http://www.mastermuseos.es/el-master/programa/>. Acesso em dezembro 10, 2014.

⁴⁰ Para mais informações consultar <http://museumsgalleries.ioe.ac.uk/mamg.htm>. Acesso em janeiro 10, 2015.

respeito ao setor, debates sobre a questão das aprendizagens em museus e galerias, reconhecer e compreender a importância da aprendizagem em locais ligados ao património, quer históricos quer contemporâneos, e ainda, um estágio com duração de 20 dias num museu, galeria ou outro local ligado ao património, do qual resultará um trabalho de investigação.

Ainda que estes exemplos se foquem no contexto museológico poderão ser um ponto de partida na busca de uma estrutura de formação com sentido e conteúdos significantes.

3.2.2. Proposta de Especialização em Educação e Mediação em Instituições Patrimoniais e Culturais – 2º ciclo

Para a construção de uma proposta de formação especializada que seja credível e sólida pensou-se, numa primeira abordagem, na criação de um tronco comum: um conjunto de seminários que seriam a base desta formação de nível superior. Entendeu-se que, tendo em conta a variedade das áreas de formação inicial dos participantes no estudo, seria lógico que a proposta de formação fosse um 2º ciclo, um Mestrado, onde todos poderiam colmatar as lacunas que sentem, acompanhando também a tendência que o processo de Bolonha veio trazer a Portugal através dos mestrados integrados.

Importou assim pensar e estruturar uma especialização que fosse ao encontro das opiniões recolhidas tanto por parte dos diretores/coordenadores como dos colaboradores. Por um lado porque, regra geral, quem assume as funções recrutamento é a direção/coordenação; por outro lado porque foi importante ter os testemunhos das dificuldades sentidas na primeira pessoa.

Assim sendo, e fazendo um resumo geral dos 14 inquiridos, apenas dois participantes no estudo responderam negativamente quanto à necessidade de *ter conhecimentos das*

políticas culturais exercidas em Portugal para o desempenho das suas funções, pelo que se considerou ser uma área de importância para a proposta a apresentar.

Na questão *seria importante, enquanto profissional de um Serviço Educativo (SE), ter o conhecimento de práticas realizadas noutros SE como teatros, bibliotecas, centros culturais entre outros?*, a opinião é unânime: todos os concordam que é importante o conhecimento de outras práticas e partilha das mesmas. Desta forma pretende-se que a visita a serviços educativos em diferentes instituições e a partilha de experiências deverá ter um grande peso na formação destes profissionais.

Quanto ao pedido para referir *duas áreas de estudo que gostaria de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo*, as respostas são próximas embora com denominações ligeiramente diferentes sendo elas: Pedagogia, Intervenção Comunitária, Arte, História da Arte, Psicologia, Criatividade, Gestão de Projetos, Perspetivas Transgeracionais, Gestão de Voluntariado, Psicologia da Educação e Comunicação Cultural.

Relativamente às *duas temáticas específicas que gostaria de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo*, salvo dois participantes que optaram por não responder, foram referidas as seguintes áreas: Cooperação e Inclusão, Artes Plásticas, Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, “O que é a Arte?”, Sociologia de grupos, Formação de Públicos, Modelos Participativos, Didática do Conhecimento, Técnicas de Comunicação, Teorias da Aprendizagem, Comunicação e Públicos”, “Públicos e pedagogia, mediação cultural”, “Gestão cultural e Pedagogia”, “Teorias da aprendizagem, elaboração de projetos educativos”, “Comunicação - voz e postura, expressão plástica”, “Acessibilidade em museus, Pedagogia” “Educação pela Arte, Psicologia (perceção)”. Estas áreas foram, como se irá verificar, muito ao encontro das *duas temáticas específicas*: “comunicação/voz, expressão corporal/postura”, “Criatividade para profissionais de SE, Comunicação cultural e educativa”, “Estudos de públicos e comunicação cultural”, “Modelos pedagógicos informais, A natureza da função educativa”, “Escrita de peças

expositivas, Técnicas pedagógicas para públicos infantis”, “Trabalho com comunidades; criação de estratégias/ atividades educativas”. Tendo como base estas opiniões procurou-se que os conteúdos dos seminários obrigatórios dessem resposta a estas necessidades.

É portanto objetivo desta proposta de formação, que aqueles que a frequentem tenham conhecimentos e as ferramentas pedagógicas necessárias para:

- promover e clarificar a identidade da instituição onde desempenham funções e do património que esta alberga;
- relacionar as potencialidades do(s) património(s) com a educação, a mediação e a cidadania;
- elaborar planos de ação educativa (ou projetos educativos);
- criar parcerias de trabalho: com escolas, associações, a comunidade em geral, entre outros;
- planificar atividades pedagógicas mediante intenções pedagógicas previamente pensadas, de acordo com objetivos estabelecidos;
- saber criar e trabalhar com projetos;
- gerir projetos;
- estar atualizado quanto às políticas culturais que afetam diretamente a(s) instituição (instituições) onde desempenha funções;
- coordenar pessoas;
- comunicar de várias formas, com várias tipologias de público.

É verdade que os seminários de tronco comum aqui propostos são de todo interdependentes. No entanto, por uma questão de organização de ideias e de trabalhos a propor, foram considerados em separado. Logicamente que, na elaboração de trabalhos ao longo da formação, e mesmo durante a prática profissional, tudo está ligado entre si. Apenas por uma questão de sistematização de conteúdos e conceitos optou-se por esta divisão e nomenclaturas.

Desta forma entendeu-se que a base da formação será composta pelos Seminários Públicos e Pedagogia, Plano de Ação Educativa e Sociologia da Cultura.

De forma a respeitar a especificidade de contextos em que cada um trabalha e ainda tendo em conta as opiniões dadas nos questionários, considerou-se que a melhor forma de completar a base desta formação será com seminários opcionais, em que cada candidato poderá escolher consoante o que lhe for mais oportuno. A lista de opções que apresentamos é passível de ser adaptada a cada universidade:

- História da Arte
- Expressão Dramática e Dança
- Expressão Musical
- Expressão Plástica
- Iniciação à Botânica – em parceria com o Jardim Botânico da Universidade de Lisboa (aprendizagem *in situ*)
- Iniciação à Zoologia – em parceria com o Jardim Zoológico e com o Oceanário de Lisboa (aprendizagem *in situ*)
- Iniciação à Museologia
- Iniciação à Museografia
- Introdução à Biblioteconomia – em parceria com o Arquivo da Torre do Tombo (aprendizagem *in situ*)

Tal como já foi referido anteriormente, um dos objetivos deste trabalho é propor os conteúdos chave de cada seminário de tronco comum e de cada opção, através de assuntos, temas, conceitos e autores que se consideram imprescindíveis para abordar numa formação deste cariz. No entanto fica a ressalva de que como em tudo, e principalmente em ciência e em educação, apesar de ser apresentada aqui uma proposta base, há que acompanhar os novos estudos e os novos autores, inovar e atualizar os conteúdos.

Áreas científicas para a obtenção do grau

Área Científica	Sigla
Educação e Mediação - Património	EM-P
Sociologia da Cultura	SC
Opção livre (áreas possíveis)	(Várias)

Plano de Estudos:

1º e 2º semestres

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Créditos	Observações
Públicos e Pedagogia	EM-P	Anual	12	Obrigatória
Plano de Ação Educativa	EM-P	Anual	12	Obrigatória
Sociologia da Cultura	SC	Anual	12	Obrigatória

Opção Livre I	(várias)	Semestral	12	A realizar no 1º semestre
Opção Livre II	(várias)	Semestral	12	A realizar no 2º semestre
Total	-	-	60	-

2º e 3º semestres

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Créditos	Observações
Seminário de Investigação	EM	Semestral	12	O candidato terá de optar entre a elaboração da Dissertação ou Trabalho de Projeto e respetivo Seminário de Investigação ou o Estágio e o Relatório de Estágio
Dissertação ou Trabalho de Projeto	EM	Anual	48	
Estágio	EM	Semestral	12	
Relatório de Estágio	EM	Anual	48	
Total	-	-	60	-

a) Seminário obrigatório anual – Públicos e Pedagogia

Objetivos do seminário:

- Compreender o que é o Património Cultural, as suas potencialidades e valores;
- Entender a especificidade da função dentro do tipo de educação não-formal;
- Conhecer e analisar os vários tipos de público e fazer a sua distinção por interesses;
- Aprender a trabalhar em rede: criar parcerias com a comunidade (projetos com escolas, associações...);
- Analisar casos de públicos com necessidades educativas especiais tendo como referência as publicações e encontros da Acesso Cultura;
- Reconhecer o perfil profissional de educação e mediação como a base de um bom desempenho da função;
- Aprender a recorrer às técnicas de animação para elaborar vários tipos de comunicação em público;
- Conhecer e distinguir os conceitos de educação formal e não-formal, mediação, experiência, interpretação e intencionalidade pedagógica de acordo com a bibliografia fornecida.

Introdução aos conteúdos programáticos:

Apesar do tipo de aprendizagem proporcionado pelo património se diferenciar da escola, permanece da mesma forma uma intencionalidade pedagógica previamente pensada no momento da estruturação da ação educativa: definem-se estratégias de atuação, pensa-se a pertinência e o interesse, adequa-se aos públicos tendo em vista os objetivos propostos. Faz-se algo em detrimento de alguma coisa. Durante e após as atividades e mediante a sua observação direta é feita a sua avaliação, algo que é uma constante em todo o processo.

De acordo com Susana Gomes da Silva, “aprender não é aceitar passivamente um conhecimento exterior, mas o processo ativo de construir significados que conferem um

sentido ao mundo e, portanto, ao que se aprender” (Silva 2007, 61). Trata-se de um processo de aprendizagem que implica o envolvimento pessoal, convoca os saberes que o sujeito já traz consigo e proporciona a vivência de novas experiências. Graham Black reforça ainda a importância da experiência referindo que as pessoas *precisam* de passar pela experiência; *precisam* de ver e fazer em vez de lhes ser dito como é, pois só dessa forma é construída a aprendizagem: “we do something, we learn from the experience, and when we do something new that is related, we seek to apply the experience we have previously obtained, producing a learning cycle” (Black 2005, 132-133). É na experimentação que convocamos os sentidos, estabelecemos ligações entre o fazer e o pensar e consequentemente se forma o conhecimento.

De acordo com Eilean Hooper-Greenhill, as experiências em contexto museológico devem ser acima de tudo desafiantes e estimulantes, caso contrário não se tornam educativas, bem como também faz referência à importância da intencionalidade pedagógica: “experiences must be not only ‘hands-on’ but also ‘minds-on’. Second, it is not sufficient for experiences to be ‘lively, vivid, and ‘interesting’ ‘; they must also be organized to be educative” (Hooper-Greenhill 1998, 2).

É neste contexto que se torna muito importante o papel dos colaboradores que fazem esta ligação entre os sujeitos e a instituição: os profissionais de educação e mediação. É depositada neste profissional a confiança para a criação de uma relação “construtivista, de cooperação, de diálogo, de confiança, no âmbito de um processo de aprendizagem por todos partilhado” (Fernandes 2008, 10).

Partindo do pressuposto que as instituições patrimoniais e culturais existem para possibilitar experiências, vivências e emoções, certamente fará sentido pensar no trabalho a desenvolver “fora de portas”. São várias as parcerias têm vindo a ser desenvolvidas entre instituições de património e de cultura com escolas, grupos, associações, entre outros.

Bibliografia recomendada:

Campos, Tereza. 2002. “A comunicar é que a gente se entende”. In *Encontro Ver, Rever. Museus, Educação*. Ministério da Cultura 13-15.

Costa, Maria Madalena da 1996. *Museus e Educação – Contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra 67-122 (Dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra)

Coutinho, Rejane Galvão. 2009. *Questões sobre a formação de mediadores culturais*. Acesso em 2 janeiro, 2015.
http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/ceav/rejane_galvao_coutinho.pdf

Faria, Margarida. 2002. “Museus e Educação. Tempo suspenso/tempo acelerado”. In *Encontro Ver, Rever. Museus, Educação*. Ministério da Cultura 8-10

Filipe, Graça. 2002. “Educação em Museus – alguns tópicos sobre a programação dos serviços e formação dos profissionais”. In *Encontro Ver, Rever. Museus, Educação*. Ministério da Cultura 16-19

Hooper-Greenhil, Eilean. 1998. *Museum and gallery education*, Londers: Leicester University Press.

Mendes, José Amado. 2013. *Museus e Educação, Coleção Estudos do Património*, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Lourenço, Vanda. 2008. “Formas de Participação Cultural”. In *Observatório de Atividades Culturais* 16:75-87

Proença, Ana Paula. 2006. “Formas de Mediação Cultural entre escolas e museus”. In *Revista de Educação do Instituto Superior de Ciências Educativas – Itinerários* 3:75-85

Crêterios de Avaliação:

- Trabalho de projeto: criação de uma parceria que poderá ser hipotética ou não. Pretende-se que o aluno passe por todas as fases do projeto.
- Uma resen a crítica com uma das temáticas abordadas no seminário.

b) Seminário obrigatório anual - Plano de Ação Educativa (PAE)

Objetivos do seminário:

- Compreender como deve ser feita a estrutura do serviço de educação e mediação (serviço educativo) dentro da instituição e qual o seu papel na mesma;
- Aprender a construir um plano de ação educativa;
- Saber adaptar tanto a estrutura do serviço como do plano de ação educativa a cada instituição;
- Estruturar e analisar estudos de públicos;
- Visitar diversos contextos de educação e mediação: teatros, museus, centros culturais, jardins...

Introdução aos conteúdos programáticos:

Pretende-se que neste seminário cada aluno aprenda a construir um PAE ou Projeto Educativo. É no traçar estruturado da ação educativa que as instituições patrimoniais e culturais irão dar forma aos seus modos de interação junto dos públicos. Se em tempos já passados essa ação se mantinha essencialmente na organização de visitas guiadas, hoje em dia deverá ser “compreendida de forma muito mais ampla, incluindo a conceção e o desenvolvimento de programações diversificadas e transversais que intensificam a relação com os públicos” (Victorino 2008, 11).

É neste contexto que recorreremos a Sara Barriga e   nomenclatura anteriormente referida. O PAE deve ser “um documento que esclarece, de forma clara e concisa, as

metas, objetivos e estratégias da ação pedagógica, tendo por base a política institucional e a responsabilidade que esta assume perante as comunidades a quem dirige a oferta programática” (Barriga 2007, 43). Por outras palavras, este documento pretende enquadrar os princípios, as estratégias e a planificação de todo o SE, promovendo a educação ao longo da vida e a formação cultural do indivíduo.

Deste modo, é através do PAE que o SE de uma instituição irá responder a uma série de questões com que se depara no seu quotidiano: “Que atividades educativas posso oferecer aos públicos de todas as idades? Quais são os públicos-alvo, reais e potenciais? Quais as suas expectativas e necessidades? Que parcerias necessito de estabelecer para qualificar a oferta educativa? Como planificar uma rede de contactos? Como incrementar os escassos recursos? Como é que o projeto educativo poderá ser avaliado e potenciado? Que metas? Que objetivos? Que estratégias?” (Barriga 2007, 44)

O PAE serve assim de rosto ao SE de uma instituição patrimonial e cultural, configurando a planificação da sua ação e identificando as suas competências num determinado período. Um dos seus objetivos-chave é o do envolvimento de toda a equipa na concretização dos projetos. De um modo geral, este documento “identifica as premissas pedagógicas, os programas, as metodologias e estratégias de trabalho, projetos e redes de contacto a desenvolver e os responsáveis pela sua execução” (Barriga 2007, 45), sem esquecer também de informar sobre os parâmetros e calendarização da sua avaliação. Deste modo, e atendendo às suas funções, cabe ao SE: elaborar estudos de públicos, programar em conjunto com outros departamentos da instituição, promover conteúdos do interesse dos seus públicos e aliciando outros, e pensar a sua ação sempre com os seus pressupostos pedagógicos.

Relativamente ao plano de ação educativa mencionado anteriormente, este, tal como foi referido, deverá ter em conta a voz de todos, os objetivos gerais da instituição e específicos de cada proposta lançada na sua programação, estreitando cada vez mais a sua relação com a comunidade envolvente. Os estudos de públicos acabarão aqui por fazer parte integrante da avaliação que vai sendo vista e revista por forma a melhorar cada vez mais o serviço por forma a chegar aos mais variados tipos de público.

Bibliografia recomendada:

Barriga, Sara; Silva, Susana Gomes da. 2007. *Serviços Educativos na Cultura*. Setepés. Lisboa

Análise de PAEs e projetos fornecidos pelo docente.

CrITÉRIOS de Avaliação:

- Projetar um serviço de educação e mediação (serviço educativo) hipotético ou não;
- Construir um plano de ação educativa para uma instituição à escolha;
- Um relatório de visita constituído pelas componentes reflexiva e teórica.

c) Seminário obrigatório anual - Sociologia da Cultura

Objetivos do seminário:

- Abordar as várias definições de cultura: cultura popular, cultura cultivada e cultura de massas;
- Conhecer as práticas culturais em diferentes perspetivas: criação/produção, difusão/distribuição e receção/consumo;
- Que o profissional de educação e mediação tenha conhecimentos das políticas culturais existentes e que afetam diretamente a si e à instituição onde desempenha funções;
- Conhecer os públicos da cultura;
- Relacionar cultura e economia.

Introdução aos conteúdos programáticos:

Tenciona-se abordar o papel da cultural no turismo, no lazer e no quotidiano, relacionando-a com a técnica e os media, bem como associar cultura(s) e práticas culturais aos estilos de vida e às identidades das populações.

Será considerada a organização, produção e circulação da cultura bem como a análise dos seus públicos, quer nas suas diferenças quer tendo em conta o seu alargamento.

Haverá também espaço para analisar as políticas culturais no país, nomeadamente através dos estudos mais recentes de forma a compreender o papel da Secretaria de Estado da Cultura e como influencia as instituições patrimoniais e culturais.

Bibliografia recomendada:

Crespi, Franco. 1997. Manual de Sociologia da Cultura. Lisboa: Estampa.

Martinho, Teresa Duarte. 2013. “Apresentar a Arte. Estudo sobre Monitores de Visitas a Exposições”. In *Revista Análise Social* 207:422-444

Martinho, Teresa Duarte. 2013. “Mediadores culturais em Portugal: perfis e trajetórias de um novo grupo ocupacional”. In *Revista Análise Social* 207: 422-444

Martinho, Teresa Duarte. 2010. “Trabalho no sector cultural – dois tópicos em foco: flexibilidade e regulação”. In *Novos Trilhos Culturais – Práticas e Políticas*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Martinho, Teresa Duarte. 2008. “Os Municípios e o Emprego na Cultura. O Caso das Bibliotecas”. In *Observatório de Atividades Culturais* 16:68-74

Martinho, Teresa Duarte. 2007. “A Dimensão Educativa dos Museus e Centros de Arte”. In *Observatório de Atividades Culturais* 15:73-82

Quintela, Pedro. 2011. “Estratégias de mediação cultural: Inovação e experimentação no Serviço Educativo da Casa da Música”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais* 94:63-85

Lourenço, Vanda. 2008. “Formas de Participação Cultural”. In *Observatório de Atividades Culturais* 16:75-87

Santos, Maria de Lourdes Lima dos. 2012. *Sociologia da Cultura – Perfil de uma carreira*. Lisboa: ICS.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.). 1998. *As Políticas Culturais em Portugal – Relatório Nacional*. Lisboa: Observatório de Atividades Culturais.

CrITÉRIOS de Avaliação:

- Recensão crítica elaborada com pelo menos uma das referências da bibliografia recomendada (podem ser utilizadas mais referências da listagem fornecida ou de pesquisas feitas pelo aluno)

3º e 4º semestres

d) Seminário obrigatório 1º semestre – Seminário de Investigação I

Objetivos do seminário:

Apoio tutorial para o trabalho final

Bibliografia recomendada:

Pacheco, José Augusto. 2006. “Um olhar global sobre o processo de investigação”. In *Fazer Investigação – Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto Editora.

e) Seminário obrigatório 2º semestre – Seminário de Investigação II

Objetivos do seminário:

Apoio tutorial para o trabalho final

Listagem de opções:

- História da Arte

Breve descrição:

Conhecer as manifestações artísticas através da sua época histórica. O seminário terá uma organização cronológica. A incidência em épocas específicas (Arte Moderna, Renascimento...) será feita de acordo com os interesses dos alunos.

- Expressão Dramática e Dança

Breve descrição:

Corpo e Voz. Respiração, postura. Movimento como forma de manifestação de emoções. Falar em público.

- Expressão Musical

Breve descrição:

Sons e ritmos. Símbolos e composições simples. Instrumentos de percussão e instrumentos tradicionais.

- Expressão Plástica

Breve descrição:

Materiais: da pintura à escultura passando pelo desenho. Potencialidades do desperdício: novas perspetivas. Técnicas.

- Iniciação à Botânica – em parceria com o Jardim Botânico da Universidade de Lisboa (aprendizagem *in situ*)

Breve descrição:

Conhecer a flora presente no jardim de forma geral. Distinção de tipologia de árvores. Estudo de espécies à escolha.

- Iniciação à Zoologia – em parceria com o Jardim Zoológico e com o Oceanário de Lisboa (aprendizagem *in situ*)

Breve descrição:

Conhecer os animais do Zoo de forma geral e distinção de espécies. Breve estudo de espécies protegidas.

- Iniciação à Museologia

Breve descrição:

A instituição Museu: das antigas civilizações aos dias de hoje. Legislação. Funções do museu.

- Iniciação à Museografia

Breve descrição:

Planeamento e execução de exposições museológicas. A exposição com objetivos pedagógicos. Acessibilidade.

- Introdução à Biblioteconomia

Breve descrição:

Noções de gestão de bibliotecas, arquivos digitais.

Considera-se que, tendo como base esta matriz, será possível criar uma área de estudos específica e uma formação especializada mesmo tendo em conta as diferenças entre instituições. Decidiu-se reforçar a área da pedagogia pois tendo em conta as respostas aos questionários, é essa a maior dificuldade sentida por parte dos participantes no estudo.

Considerações finais

Fez-se por, ao longo desta dissertação, dar destaque às potencialidades do património quer devido à sua importância em termos histórico-culturais mas também como fator de desenvolvimento e cidadania; o património é, por si só, multi e interdisciplinar, um todo composto por várias partes que têm relação entre si. Como refere Amado Mendes “o património (material e imaterial, tangível e intangível) representa uma parte relevante da nossa cultura e da nossa história, pelo que deve merecer especial atenção como fator de identidade e reforço da memória” (Mendes 2013, 266-267).

Verificou-se que o uso do património com fins pedagógicos deve fazer parte da educação não formal das populações e para isso é necessário saber comunica-lo.

É tendo em conta estas preocupações que é criado, por João Couto, o “serviço de extensão educativa” no Museu Nacional de Arte Antiga no início da década de 30, onde se começa a fazer um trabalho pioneiro no sentido de aproximar a arte aos públicos, tendo uma especial incidência no público escolar. Considerando que foi este o ponto de partida para aquilo que hoje se conhece como “serviço educativo”, tentou-se compreender como é que estes serviços funcionam e quais as suas funções.

O SE é (ou pretende-se que seja), nos dias de hoje, um dos pilares das instituições patrimoniais e culturais, fazendo parte da sua estrutura orgânica e tendo voz na sua programação. Uma das funções destes serviços é o de, precisamente, servir as populações no âmbito da educação não formal, fazer a ponte entre os “patrimónios” a comunicar e os públicos, servindo-se de ferramentas pedagógicas complexas e que requerem estudo: a mediação, a interpretação.

Assim sendo, tornou-se o principal objeto de estudo deste trabalho a classe de profissionais de educação e mediação que colaboram com instituições patrimoniais e culturais. Diariamente são eles que têm a responsabilidade de comunicar os “patrimónios” com os quais trabalham e de lhes dar significado junto dos seus públicos,

sempre tendo em conta os pressupostos pedagógicos: fazer algo em detrimento de alguma coisa. A isso se chama intencionalidade pedagógica.

Desta forma, foi intenção desta dissertação ficar a conhecer de forma mais concreta quem são esses profissionais, pelo que se apresentou o estudo de caso baseado nos 14 questionários realizados, abrangendo mais de 10 instituições e 6 tipologias diferentes (museu, centro de artes, teatro, oceanário, monumento e galeria), contando ainda com a colaboração de 6 coordenadores/diretores de serviço educativo. O número de questionários torna-se representativo na medida em que se conseguiu obter participações bastante variadas ao nível institucional. Outra mais-valia para este estudo foi o peso de quase 50% dos participantes serem diretores/coordenadores (responsáveis por recrutamentos).

Verificou-se, através dos questionários realizados, que os profissionais de educação e mediação continuam a ter algumas das características apontadas em estudos feitos anteriormente: tratam-se de, sobretudo mulheres, com idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos. No entanto, se nos estudos publicados por Martinho (2006 a 2013) se tinha a indicação de que esta ocupação profissional servia como mote de lançamento para outras áreas, hoje constata-se que, regra geral, quem trabalha neste setor é porque o faz intencionalmente.

Foi interessante verificar que, quanto à terminologia da função o consenso aponta para a denominação de mediador cultural, mas nas justificações dadas pelos inquiridos, a verdade é que todos procuram um significado para o desempenho da mesma função, embora em instituições diferentes. É daí que surge o título deste trabalho e que se utiliza a denominação “profissionais de educação e mediação”; no fundo pretende-se que um profissional que trabalhe em “serviço educativo” em instituições patrimoniais e culturais possua estes pressupostos na sua prática, uma prática de educação e mediação. No fundo nenhuma se consegue sem a outra e isso acaba por se refletir na listagem de competências e atitudes dada pelo inquiridos quando questionados acerca do perfil que o profissional de “serviço educativo” deve ter: a capacidade de escuta, a intencionalidade pedagógica, os conhecimentos sólidos dos conteúdos da sua instituição; tudo isso “constrói” o perfil que não só os coordenadores/diretores procuram

nas fases de recrutamento mas que também os próprios colaboradores têm consciência de que deve ser parte integrante da sua formação académica e profissional.

No entanto, como se constatou, não existe em Portugal uma área de estudos dedicada à educação e mediação em património, e muito menos uma formação especializada para quem desempenha estas funções. Existem formações pontuais, de curta duração, e é essa curta duração, essa pontualidade, que acaba por não oferecer a quem procura, a especialização que esta função requer.

Embora se tenha apresentado uma formação ao nível do 2º ciclo, não é objetivo desta proposta a obtenção de um grau académico; daí a opção que o “aluno” tem de frequentar apenas o 1º ano, ficando apenas com especialização. O que importa é que de facto as Universidades, instituições detentoras responsabilidade e de competências específicas de formação, despertem no sentido de perceber esta necessidade. Foi com esse intuito que se apresentou uma proposta concreta de formação: é específica nos seus conteúdos, foram tidas em conta as opiniões dos inquiridos e nomeadamente, porque alguns desses inquiridos são os recrutadores.

Pretendeu-se também deixar espaço à adaptabilidade. Cada universidade saberá reconhecer as suas capacidades para oferecer uma formação deste cariz. Espera-se assim que este trabalho sirva de inspiração e mote de lançamento a outros, e que de facto se reconheça a necessidade desta formação.

Bibliografia

Legislação

Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro. In *Diário da República n.º 209, I Série-A*, de 08-09-2001. (Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural)

Decreto-lei n.º 46758/65, 18 de Dezembro. In *Diário da República n.º 286/65 - I Série* (Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia)

Decreto-lei n.º 45/1980, de 20 de Março. In *Diário da República n.º 67/1980 - I Série* (Regulamenta a carreira de monitor nos museus dependentes do Instituto Português do Património Cultural)

Decreto-lei n.º 55/2001, de 15 de Fevereiro. In *Diário da República n.º 39/2001 - I Série* (Carreiras de museus)

Referências bibliográficas

André, Isabel; Vale, Mário (coord.). 2014. *Fundos Estruturais e Cultura no período 2000-2020 – Relatório Final*, IGOT-UL/ Secretaria de Estado da Cultura. Acesso em janeiro 5, 2015. www.gepac.gov.pt/gepac.../cultura2020/estudo-5-sintese-pdf.aspx

Barriga, Sara. 2007. “Plano de Ação Educativa: alguns contributos para a sua elaboração”. In *Serviços Educativos na Cultura*. Setepés, 9-15. Lisboa.

Barriga, Sara; Silva, Susana Gomes da. 2007. *Serviços Educativos na Cultura*. Setepés. Lisboa

Basso, Mercedes. 2008. “Usuario y enterno: claves en la comunicación de un programa cultural”. X Coloquio Galego de Museos – Museos e comunicación 29-40.

Black, Graham. 2005. “The Engaging Museum – Developing Museums for Visitor Involvement”. Routledge.

Choay, Françoise. 2010. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

Costa, Madalena Cardoso. 2012. *João Rodrigues da Silva Couto e a ‘inovação museológica’ em Portugal no século XX (1938-1964)*. Acesso em agosto 28, 2015. https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11575/57375_12.pdf?sequence=1

Ministério da Educação. 1993. Brochura *Museus, porquê?*, Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa.

Camacho, Clarão Frayão. 2007. “Serviços Educativos na Rede Portuguesa de Museus: Panorâmica e perspectivas”. In *Serviços Educativos na Cultura*. Setepés 26-40. Lisboa

Campos, Tereza. 2002. “A comunicar é que a gente se entende”. In *Encontro Ver, Rever. Museus, Educação*. Ministério da Cultura 13-15.

Costa, Maria Madalena da 1996. *Museus e Educação – Contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra 67-122 (Dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra)

Coutinho, Rejane Galvão. 2009. *Questões sobre a formação de mediadores culturais*. Acesso em 2 janeiro, 2015. http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/ceav/rejane_galvao_coutinho.pdf

Faria, Margarida. 2002. “Museus e Educação. Tempo suspenso/tempo acelerado”. In *Encontro Ver, Rever. Museus, Educação*. Ministério da Cultura 8-10.

Engroba Cabana, Sonia. 2008. “O Museo das Peregrinacións e de Santiago. Unha aposta futura pola interpretación do seu patrimonio”. X Coloquio Galego de Museos – Museos e comunicación 29-40.

Filipe, Graça. 2002. “Educação em Museus – alguns tópicos sobre a programação dos serviços e formação dos profissionais”. In *Encontro Ver, Rever. Museus, Educação*. Ministério da Cultura 16-19

Hooper-Greenhil, Eilean. 1998. *Museum and gallery education*, Londers: Leicester University Press.

Martins, Guilherme. 2011. “Património cultural – Memória e criação em diálogo”. Património Estudos II.

Martinho, Teresa Duarte. 2013. “Apresentar a Arte. Estudo sobre Monitores de Visitas a Exposições”. In *Revista Análise Social* 207:422-444

Martinho, Teresa Duarte. 2013. “Mediadores culturais em Portugal: perfis e trajectórias de um novo grupo ocupacional”. In *Revista Análise Social* 207: 422-444

Martinho, Teresa Duarte. 2010. “Trabalho no sector cultural – dois tópicos em foco: flexibilidade e regulação”. In *Novos Trilhos Culturais – Práticas e Políticas*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Martinho, Teresa Duarte. 2008. “Os Municípios e o Emprego na Cultura. O Caso das Bibliotecas”. In *Observatório de Atividades Culturais* 16:68-74

Martinho, Teresa Duarte. 2007. “A Dimensão Educativa dos Museus e Centros de Arte”. In *Observatório de Atividades Culturais* 15:73-82

Mendes, José Amado. 2013. *Museus e Educação, Coleção Estudos do Património*, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Lourenço, Vanda. 2008. “Formas de Participação Cultural”. In *Observatório de Atividades Culturais* 16:75-87

Pacheco, José Augusto. 2006. “Um olhar global sobre o processo de investigação”. In *Fazer Investigação – Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto Editora.

Proença, Ana Paula. 2006. “Formas de Mediação Cultural entre escolas e museus”. In *Revista de Educação do Instituto Superior de Ciências Educativas – Itinerários* 3:75-85

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.). 1998. *As Políticas Culturais em Portugal – Relatório Nacional*. Lisboa: Observatório de Atividades Culturais.

Sacco (2011) cit. ANDRÉ, Isabel; VALE, Mário (coord.). 2014. *Fundos Estruturais e Cultura no período 2000-2020 – Relatório Final*. Secretaria de Estado da Cultura.

Quintela, Pedro. 2011. “Estratégias de mediação cultural: Inovação e experimentação no Serviço Educativo da Casa da Música”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais* 94:63-85

Sítios eletrónicos consultados

Culturgest. Acesso em janeiro 10, 2015. www.culturgest.pt

Fundação Robinson. Acesso em setembro 5, 2015. <http://www.fundacaorobinson.pt/>

Máster Universitario en Educación y Museos. 2015. *Universidad de Murcia*. Acesso em janeiro 5, 2015. <http://www.um.es/educacionymuseos/programa/educador-museo-mediacion-cultural/>

Máster en Museos – Educación e Comunicación. *Universidad de Zaragoza*. Acesso em dezembro 10, 2014. <http://www.mastermuseos.es/el-master/programa/>

Master Museums and Galleries in Education UCL – Institute of Education. Acesso em janeiro 10, 2015. <http://museumsgalleries.ioe.ac.uk/mamg.htm>

Mapa das Ideias. Acesso em dezembro 10, 2015. <http://www.mapadasideias.pt/>

Mediamus. 1994. Acesso em janeiro 3, 2015. <http://mediamus.ch/web/fr/rubriken/berufsprofil>.

Museum Mediators. Acesso em dezembro 12, 2014. http://museummediators.eu/?page_id=481.

Património Cultural – Rede Portuguesa de Museus – Formação. Acesso em dezembro 10, 2014. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/formacao-rpm/>.

Programa Descobrir – Gulbenkian. Acesso em janeiro 10, 2015. <http://descobrir.gulbenkian.pt/Descobrir/pt/Homepage>

Setepés. Acesso em dezembro 15, 2014. www.setepes.pt

Anexos

Anexo 1

Questionários

Património e Serviço Educativo

O presente questionário foi desenvolvido no âmbito da investigação da dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Destina-se apenas a fins académicos e é dirigido a profissionais de educação/mediação em contextos patrimoniais/culturais.

Em caso de dúvidas agradecemos que contacte Ana Sofia Nunes através do e-mail anapagarim@hotmail.com. Muito obrigada pela sua colaboração neste estudo.

***Obrigatório**

Género *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

Idade *

Nível académico *

- ☐ Ensino Secundário
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

☐ Outra:

Área de formação/curso *

Instituição ou instituições onde desempenha funções *

Desempenha funções como: *

- ☐ Coordenador/Diretor
- ☐ Colaborador

Imagem 1 – primeira página do questionário *on-line* comum a colaboradores e diretores/coordenadores de serviço educativo

Património e Serviço Educativo

*Obrigatório

Colaborador

No início das suas funções alguém o contextualizou à instituição? *

- ☐ Sim
☐ Não

Sente que está preparado para trabalhar com todos os tipos de público? *

- ☐ Sim
☐ Não

Qual o tipo de público com o qual sente mais dificuldade em trabalhar?

Porque motivo?

- ☐ Falta de formação específica
☐ Falta de experiência
☐ Outra:

No exercício das suas funções, quais as tarefas em que se sente menos confiante? Por que razão? *

No local ou locais onde colabora, existem planificações de preparação para o que se perspetiva fazer? *

- ☐ Sim
☐ Não

Imagem 2 – segunda página do questionário com questões apenas para colabores de serviço educativo

Quem elabora as planificações/guiões do que é feito na instituição/instituições onde trabalha? *

- ☐ O Diretor/Coordenador
- ☐ O próprio colaborador
- ☐ Outra:

No caso de ser o próprio, conta com o apoio de alguém?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Qual a terminologia que, no seu entender, melhor se adequa à função: mediador cultural ou educador cultural? Porque motivos? *

Quais as competências que, na sua opinião, devem fazer parte do perfil do profissional de Serviço Educativo? *

Enumere no máximo 6

Coloque da maior para a menor importância as seguintes áreas de formação: Sociologia da Cultura, Plano de Ação Educativa, Públicos e Pedagogia. *

Maior importância 1, menor importância 3

Imagem 3 – segunda
página do questionário com questões apenas para colabores de serviço educativo

Considera relevante ter conhecimentos das políticas culturais exercidas em Portugal para o desempenho das suas funções? *

- ☐ Sim
☐ Não

Seria importante para a sua formação, enquanto profissional de Serviço Educativo (SE) ter o conhecimento de práticas realizadas noutros SE como teatros, bibliotecas, centros culturais entre outros? *

- ☐ Sim
☐ Não

Refira duas áreas de estudo que gostaria de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo. *

Refira duas temáticas específicas que gostaria de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo. *

Observações

« Anterior

Enviar

Imagem 4 – segunda
página do questionário com questões apenas para colabores de serviço educativo

Património e Serviço Educativo

*Obrigatório

Coordenador/Diretor

Considera relevante ter conhecimentos das políticas culturais exercidas em Portugal para o desempenho das suas funções? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Seria importante, enquanto profissional de um Serviço Educativo (SE), ter o conhecimento de práticas realizadas noutros SE como teatros, bibliotecas, centros culturais entre outros? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Refira duas áreas de estudo que gostaria de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo *

Refira duas temáticas específicas que gostaria de ver incluídas numa formação especializada para profissionais de Serviço Educativo *

Imagem 5 – terceira página do questionário com questões apenas para diretores/coordenadores de serviço educativo

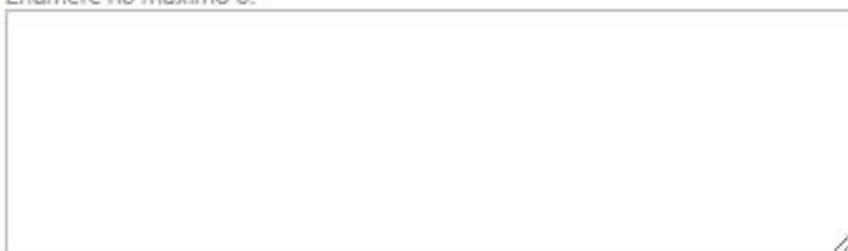
**Coloque por ordem da maior para a menor importância as seguintes áreas de formação:
Sociologia da Cultura, Plano de Ação Educativa, Públicos e Pedagogia ***

Maior importância 1 / Menor importância 3

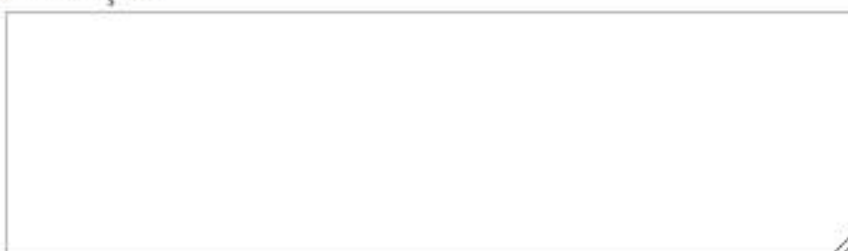
A large, empty rectangular text box with a thin border and a small double-slash icon in the bottom right corner, intended for ranking the formation areas.

Quais são as competências que, na sua opinião, devem fazer parte do perfil de um profissional de Serviço Educativo? *

Enumere no máximo 6.

A large, empty rectangular text box with a thin border and a small double-slash icon in the bottom right corner, intended for listing up to six competencies.

Observações

A large, empty rectangular text box with a thin border and a small double-slash icon in the bottom right corner, intended for additional observations.

« Anterior

Enviar

Imagem 6 – terceira página do questionário com questões apenas para diretores/coordenadores de serviço educativo

Anexo 2

Legislação consultada

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 21 732

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 28 326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir um crédito especial de 100 000\$ destinado a reforçar a verba do capítulo único, artigo 10.º, n.º 3) «Diversos encargos — Encargos administrativos — Publicação da revista», da tabela de despesa do orçamento privativo do Núcleo de Documentação Técnica, para o corrente ano, tomando como contrapartida a receita proveniente do subsídio de igual importância concedido pelo Fundo de Fomento e de Propaganda do Café.

Ministério do Ultramar, 18 de Dezembro de 1965. —
Pelo Ministro do Ultramar, *José Coelho de Almeida Cota*,
Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto-Lei n.º 46 758

Publica-se o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia.

O conjunto das suas disposições é dominado pela preocupação de criar o condicionalismo indispensável para que os museus desta índole desempenhem entre nós a dupla missão que as modernas tendências e concepções lhes assignam.

Como anteriormente se escreveu, o primeiro fim de tais museus «é, sem contestação possível, assegurar a conservação das obras de arte que foram retiradas do quadro para que tinham sido concebidas e executadas [...]. Mas o segundo fim de um museu, tão essencial como o primeiro, consiste em expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras que nele são conservadas, o que significa que os museus de arqueologia e belas-artes devem desempenhar uma missão científica e artística ao mesmo tempo que uma missão educativa e social. Se o museu não for mais do que uma instituição com finalidade conservadora, poderá então qualificar-se de necrópole. É a definição que cabe aos museus privados de contacto com o mundo científico, com os artistas, com o público em geral e a juventude em particular. O museu deve ser um organismo cultural ao serviço da comunidade».

A galeria do soberano, do príncipe, do grande senhor da Renascença, aglomerado de riquezas artísticas reunidas somente para orgulho e ostentação do proprietário e para deleite seu e das suas visitas, começou a substituir-se já nos meados do século XVIII, em coincidência com o desabrochar de ideias e o empreender de esforços visando a vulgarização de conhecimentos, o museu aberto ao público e destinado a fomentar a ilustração geral.

Mas a verdade é que até aos fins da segunda década do século XX os museus conformavam-se com uma frequência restrita de artistas e historiadores, críticos e amadores de arte.

O museu recolhia as obras, expunha-as, aliás em obediência a critérios que raro alcançavam a sua valorização

estética, e deixava-as à admiração dos apreciadores esclarecidos e à actividade dos investigadores.

Aguardava passivamente os visitantes, era, na melhor das hipóteses, um lugar de estudo erudito, mas não pensava servir as massas através de uma obra de autêntica difusão cultural.

Só depois da primeira grande guerra, sob a influência do exemplo americano, o papel educativo e social dos museus foi ganhando verdadeiro sentido.

Em quase todos os países da Europa se iniciaram movimentos tendentes a atrair às salas de exposição as camadas populares e escolares para lhes formar o gosto e lhes proporcionar educação artística.

Por outro lado, as condições da vida moderna, o seu ritmo apressado, que infelizmente dificulta não raro as leituras extensas, a preferência cada dia mais decidida pelas formas de aquisição de conhecimentos que fazem apelo aos sentidos, como a ilustração e o cinema, tudo contribui fortemente para realçar o museu como instrumento de formação de espírito.

Simplemente, o novo público tem exigências próprias que estão muito longe de se confundir com as dos escóis.

A mera contemplação da obra de arte pode permitir ao homem realmente culto recolher todas as lições que ela é susceptível de propiciar.

Não é assim com o operário, com o estudante da escola primária ou secundária, com o não iniciado.

Esses precisam de ser esclarecidos e preparados, de receber, em termos que lhes sejam acessíveis, informação sobre o valor e o significado do que se lhes vai mostrar. Sem isso, da sua passagem pelo museu ficará apenas a lembrança vaga e imprecisa de um ou outro estremecimento a que nem as sensibilidades menos apuradas conseguem escapar perante certas notas de beleza.

A novas responsabilidades são, pois, chamados os museus.

Decerto, eles têm de persistir na conservação e beneficiação das suas colecções, como têm de continuar a estudá-las, utilizando, para um e outro fim, os processos que a ciência lhes vai facultando.

E hão-de consagrar especial cuidado à ordenação e exposição das espécies, observando os modernos preceitos museológicos, que, por uma criteriosa selecção e uma sóbria e atraente apresentação artística, procuram tirar todo o partido de cada obra sem prejuízo da harmonia do conjunto em que ela se integra.

Mas, ao lado disto, deverão, por todos os meios ao seu alcance, atrair visitantes e sobre eles exercer uma acção pedagógica eficiente.

Os roteiros, catálogos e folhetos ilustrados, as conferências, as exposições temporárias e sobretudo as visitas colectivas orientadas por comentadores qualificados e os contactos estreitos e constantes com as escolas são os processos a que para esse efeito se tem recorrido em países que nos podem servir de exemplo.

As realizações e os ensaios que entre nós se têm verificado, quer em Lisboa, quer na província, lograram quase sempre resultados animadores e por vezes revelaram mesmo insuspeitadas condições de receptividade.

Com as prescrições referentes à finalidade geral dos museus, à sua organização e funcionamento e às atribuições da inspecção pretende o novo regulamento que aquelas formas de actuação se generalizem e que em vez de carácter mais ou menos esporádico assumam uma permanência e uma regularidade perfeitas.

Pretende, em suma, que os nossos museus sejam organismos vivos, tão aptos para suscitar o interesse do estudioso e do conhecedor como o do público em geral.

*

Condição essencial para se conseguir esse escopo é que os funcionários técnicos possuam preparação adequada.

Sir Henry Miers, cuja excepcional autoridade na matéria é sobejamente conhecida, escreveu que, «dirigido por um bom conservador, um museu, quaisquer que sejam as suas deficiências, não pode ser mau; mas se o conservador for mau, todas as vantagens possíveis não serão suficientes para fazer um museu verdadeiramente bom».

Mereceram para isso especial cuidado, ao elaborar-se este regulamento, os problemas ligados à preparação dos conservadores.

Essa preparação tem sido assegurada por um estágio no Museu Nacional de Arte Antiga, instituído pelo Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, regulamentado pelo Decreto n.º 22 110, de 12 de Janeiro de 1933, e mais tarde reorganizado pelo Decreto n.º 39 116, de 27 de Fevereiro de 1953.

Substitui-se agora o estágio por um curso de conservador de museu, acentuando-se a evolução, iniciada pelo Decreto n.º 39 116, no sentido de as formas de aprendizagem, quase exclusivamente empíricas, cederem o lugar ao ensino sistematizado, de feição simultaneamente teórica e prática.

Reserva-se, com uma única excepção de natureza transitória, a frequência do curso a diplomados por escolas superiores, pois a multiplicidade das tarefas que hoje incumbem ao conservador exige a largueza de horizontes, a ductilidade, o espírito de selecção e de síntese que aquela habilitação proporciona.

Embora o seu elenco abranja disciplinas professadas na Faculdade de Letras, é, porém, no Museu Nacional de Arte Antiga que o curso funciona, aí se ministrando o ensino da disciplina fundamental — a Museologia. E os alunos hão-de ser forçados pelo desenvolver dos trabalhos a um contacto íntimo com a vida deste Museu, nos seus vários aspectos, bem como à frequência dos outros museus de Lisboa.

Estas soluções integram-se no sentido geral das adoptadas pelos países que mais longe têm levado o aperfeiçoamento do pessoal. Ainda não há muito um estudo publicado pela U. N. E. S. C. O. salientava, depois de examinados os sistemas vigentes na França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América, que os museus contam muito com as Universidades para darem ao seu pessoal a formação teórica indispensável à realização das suas tarefas de carácter científico, e que, pelo contrário, a formação propriamente profissional só pode ser garantida, em grande parte, por museus ou instituições análogas.

Não se limita o novo regulamento a organizar o curso de conservador. No mesmo pensamento que ditou a sua instituição se filiam outras medidas, como as que preservem a reunião anual de estudo dos directores, também aberta aos conservadores, os cursos de actualização e aperfeiçoamento e a reserva de bolsas no estrangeiro para os conservadores que durante o curso tenham revelado aptidões especiais.

As disposições por que passa a regular-se o provimento dos lugares traduzem, sem dúvida, legítima protecção aos conservadores diplomados, mas destinam-se sobretudo a garantir que os museus terão ao seu serviço pessoal competente.

Por força dessas disposições, os directores dos museus do Ministério da Educação (salvo os nacionais, que ficam justificadamente sujeitos a regime especial) em hipótese alguma poderão alcançar provimento definitivo se não possuírem o curso.

Seria muito para desejar que a exigência se estendesse à direcção de todos os museus não pertencentes ao Ministério, em especial os municipais e equiparados.

A modéstia da remuneração nem sempre permite ir tão longe: só quando esta for igual ou superior à de terceiro-conservador o diploma constituirá título imprescindível.

Em grande número de casos haverá que utilizar elementos locais que se mostrem aproveitáveis.

Mas a escolha fica sujeita à sanção da Junta Nacional da Educação, a qual poderá impor que o designado se submeta a um estágio em museus do Ministério e ainda que frequente um dos cursos especiais de preparação para não diplomados.

Com estas cautelas se procura obstar a que a função seja entregue, como muitas vezes tem acontecido, a pessoas bem intencionadas, mas inteiramente desconhecedoras das mais elementares normas museológicas.

Se os problemas relativos à qualidade de pessoal revestem neste domínio capital importância, os que se ligam à quantidade não podem evidentemente ser desprezados.

De uma maneira geral, os nossos museus não dispõem de funcionários em número correspondente às exigências normais dos serviços. Por isso os quadros não deixarão de ser ampliados logo que as circunstâncias o permitirem.

*

Durante os últimos 30 anos os museus do Ministério da Educação acusaram progressos que, sem sombra de exagero, se devem considerar notáveis.

Criaram-se e com perfeita dignidade se instalaram novos museus, como o Museu Monográfico de Conímbriga e o Museu de Escultura Comparada, de Mafra. E as instalações dos restantes foram extraordinariamente melhoradas: o Museu Nacional de Arte Antiga, além de ver transformado e beneficiado o antigo Palácio dos Condes de Alvor, recebeu como anexo deste um novo e grandioso edifício; o Museu de Soares dos Reis obteve para a sua sede o admirável Palácio dos Carrancas; o Museu de Évora transferiu-se para o antigo Paço Episcopal, que reúne condições particularmente favoráveis ao fim a que foi destinado; nos edifícios do Museu de Machado de Castro realizaram-se e decorrem ainda trabalhos de grande vulto; o Museu Nacional dos Coches foi ampliado com uma vasta sala para exposição de viaturas; o Museu de Grão Vasco passou a dispor da totalidade das dependências do belo Paço dos Três Escalões, convenientemente adaptadas; o Museu Nacional de Arte Contemporânea e os Museus de Aveiro, Lamego, de Alberto Sampaio e do Abade de Baçal passaram também por obras que muito os valorizaram.

Os recheios foram enriquecidos: o Estado, quer através das dotações normais, quer pela concessão de verbas extraordinárias, tornou possível a aquisição de muitas espécies do maior interesse; e os particulares beneficiaram diversos museus com importantes liberalidades.

O arranjo da exposição passou por transformações radicais: a acumulação e a amálgama cederam o lugar à selecção, à simplicidade e ao bom gosto, que imprimiram aos conjuntos uma nota de irrepreensível dignidade.

Apesar de tudo isto, não deixam esses museus de sentir-se de graves deficiências.

Muitos delas encontram a sua causa na falta de uma acção que, conjugando esforços e enquadrando actividades, torne possível uma política coerente e realizadora.

Os museus vivem de facto isolados, sem qualquer ligação entre si e praticamente sem outras relações com o Ministério que não sejam as de pura burocracia.

Mas, se a carência de uma inspecção orientadora e coordenadora é sensível nos museus do Ministério, muito

mais o é aqueles que, fora da sua dependência administrativa, lhe estão porém subordinados, em virtude de expressas disposições de lei, para efeitos de fiscalização técnica. São, entre outros, os dos corpos administrativos.

O estado deplorável em que, à parte raras excepções, se encontram estes últimos, aliás depositários de alguns núcleos apreciáveis do património artístico, histórico e arqueológico da Nação, reclama como medida inadiável, por vezes até em nome do mais elementar decore, que a intervenção do Ministério se efective.

Segundo o Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936, era a 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação que tinha de assegurar a inspecção dos museus.

Pode, porém, afirmar-se que durante 28 anos ela não praticou qualquer acto que traduzisse exercício de tal competência.

Isto se escreve sem ânimo de crítica: a Junta, organismo de estudo e de consulta, não podia, nem pela sua constituição, nem pelas condições do seu funcionamento, desempenhar-se do encargo que lhe fora cometido.

Por isso se transfere agora esse encargo para a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, que o exercerá pelos seus serviços da Inspecção das Belas-Artes.

Dotados como hoje se encontram esses serviços com o necessário pessoal especializado, ela passará a estar presente em todos os museus do Ministério e a ter real interferência na sua vida.

Mas também lhe caberá, em relação a outros, o papel que na França desempenha há 19 anos com assinalado êxito a Inspecção-Geral dos Museus da Província e que já foi definido como «uma cruzada contra a rotina, contra antigos preconceitos, contra a inércia e o desalento; uma cruzada em prol da utilização de um esplêndido património que se mantinha quase inteiramente improdutivo...».

Com espírito largo e maleável, preferindo à imposição a persuasão e sem propósitos excessivamente centralizadores, a Direcção-Geral há-de desenvolver junto dos museus municipais e análogos um esforço persistente de estímulo e de conselho: apontará os defeitos e os erros do existente, revelará possibilidades de melhor arranjo e de mais feliz exposição, elaborará o plano de transformação do museu e não deixará de sugerir actividades e realizações que despertem no público a curiosidade por ele.

De resto, o empenho de valorizar os estabelecimentos não pertencentes ao Ministério e de aumentar o seu rendimento cultural não fica apenas testemunhado no novo regulamento pela organização destas formas de assistência e cooperação.

Além dos cuidados que se dispensam à escolha e à preparação dos directores, ponto a que já se aludiu, prevê-se a concessão de auxílios materiais, sob a forma que em cada caso se mostrar mais conveniente, bem como a atribuição, em regime de depósito, de obras que os museus do Ministério possam dispensar.

E não deixa mesmo de se considerar a passagem de museu dos corpos administrativos e outras entidades para o quadro do Ministério quando pela importância das colecções e pelo desenvolvimento atingido justificarem encargos a que os proprietários dificilmente possam fazer face. Foi, aliás, a solução adoptada, através do Decreto-Lei n.º 42 938, de 22 de Abril de 1960, para o Museu de José Malhoa.

*

Cidade e que em 1946 se transferiu para dependências de edifício construído junto do Museu Nacional de Arte Antiga, tem mera existência de facto.

Nenhuma disposição legal a instituiu, regula a sua organização e funcionamento ou estabelece as condições de execução dos trabalhos.

Umas vezes procede-se como se dependesse da Junta Nacional da Educação, outras vezes como se constituísse um anexo do Museu.

Ao fim e ao cabo ninguém exerce nela efectiva e regular superintendência: a Junta, em cujo orçamento se inscreve a verba que permite mantê-la embora precariamente, não o pode fazer, porque isso não é compatível com a sua índole, e o Museu, naturalmente, retrai-se por falta de título que legitime a sua intervenção.

Nestas condições, e com recursos financeiros muito limitados, a oficina, durante largos anos servida pela perícia e a intuição admiráveis de Luciano Freire e de Fernando Mardel, não tem podido corresponder, com a amplitude requerida, à missão que, embora só de facto, lhe está confiada.

Nem sequer às pinturas dos museus dispensa na medida necessária a vigilância e o tratamento que elas reclamam.

E, além destas muitas obras espalhadas pelo País, mal defendidas das injúrias dos homens e do tempo, arruinadas em locais sem a devida preparação, expostas a fortes oscilações de temperatura, carecem dos seus cuidados, e, à falta deles, vão sofrendo grandes danos ou se vão perdendo.

Por outro lado, o Museu Nacional de Arte Antiga conseguiu organizar oficinas de restauro de mobiliário e talha e de tecidos e tapeçaria; mas também as circunstâncias não têm consentido que delas se tire o rendimento conveniente.

As três oficinas e o laboratório criado pelo Museu reúnem-se agora num Instituto de Restauro de Obras de Arte, ao mesmo tempo que se define o regime legal deste.

O novo Instituto recebe, em homenagem devida a quem tão altos e devotados serviços prestou à arte, o nome de José de Figueiredo.

Tendo como sede um edifício que foi o primeiro no Mundo a ser estudado e construído especialmente para instalação de serviços desta natureza, compreende duas secções: laboratório e oficina.

A primeira, destinada a favorecer, pela utilização de processos físicos e químicos de análise, quer o estudo das obras de arte, quer a preparação do seu restauro, encontra-se já apetrechada com material para exames de raios X, de raios infravermelhos e de raios ultravioletas, para fotografia à luz rasante e à luz das lâmpadas de sódio, para macro e microfotografia. E espera-se que em futuro próximo seja possível dotá-la com instalação para exames químicos.

A segunda abrange, além das já mencionadas, uma nova oficina: a de escultura.

Na dependência desta secção ficam as equipas móveis de restauradores organizadas para percorrerem o País e procederem, nos próprios locais em que as obras se encontrem, aos trabalhos menos complexos. Realizados a tempo, esses trabalhos evitarão quase sempre que as moléstias progridam e venham a causar mais tarde prejuízos de difícil ou impossível reparação. Pensa-se sobretudo nas pinturas, dada a sua maior sensibilidade.

Estabelece-se o princípio de que, salvo autorização do Ministro da Educação Nacional, o restauro de obras de arte pertencentes ao Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, bem como pertencentes a particulares quando inventariadas, só pode ser executado pelo Instituto.

A oficina de beneficiação de pintura, que durante muitos anos funcionou no antigo Convento de S. Francisco da

Trata-se de precaução plenamente justificada pela delicadeza das operações em que se desdobra o restauro e pelos perigos que ele oferece se conduzido com menos perícia ou escrupulo.

Definem-se ainda as condições em que o Instituto poderá executar para o público trabalhos respeitantes a espécies não inventariadas. E acentua-se que só o poderá fazer na medida em que isso não importe sacrifício para a sua finalidade essencial.

No que se refere a quadros de pessoal, considerou-se preferível à sua fixação por lei a solução, mais maleável, do estabelecimento por despachos dos Ministros da Educação Nacional e das Finanças, o que permitirá adaptá-los facilmente às necessidades dos serviços e às possibilidades do recrutamento de elementos qualificados nacionais ou estrangeiros.

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

REGULAMENTO GERAL DOS MUSEUS DE ARTE, HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

TÍTULO I

Museus do Ministério da Educação Nacional

CAPÍTULO I

Museus e sua finalidade

Artigo 1.º Os museus de arte, história e arqueologia pertencentes ao Ministério da Educação Nacional e na dependência da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes são os seguintes:

Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa;
Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos), anexo à Universidade de Lisboa;
Museu Nacional de Arte Contemporânea, de Lisboa;
Museu Nacional dos Coches, de Lisboa;
Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto;
Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra;
Museu de D. Lopo de Almeida, de Abrantes;
Museu de Angra do Heroísmo;
Museu de Aveiro;
Museu Monográfico de Conímbriga, de Condeixa-a-Nova;
Museu de D. Diogo de Sousa, de Braga;
Museu do Abade de Baçal, de Bragança;
Museu de José Malhoa, das Caldas da Rainha;
Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco;
Museu de Évora;
Museu de Alberto de Sampaio, de Guimarães;
Museu de Lamego;
Museu de Leiria;
Museu de Escultura Comparada, de Mafra;
Museu de Grão Vasco, de Viseu.

§ 1.º O Museu Nacional de Arte Antiga tem como anexos:

- a) A igreja, sacristia e coros do Convento da Madre de Deus;
- b) O Museu de Azulejos instalado em dependências daquele Convento.

§ 2.º O Museu Nacional de Soares dos Reis tem como anexo a Casa-Museu de Fernando de Castro.

§ 3.º O Museu Nacional de Machado de Castro tem como anexo o Museu de Arte Sacra.

§ 4.º O Museu de Évora tem como anexo a Igreja das Mercês, na qual se encontra instalada a secção de artes decorativas.

Art. 2.º Os encargos financeiros respeitantes à manutenção dos museus do Ministério da Educação Nacional, já existentes ou a criar, podem ser parcialmente suportados pelas câmaras municipais respectivas. A contribuição destas será, em cada caso, fixada, de acordo com as câmaras, por despachos dos Ministros do Interior, Finanças e Educação Nacional.

§ único. Mantém-se, em relação às Câmaras Municipais de Abrantes, Braga, Castelo Branco, Guimarães e Leiria, a obrigação imposta pela Lei n.º 1175, de 1 de Junho de 1921, pelo Decreto n.º 4011, de 1 de Abril de 1918, pelo Decreto n.º 16 578, de 6 de Março de 1929, pelo Decreto n.º 21 514, de 26 de Julho de 1932, e pelo Decreto n.º 3553, de 15 de Novembro de 1917, de contribuir para a manutenção, respectivamente, do Museu de D. Lopo de Almeida, do Museu de D. Diogo de Sousa, do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, do Museu de Alberto de Sampaio e do Museu de Leiria. Mas os quadros do pessoal e respectivas remunerações serão, em cada caso, fixados, de acordo com as câmaras, por despachos dos Ministros do Interior e da Educação Nacional.

Art. 3.º Quando a importância das colecções e o desenvolvimento atingido justificarem encargos dificilmente suportáveis pelos proprietários, os museus dos corpos administrativos, organismos paraestatais ou entidades subsidiadas pelo Estado podem passar para o Ministério da Educação Nacional, sem prejuízo de a propriedade das colecções continuar a ser reconhecida à entidade a que no momento daquela passagem pertencer.

§ único. Se esses museus pertencerem a outros Ministérios ou a entidades deles dependentes, a transferência exigirá o acordo do Ministro da pasta respectiva.

Art. 4.º A criação de novos museus do (Ministério da Educação Nacional, a supressão ou modificação de estrutura dos existentes e a passagem prevista no artigo anterior serão sempre objecto de parecer da Junta Nacional da Educação.

Art. 5.º Os museus têm a seguinte finalidade geral:

- 1) Conservar e ampliar as colecções de objectos com valor artístico, histórico e arqueológico;
- 2) Expor ao público as espécies que melhor possam contribuir para a formação do seu espírito e para a educação da sua sensibilidade;
- 3) Realizar trabalhos de indagação artística, histórica e arqueológica e facultar elementos de estudo aos investigadores;
- 4) Constituírem-se em centros activos de divulgação cultural, solicitando constantemente o público e esclarecendo-o.

Art. 6.º Ao Museu Nacional de Arte Antiga cabe a função de museu normal, para a preparação do pessoal técnico dos museus do País.

Art. 7.º Os museus são órgãos de cooperação escolar, com a função de coadjuvar as Universidades e as escolas superiores de belas-artes nos estudos de arte, história e arqueologia.

CAPÍTULO II

Organização e funcionamento

Art. 8.º Para efeitos de estudo e exposição o recheio dos museus distribuir-se-á por secções adequadas à índole de cada um.

Art. 9.º O Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Arte Contemporânea compreendem obras de arte pura e aplicada de quaisquer modalidades.

§ único. A transferência das obras guardadas no Museu Nacional de Arte Contemporânea para o Museu Nacional de Arte Antiga realizar-se-á à medida que a Direcção-Geral, ouvidos os directores dos dois estabelecimentos, o propuser.

Art. 10.º O Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia compreende quaisquer ramos da arqueologia e da etnologia, em especial no que respeita ao estudo do mundo português.

Art. 11.º No Museu Nacional dos Coches serão especialmente expostos objectos relacionados com a viação e equitação e peças de indumentária que se recomendem pelo seu valor artístico ou histórico.

Art. 12.º O Museu Nacional de Soares dos Reis, o Museu Nacional de Machado de Castro e os demais museus referidos no artigo 1.º, com excepção do Museu Monográfico de Conímbriga e do Museu de Escultura Comparada, serão de carácter genérico e, como tal, compreenderão secções de arte, história, arqueologia e etnologia, com especial desenvolvimento das de interesse local.

Art. 13.º O Museu Nacional de Soares dos Reis abrange as colecções que constituíam o Museu Municipal do Porto, nas condições expressas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 27 878, de 21 de Julho de 1937.

§ único. As espécies com a origem indicada neste artigo constituirão, de preferência, secções especiais e as que, em obediência a preceitos de museologia, devam ser expostas juntamente com outras do Museu Nacional de Soares dos Reis terão visível o sinal de propriedade da Câmara Municipal do Porto.

Art. 14.º A missão museológica do Convento da Madre de Deus entende-se sem prejuízo da afectação da igreja e suas dependências ao culto católico.

Art. 15.º Nos museus darão entrada:

- a) Obras adquiridas pelas respectivas dotações orçamentais;
- b) Obras adquiridas com verbas extraordinárias que o Estado ou as câmaras municipais obrigadas a contribuir para a manutenção do museu concedam especialmente para esse fim;
- c) Obras legadas ou doadas;
- d) Obras adquiridas pelo rendimento de legados ou doações;
- e) Obras que, em virtude de disposições legais especiais, sejam consideradas propriedade do Estado.

§ 1.º A escolha das obras indicadas na alínea a) do presente artigo é da iniciativa do director do respectivo museu ou da Direcção-Geral, a qual pode, sempre que o julgue necessário, promover que a Junta Nacional da Educação se pronuncie sobre a conveniência ou oportunidade da aquisição.

§ 2.º Será obrigatoriamente ouvida a Junta Nacional da Educação:

- 1) Para a aquisição de obras nos termos da alínea b);
- 2) Para a aceitação de obras nos termos da alínea c), quando sujeitas a condições ou encargos pelo testador ou doador;
- 3) Para a aquisição de obras nos termos da alínea d), com excepção daquelas que a Academia Nacional de Belas-Artes adquira pelo rendimento dos legados ou doações de que seja administradora.

§ 3.º Quando se proceder à escolha de obras de arte pertencentes ao Estado para incorporação em museus será também ouvida a Junta Nacional da Educação, que deverá ter em vista, quanto possível, a conservação da unidade do património artístico no seu ambiente próprio como delegações dos próprios museus.

§ 4.º Os trabalhos de pensionistas e bolseiros do Estado poderão ser expostos nos museus se a Junta Nacional da Educação os considerar dignos disso.

Art. 16.º Quaisquer indivíduos e entidades oficiais ou particulares podem depositar nos museus obras de arte de que sejam proprietários, nas condições estabelecidas pelos respectivos regulamentos e quando os directores considerem vantajoso o depósito.

Art. 17.º O Ministro da Educação Nacional poderá autorizar, ouvida a Direcção-Geral, o empréstimo de obras de um dos museus do Ministério a qualquer museu ou serviço público, bem como para exposições no País; e, ouvida a Junta Nacional da Educação, a cessão de tais obras a qualquer museu ou serviço público e o empréstimo para exposições no estrangeiro.

§ único. A cessão de obras a museus ou serviços que não pertençam ao Ministério da Educação Nacional e a sua saída para o estrangeiro ficarão sempre condicionadas pelo acordo do Ministro das Finanças.

Art. 18.º Os museus organizarão:

- a) Livros de inventário das espécies existentes e de registo das entradas;
- b) Catálogo em fichas de tipo uniforme para cada secção, acompanhado de índices complementares.

§ único. Os livros e catálogos a que se refere o presente artigo obedecerão a modelos e normas a estabelecer pela Direcção-Geral.

Art. 19.º Cada museu promoverá a publicação de catálogos e guias, periodicamente reeditados e destinados à venda, e deverá editar opúsculos de propaganda e reproduções comentadas das obras expostas.

Art. 20.º A Direcção-Geral editará um roteiro geral dos museus, bem como o boletim *Museus de Portugal*, para registo da actividade do pessoal técnico dos estabelecimentos e para arquivo de estudos que interessem à finalidade deles.

Art. 21.º As horas de abertura e encerramento das salas de exposição dos museus serão fixadas pela Direcção-Geral, ouvidos os directores, por forma a darem-se ao público todas as possíveis facilidades de visita.

§ único. Os museus encerrarão à segunda-feira para descanso do pessoal de guarda.

Art. 22.º Salvas as isenções legalmente previstas, a entrada nos museus está sujeita à taxa que for fixada por despacho ministerial.

§ 1.º Será gratuita a entrada ao sábado e domingo.

§ 2.º Os professores e alunos das Universidades, das escolas superiores de belas-artes e das escolas de artes decorativas terão acesso gratuito aos museus, mediante a apresentação do respectivo bilhete de identidade.

§ 3.º Serão admitidos gratuitamente nos museus, em visita de estudo, os professores e alunos de qualquer ramo e grau de ensino, mediante simples comunicação dos respectivos reitores ou directores ao director do museu, que fixará, de acordo com aqueles, a hora da visita e o número de visitantes de cada turno.

§ 4.º Serão também gratuitas as visitas a que se refere o artigo 25.º e aquelas que o Ministro da Educação Nacional, em atenção à sua finalidade, à categoria dos visitantes ou a outras razões especiais, assim determinar.

Art. 23.º Sem prejuízo dos serviços ordinários, os museus facultarão gratuitamente aos investigadores de irrepreensível conduta cívica e reconhecida probidade científica todos os elementos de estudo que possuam.

§ 1.º Na autorização a que se refere este artigo entra a faculdade de reprodução de obras, como trabalho escolar dos alunos das escolas superiores de belas-artes. Mas as cópias terão obrigatoriamente dimensões diferentes das do original.

§ 2.º As concessões serão retiradas àqueles que se não subordinem às disposições regulamentares em vigor e às prescrições eventuais do director do museu.

Art. 24.º Os museus promoverão a realização, nas suas salas, de exposições temporárias e conferências destinadas a atrair a atenção do público para problemas de ordem artística, histórica e arqueológica.

Art. 25.º Incumbe ainda aos museus organizar visitas colectivas, orientadas, às suas colecções e estimular, por todos os meios ao seu alcance, a organização delas por quaisquer outras entidades e promover que se multipliquem as previstas no § 3.º do artigo 22.º

§ único. A orientação destas visitas caberá ao pessoal técnico dos museus ou a outras pessoas idóneas.

CAPÍTULO III

Direcção dos museus

Art. 26.º Aos directores dos museus cabe a responsabilidade superior de todos os serviços, com o encargo de promoverem a melhor sistematização, arrumação e conservação das colecções e o seu enriquecimento, dentro da coordenação geral do património artístico, histórico e arqueológico da Nação.

Art. 27.º Os directores dos museus diligenciarão contribuir, pela sua acção pessoal e oficial, para a defesa de quaisquer elementos do património artístico, histórico e arqueológico da Nação.

§ único. Para os efeitos deste artigo os directores dos museus são considerados delegados natos da Junta Nacional da Educação.

Art. 28.º Os directores dos museus são escolhidos pela forma seguinte:

- a) Quanto aos Museus Nacionais de Arte Antiga, de Arte Contemporânea, dos Coches e de Soares dos Reis, livremente pelo Ministro de entre pessoas de reconhecida competência;
- b) Quanto ao Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, livremente pelo Ministro de entre elementos do pessoal docente universitário;
- c) Quanto aos restantes museus, pela forma estabelecida para o recrutamento dos conservadores da respectiva classe.

§ único. O disposto no presente artigo não importa alteração dos regimes especiais em vigor para o Museu Monográfico de Conímbriga e para o Museu de Escultura Comparada.

Art. 29.º Realizar-se-á anualmente uma reunião dos directores dos museus, destinada ao estudo de problemas de museologia e à coordenação da sua actividade.

§ 1.º A reunião anual dos directores realizar-se-á sob a presidência do director-geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, que poderá fazer-se substituir pelo inspector superior das Belas-Artes.

§ 2.º Excepcionalmente, e por proposta fundamentada do presidente, a reunião poderá realizar-se fora de Lisboa.

§ 3.º Os directores terão direito ao pagamento das despesas de transporte e das ajudas de custo correspondentes ao deslocamento resultante da execução deste artigo, pagos por verba global a inscrever no orçamento da Direcção-Geral para a realização da reunião.

Art. 30.º Na reunião anual será admitida, por convite, a presença dos directores de quaisquer outros museus do Estado, de museus dos corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, bem como a de conservadores dos museus do Ministério da Educação Nacional. As despesas de transporte e as ajudas de custo serão suportadas pelo serviço de que os interessados dependam, quando a aceitação do convite tiver sido previamente autorizada.

Art. 31.º Os trabalhos da reunião anual revestirão a forma de sessões, conferências e visitas.

§ 1.º Nas sessões serão discutidas e votadas teses apresentadas pelos participantes na reunião e será feita a apreciação dos relatórios que obrigatoriamente os directores dos museus do Ministério da Educação Nacional apresentarão sobre a actividade dos seus estabelecimentos.

§ 2.º A admissão de teses, os temas das conferências, a escolha dos conferentes e a natureza das visitas serão das atribuições do presidente.

§ 3.º As actas das sessões, as teses, os relatórios e as conferências constituirão objecto de um relato especial que será publicado no boletim *Museus de Portugal*.

CAPÍTULO IV

Conservadores dos museus

Art. 32.º Os conservadores de todos os museus constituem um único quadro para efeito de ingresso, transferência e promoção.

Art. 33.º O ingresso no quadro único far-se-á por concurso documental entre diplomados com o curso de conservador de museu, salvo no caso previsto no artigo 66.º, e a transferência e a promoção também por concurso documental.

Art. 34.º O provimento inicial no quadro será por contrato anual, que se considerará renovado por iguais períodos até cinco anos, se não houver denúncia. Decorrido este prazo, a Direcção-Geral, tendo em conta a qualidade do serviço do contratado, poderá propor a recondução definitiva.

Art. 35.º Poderão admitir-se nos museus como conservadores-ajudantes indivíduos de reconhecida idoneidade que estejam em condições de prestar efectiva e útil colaboração aos serviços dos mesmos estabelecimentos.

§ 1.º A nomeação dos conservadores-ajudantes depende de proposta fundamentada do director do museu.

§ 2.º Os conservadores-ajudantes não têm direito a qualquer remuneração e servem sob inteira responsabilidade do director do museu.

TÍTULO II

Museus tecnicamente dependentes do Ministério da Educação Nacional

Art. 36.º Os museus de arte, história e arqueologia não compreendidos no artigo 1.º deste regulamento, pertencentes ao Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, estão subordinados, para efeito de fiscalização técnica, ao Ministério da Educação Nacional.

§ único. O disposto no presente artigo não abrange os museus militares e os da mesma natureza dependentes do Ministério do Ultramar.

Art. 37.º Dentro de 180 dias, a contar da entrada em vigor deste diploma, a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes fará publicar no *Diário do Governo* a relação dos museus tecnicamente dependentes do Ministério da Educação Nacional.

Art. 38.º A criação de novos museus e a supressão ou a modificação de estrutura dos existentes serão sempre objecto de parecer da Junta Nacional da Educação.

§ 1.º Quando se tratar da criação ou modificação de museus, serão presentes à Junta os planos da instalação, da sistematização e ordenação das espécies e da exposição das colecções.

§ 2.º Nos trabalhos que a Junta realizar para cumprimento do disposto no presente artigo participarão, com direito de voto, os directores-gerais de que dependa o museu ou, tratando-se de museus dos corpos administrativos, o director-geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior.

§ 3.º A criação de museus por entidades estranhas aos serviços do Estado só será autorizada desde que essas entidades forneçam garantias de instalação condigna e de permanência de direcção competente.

Art. 39.º Os directores dos museus, quando o lugar existir com categoria inferior à prevista no artigo 64.º e não houver candidatos diplomados com o curso de conservador de museu, serão escolhidos de entre pessoas a quem a Junta Nacional da Educação reconhecer a necessária idoneidade.

§ único. Na hipótese prevista na parte final deste artigo, a Junta poderá exigir que a pessoa designada realize, antes de entrar em exercício, um estágio em museus do Ministério da Educação Nacional e ainda que frequente, em altura a determinar, cursos previstos na alínea j) do artigo 72.º

Art. 40.º Dentro de um plano geral de valorização dos museus de arte, história e arqueologia e de coordenação das suas actividades, a propor pela Junta Nacional da Educação, o Ministro da Educação Nacional poderá, de acordo com o Ministro das Finanças, autorizar que sejam depositados nos museus a que se referem os artigos anteriores espécies pertencentes aos museus do Ministério da Educação Nacional e poderá, nas mesmas condições, permitir que nos últimos dêem entrada, a título de depósito, espécies pertencentes àqueles.

Art. 41.º O Ministro da Educação Nacional, sempre que o reconhecer justificado em face de proposta da Junta Nacional da Educação, promoverá, a favor dos museus pertencentes a corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, a concessão de auxílios materiais do Estado sob a forma que em cada caso se mostrar mais conveniente.

TÍTULO III

Curso de conservador de museu

Art. 42.º É instituído no Museu Nacional de Arte Antiga o curso de conservador de museu, destinado à preparação profissional dos conservadores dos museus de arte, história e arqueologia e dos conservadores dos palácios e monumentos nacionais.

Art. 43.º O Ministro da Educação Nacional, sobre proposta do director-geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, fixará, até 15 de Agosto de cada ano, o número de candidatas a admitir no curso.

Art. 44.º Serão admitidos os diplomados com um curso superior ou das extintas escolas de belas-artes que obti-

verem aprovação em exame destinado a averiguar menos a massa de conhecimentos do candidato do que a sua aptidão para os estudos que pretende seguir.

Art. 45.º O exame de aptidão constará de uma prova escrita, de uma prova prática e da discussão da primeira destas provas.

§ 1.º A indicação dos assuntos para as provas escrita e prática será feita pelo júri no próprio acto.

§ 2.º Cada uma destas provas terá a duração de três horas; a prova escrita será discutida por tempo não inferior a 15 nem superior a 30 minutos.

Art. 46.º Os candidatos devem requerer, de 1 a 30 de Setembro, a sua admissão ao exame, instruindo o requerimento, em que serão colados selos fiscais na importância de 132\$, e que será dirigido ao director do Museu Nacional de Arte Antiga, com a documentação seguinte:

- a) Certidão do registo do nascimento;
- b) Certificado do registo criminal;
- c) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- d) Bilhete de identidade passado pelo arquivo de identificação.

Art. 47.º As provas terão lugar na 1.ª quinzena de Outubro, perante um júri constituído por um presidente e dois vogais, escolhidos de entre membros da Junta Nacional da Educação, directores e conservadores dos museus e pessoal docente das Faculdades de Letras e das escolas superiores de belas-artes.

Art. 48.º O curso tem a constituição seguinte:

Disciplinas:

	Número semanal de horas de aula	
	Teóricas	Práticas
1.º ano		
Museologia — I	2	6
Estudo Material das Obras de Arte	2	6
Arqueologia	2	2
História da Arte	2	2
2.º ano		
Museologia — II	2	6
História da Arte Portuguesa e Ultramarina	2	2
Disciplina de opção:		
Etnologia Geral	2	2
ou		
Epigrafia (semanal) e Numismática (semanal)	2	2
ou		
Estética e Teorias de Arte	2	2
Seminário	-	-

Art. 49.º As aulas práticas de Museologia e de Estudo Material das Obras de Arte poderão revestir a forma de visitas de estudo a museus de artes plásticas e decorativas, museus biográficos e científicos, monumentos, explorações arqueológicas, laboratório e oficinas do Instituto de José de Figueiredo e palácios nacionais.

Art. 50.º O trabalho de *Seminário* destina-se especialmente a preparar a dissertação a que se refere o artigo 54.º

Art. 51.º As disciplinas de Arqueologia, História de Arte, História da Arte Portuguesa e Ultramarina e as de opção são cursadas na Faculdade de Letras.

§ 1.º Poderão ser declaradas equivalentes a estas disciplinas, para o fim especial de frequência do curso, habilitações obtidas em outras escolas.

§ 2.º Os alunos com as disciplinas da Faculdade de Letras exigidas ou habilitação equivalente poderão frequentar o curso em um ano.

Art. 52.º Salvas as excepções impostas pelo § 2.º do artigo anterior, só podem inscrever-se em disciplinas do 2.º ano os alunos a quem não falte mais de uma do 1.º, e as inscrições em Museologia — II e História da Arte Portuguesa e Ultramarina dependem de aprovação, respectivamente, em Museologia — I e História da Arte.

Art. 53.º O aluno que perder duas vezes o mesmo ano será excluído do curso.

Art. 54.º O exame final, que só poderá realizar-se depois de obtida aprovação em todas as disciplinas, consistirá na defesa de uma dissertação expressamente elaborada sobre assunto compreendido na finalidade do curso.

§ 1.º A dissertação deve ser apreciada e discutida por um ou mais membros do júri durante o tempo mínimo de 30 e máximo de 60 minutos.

§ 2.º Só podem ser admitidos à discussão os trabalhos que o júri previamente reconheça terem nível que a justifique.

Art. 55.º O júri será constituído por um presidente e quatro vogais, escolhidos de entre membros da Junta Nacional da Educação, directores e conservadores de museus e pessoal docente das Faculdades de Letras e das escolas superiores de belas-artses.

Art. 56.º Haverá duas épocas para o exame final, uma em Julho e a outra em Outubro.

§ 1.º Os requerimentos para a admissão ao exame deverão ser entregues até 30 dias antes do início da respectiva época, acompanhados de dez exemplares impressos ou dactilografados da dissertação.

§ 2.º Os candidatos reprovados em Julho não poderão apresentar-se a exame na época de Outubro imediato.

§ 3.º Em caso algum a dissertação para novo exame poderá versar o tema de qualquer outra do mesmo candidato já discutida em exame anterior.

Art. 57.º A informação do curso será a média resultante da média das classificações obtidas nos exames de todas as disciplinas e da nota alcançada no exame final.

Art. 58.º A regência das disciplinas de Museologia — I, Museologia — II e Estudo Material das Obras de Arte será confiada a membros da Junta Nacional da Educação, a directores e conservadores dos museus ou a pessoal docente das Faculdades de Letras e das escolas superiores de belas-artses.

§ único. As gratificações por cada regência teórica e por cada regência prática serão, com a actualização legal, as estabelecidas, respectivamente, no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de Novembro de 1941, e no § único do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26 026, de 7 de Novembro de 1935.

Art. 59.º Poderão contratar-se individualidades nacionais ou estrangeiras de reconhecida competência para, em condições especiais de prestação de serviço e de retribuição, regerem qualquer das disciplinas mencionadas no artigo anterior.

§ único. As condições de retribuição serão fixadas em cada caso por despacho do Ministro da Educação Nacional, com o acordo do Ministro das Finanças.

Art. 60.º O director do curso, que será um dos seus professores ou um membro da Junta Nacional da Educação designado pelo Ministro, poderá, sempre que o entenda necessário ou conveniente, convocar reuniões dos professores para apreciação de quaisquer assuntos que interessem à eficiência e ao aperfeiçoamento do ensino.

Art. 61.º O director do curso e o da Faculdade de Letras tomarão as disposições necessárias para que os

horários, no seu conjunto, permitam a melhor utilização do tempo dos alunos.

Art. 62.º Consideram-se aplicáveis ao curso, em tudo o que se coadune com o seu regime especial, as disposições sobre matrículas e inscrições, disciplina e frequência e exames, bem como sobre serviço docente, em vigor para as Faculdades de Letras.

§ único. As matrículas e inscrições realizam-se na secretaria do Museu Nacional de Arte Antiga, que delas dará conhecimento à secretaria da Universidade de Lisboa, na parte que à Faculdade de Letras respeitar.

Art. 63.º A Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes deverá promover a permanente actualização da orgânica e das condições de funcionamento do curso.

Art. 64.º O diploma de conservador de museu, correspondente à aprovação no exame final do curso, é título indispensável para o provimento nos lugares técnicos de categoria igual ou superior a terceiro-conservador dos museus de arte, história e arqueologia pertencentes ao Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado.

§ único. O disposto neste artigo não é aplicável:

- a) Aos lugares referidos nas alíneas a) e b) do artigo 28.º e ao de director do Museu Monográfico de Conímbriga;
- b) Aos funcionários que à data da publicação deste decreto-lei ocuparem lugares técnicos de categoria igual ou superior a terceiro-conservador, relativamente ao provimento em outros lugares do seu quadro.

Art. 65.º Fora dos casos previstos no artigo anterior e seu parágrafo, o diploma de conservador de museu constitui título de preferência para provimento nos lugares técnicos dos museus de arte, história e arqueologia pertencentes ao Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado.

Art. 66.º Na falta de diplomados com o curso de conservador de museu poderá abrir-se concurso documental entre habilitados com um curso superior e das extintas escolas de belas-artses, para provimento de lugares a que se refere o corpo do artigo 64.º, mas os providos só poderão permanecer na função além de três anos se dentro deste prazo concluírem o curso profissional.

Art. 67.º As disposições dos artigos anteriores são aplicáveis ao provimento dos lugares de conservador dos palácios e monumentos nacionais.

Art. 68.º A Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes promoverá a concessão, pelo Instituto de Alta Cultura, de bolsas de estudo no estrangeiro aos conservadores que, tendo revelado durante o curso aptidões especiais, queiram aperfeiçoar a sua preparação.

Art. 69.º O estágio reorganizado pelo Decreto n.º 39 116, de 27 de Fevereiro de 1953, considera-se extinto em 31 de Dezembro de 1965.

Art. 70.º O título de «conservador adjunto dos museus» e o de «conservador adjunto dos museus e dos palácios e monumentos nacionais» são equiparados, para efeitos legais, ao diploma de conservador de museu.

TÍTULO IV

Inspeção dos museus

Art. 71.º A inspecção técnica dos museus de arte, história e arqueologia pertencentes ao Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado será exercida pela Direcção-Geral do

Ensino Superior e das Belas-Artes através dos seus serviços de Inspeção das Belas-Artes.

§ único. O disposto no presente artigo não abrange os museus militares e os da mesma natureza dependentes do Ministério do Ultramar.

Art. 72.º Cabe à Direcção-Geral no exercício da competência que lhe é atribuída pelo artigo anterior:

A) Em relação a todos os museus:

- a) Fornecer aos directores, de harmonia com as disposições sugeridas pela Junta Nacional da Educação e homologadas pelo Ministro, instruções atinentes à adequada organização dos serviços e à inteira segurança, perfeita conservação e apropriada exposição das espécies;
- b) Promover o estudo, pela Junta Nacional da Educação, de questões respeitantes aos museus, não só daquelas para que a lei especialmente exija a intervenção desse organismo, mas de quaisquer outras que pela sua delicadeza ou importância a justifiquem;
- c) Estabelecer o modelo uniforme das fichas para as diversas secções dos museus;
- d) Promover a publicação e actualização de catálogos dos museus, orientando tecnicamente a sua elaboração;
- e) Promover a elaboração dos regulamentos internos dos museus e a actualização dos existentes;
- f) Facultar todos os esclarecimentos e informações que lhe sejam pedidos pelos directores dos museus;
- g) Fazer visitar os museus para verificar o cumprimento das instruções fornecidas ou guiar a execução destas;
- h) Propor quaisquer providências destinadas à defesa da parte do património nacional guardada nos museus;
- i) Promover o encerramento temporário dos museus cujas espécies não estejam devidamente acauteladas contra os riscos de destruição ou descaminho e o dos museus cujas condições de instalação, organização e funcionamento se mostrem, por qualquer motivo, inconvenientes;
- j) Organizar cursos de actualização e aperfeiçoamento para conservadores diplomados e cursos especiais de preparação para o pessoal técnico que não tenha o curso profissional;
- k) Suscitar o efectivo desempenho pelos museus das funções a que se referem o n.º 4 do artigo 5.º e os artigos 23.º a 25.º;
- l) Elaborar anualmente um relatório em que se apresente o estado dos museus, se apontem as respectivas necessidades e se proponham as soluções a adoptar;

B) Em relação aos museus do Ministério da Educação Nacional:

- a) Classificar o serviço do pessoal, de acordo com os coeficientes seguintes:
 - Trabalhos técnicos efectuados no estabelecimento a que o funcionário pertence;
 - Trabalhos de carácter técnico publicados;
 - Informação do director do estabelecimento a que o funcionário pertence;
 - Informação das inspecções;
- b) Propor a transferência por tempo determinado de espécies de um museu para outro ou para qualquer serviço público e a cedência para exposições do País.

TÍTULO V

Instituto de José de Figueiredo

Art. 73.º O Instituto de José de Figueiredo tem por objecto o exame e beneficiação de obras de arte, quer na posse do Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, quer na posse de particulares, e compreende duas secções:

- a) Laboratório;
- b) Oficinas.

§ 1.º A secção laboratorial cabe fornecer, mediante processos de análise peculiares das ciências físicas e químicas, elementos para estudos crítico-históricos das obras de arte e subsídios para as operações de beneficiação das mesmas obras.

§ 2.º A secção oficial incumbem proceder aos trabalhos de beneficiação das obras de arte. Esta secção abrange as oficinas de:

- a) Pintura;
- b) Escultura;
- c) Mobiliário e talha;
- d) Tecidos e tapeçarias.

Art. 74.º Os trabalhos de beneficiação das obras de arte pertencentes ao Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, bem como as pertencentes a particulares quando inventariadas, só poderão ser efectuadas pelo Instituto, salvo se o Ministro da Educação Nacional, sobre parecer da Junta Nacional da Educação, autorizar solução diferente.

Art. 75.º Os trabalhos de exame e beneficiação de obras de arte do Estado serão custeados pela dotação atribuída ao Instituto no orçamento do Ministério da Educação Nacional e os trabalhos executados em obras pertencentes a outras entidades serão pagos por estas, segundo as normas fixadas pelo Decreto n.º 18 649, de 21 de Julho de 1930.

§ único. Em casos justificados pelo valor das obras, carência de recursos dos proprietários e interesse técnico dos trabalhos, poderá o Ministro da Educação Nacional autorizar a título excepcional, sobre proposta da Junta Nacional da Educação, que pela dotação do Instituto sejam pagos trabalhos em obras não pertencentes ao Estado.

Art. 76.º O Instituto poderá executar, pelas suas duas secções, trabalhos para o público em obras de arte não inventariadas, mas só quando daí não resulte prejuízo para as funções que lhe cabem por força do artigo 74.º

§ único. Em relação a estes trabalhos observar-se-á o disposto na parte final do corpo do artigo anterior.

Art. 77.º O Instituto organizará equipas móveis de pessoal técnico destinadas a executar no local pequenos trabalhos de beneficiação que não exijam a vinda das obras para a oficina de Lisboa.

Art. 78.º A direcção do Instituto incumbirá a um conselho de três membros nomeados pelo Ministro da Educação Nacional, ouvida a Junta Nacional da Educação.

§ único. Os membros do conselho exercerão as suas funções por períodos renováveis de três anos.

Art. 79.º O Instituto dependerá da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

Art. 80.º O pessoal do Instituto será contratado ou assalariado por força de dotação global a inscrever no orçamento da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

§ único. Os quadros do pessoal e as remunerações respectivas serão fixados por despacho do Ministro da Educação Nacional com o acordo do Ministro das Finanças.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Dezembro de 1965. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar — António Jorge Martins da Mota Veiga — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — Inocêncio Galvão Teles — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.*

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral da Aeronáutica Civil

Decreto n.º 46 759

Tendo em vista que foram adjudicados às firmas Equipamentos de Laboratório, L.^{da}, Sorval — Sociedade de Representações Vasconcelos, L.^{da}, E. Dias Serras, L.^{da} — Casa Serras, Standard Eléctrica, S. A. R. L., Alberto Maria Bravo & Filhos, Alves Ribeiro, L.^{da}, Representações Técnicas Carma, L.^{da}, e Philips Portuguesa, S. A. R. L., os fornecimentos e a empreitada adiante designados;

Considerando que, para a sua execução, estão fixados prazos que abrangem parte dos anos económicos de 1965 e 1966;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral da Aeronáutica Civil a celebrar, no corrente ano económico, os seguintes contratos com as firmas adiante mencionadas:

Equipamentos de Laboratório, L.^{da}, para o fornecimento de vinte enroladores de fita e doze enroladores de papel, *Teletype*, destinados à nova central telegráfica de comutação automática do aeroporto de Lisboa, no valor de 181 000\$;

Sorval — Sociedade de Representações Vasconcelos, L.^{da}, para o fornecimento de dezasseis amplificadores-limitadores de linha, *Telóhmica*, e respectivos sobresselentes, destinados às novas instalações do centro de *contrôle* regional do continente, no aeroporto de Lisboa, no valor de 88 000\$;

E. Dias Serras, L.^{da} — Casa Serras, para o fornecimento de um emissor e um receptor de *VHF*, *Collins*, respectivos acessórios e sobresselentes, destinados ao aeroporto do Porto, no valor de 140 022\$80.

Standard Eléctrica, S. A. R. L., para o fornecimento de um radiofarol *ITT Standard*, respectivos acessórios e sobresselentes, destinados ao aeroporto do Porto, no valor de 396 732\$80;

Alberto Maria Bravo & Filhos, para o fornecimento de diverso equipamento para estabelecimento de uma rede de telecópia para transmissão de cartas

meteorológicas, destinado ao aeroporto do Porto, no valor de 895 426\$;

Alves Ribeiro, L.^{da}, para a execução do 2.º termo adicional à empreitada de pavimentação do aeroporto de Faro, 1.ª fase, no valor de 3 942 400\$;

Alberto Maria Bravo & Filhos para o fornecimento de diverso equipamento para estabelecimento de uma rede de telecópia para transmissão de cartas meteorológicas, destinado ao aeroporto de Faro, no valor de 486 071\$70;

Representações Técnicas Carma, L.^{da}, para o fornecimento de diverso equipamento para estabelecimento de uma rede de telecópia para transmissão de cartas meteorológicas, destinado ao aeroporto da Madeira (Funchal), no valor de 363 805\$;

E. Dias Serras, L.^{da} — Casa Serras, para o fornecimento de quatro receptores de *HF*, marca *Collins*, respectivos acessórios e sobresselentes, destinados ao aeroporto de S. Miguel, no valor de 279 402\$;

Standard Eléctrica, S. A. R. L., para o fornecimento de um radiofarol *ITT Standard*, respectivos acessórios e sobresselentes, destinados ao aeroporto de S. Miguel, no valor de 102 300\$;

Representações Técnicas Carma, L.^{da}, para o fornecimento de diverso equipamento para estabelecimento de uma rede de telecópia para transmissão de cartas meteorológicas, destinado ao aeroporto de S. Miguel, no valor de 591 915\$;

E. Dias Serras, L.^{da} — Casa Serras, para o fornecimento de dois emissores e dois receptores de *VHF*, marca *Collins*, respectivos acessórios e sobresselentes, destinados ao aeroporto de S. Miguel, no valor de 279 170\$60;

Alberto Maria Bravo & Filhos, para o fornecimento de diverso equipamento para estabelecimento de uma rede de telecópia para transmissão de cartas meteorológicas, destinado ao aeroporto do Sal, no valor de 893 716\$40;

Philips Portuguesa, S. A. R. L., para o fornecimento de dez emissores-receptores portáteis *Philips*, respectivos acessórios e sobresselentes, destinados à instalação de radioajudas nos centros regionais de telecomunicações, no valor de 213 180\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor dos fornecimentos a efectuar ou dos trabalhos a executar, não poderá a Direcção-Geral da Aeronáutica Civil despender, com pagamentos relativos aos respectivos contratos, mais do que as quantias adiante mencionadas:

Equipamentos de Laboratório, L.^{da}, para o fornecimento de vinte enroladores de fita e doze enroladores de papel, *Teletype*, destinados à nova central telegráfica de comutação automática do aeroporto de Lisboa, 100 000\$ no corrente ano e 81 000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1966;

Sorval — Sociedade de Representações Vasconcelos, L.^{da}, para o fornecimento de dezasseis amplificadores-limitadores de linha, *Telóhmica*, e respectivos sobresselentes, destinados às novas instalações do centro de *contrôle* regional do continente, no aeroporto de Lisboa, 50 000\$ no corrente ano e 38 000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1966;

E. Dias Serras, L.^{da} — Casa Serras, para o fornecimento de um emissor e um receptor de *VHF*, marca *Collins*, respectivos acessórios e sobresselentes, destinados ao aeroporto do Porto, 100 000\$ no corrente ano e 40 022\$80, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1966;



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NUMERO — 2\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex

Assinaturas	Anual		Semestral	
	Assinatura	Correio	Assinatura	Correio
As três séries	3 000\$00	1 000\$00	1 700\$00	500\$00
A 1.ª série	1 300\$00	500\$00	750\$00	250\$00
A 2.ª série	1 300\$00	500\$00	750\$00	250\$00
A 3.ª série	1 300\$00	500\$00	750\$00	250\$00
Dois séries diferentes..	2 400\$00	760\$00	1 400\$00	380\$00
Apêndices	1 000\$00	100\$00	—	—

O preço dos anúncios é de 28\$ a linha, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 45/80:

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 45/80

de 4 de Dezembro

(Aditamento ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República)

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º, da alínea f) do artigo 167.º e do n.º 2 do artigo 169.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

Com base nos resultados do escrutínio provisório, fornecidos pelo Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, ouvida a Comissão Nacional de Eleições, indicará, até às vinte e quatro horas do dia seguinte ao da votação, os candidatos provisoriamente admitidos ao sufrágio, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, quanto ao apuramento dos resultados definitivos e ao contencioso eleitoral.

ARTIGO 2.º

A desistência de qualquer candidato após a realização do primeiro sufrágio só pode ter lugar até às doze horas do segundo dia seguinte ao da votação.

ARTIGO 3.º

A campanha eleitoral para o segundo sufrágio terá início às vinte e quatro horas do segundo dia seguinte ao da votação e terminará às vinte e quatro horas da antevéspera do dia marcado para a eleição.

ARTIGO 4.º

1. A todos os aspectos relacionados com a realização do segundo sufrágio não abrangidos pelas remissões do artigo 113.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, aplicar-se-ão as disposições constantes dos artigos 24.º, 30.º, 32.º, 36.º, 39.º a 43.º, 45.º a 50.º e 120.º a 159.º daquele diploma.

2. O sorteio das candidaturas admitidas ao segundo sufrágio efectuar-se-á no segundo dia seguinte ao da votação, cumprindo-se o preceituado no n.º 1 do artigo 21.º e no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76.

3. Para o segundo sufrágio manter-se-ão a constituição e local de reunião das assembleias de voto, bem como a composição das respectivas mesas.

4. Até ao quinto dia anterior ao da realização do segundo sufrágio os candidatos ou os respectivos mandatários poderão designar delegados das candidaturas, entendendo-se, se o não fizerem, que confirmam os designados para o primeiro sufrágio, seguindo-se os termos previstos no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, nomeadamente no que se refere à assinatura e autenticação das credenciais.

ARTIGO 5.º

Esta lei entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovada em 26 de Novembro de 1980.

O Presidente da Assembleia da República, *Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida*.

Promulgada em 30 de Novembro de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANTÓNIO RAMALHO EANES*.

Referendado em 3 de Dezembro de 1980. — O Primeiro-Ministro, *Francisco Sá Carneiro*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

APRECIACÃO PARLAMENTAR N.º 40/VIII

DECRETO-LEI N.º 55/2001, DE 15 DE FEVEREIRO (DEFINE O REGIME DAS CARREIRAS DE MUSEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PESSOAL DOS MUSEUS, PALÁCIOS, MONUMENTOS E SÍTIOS E DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL COM ATRIBUIÇÕES NA ÁREA DA MUSEOLOGIA E DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO CULTURAL SOB A TUTELA DO MINISTÉRIO DA CULTURA

O Governo fundamentou a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2001 com a necessidade dos museus, «enquanto lugares operativos de vida cultural», responderem «às múltiplas e crescentes funções que lhes são requeridas», admitindo a urgência de uma «actualização das carreiras específicas» do pessoal afecto a estes equipamentos.

Reconheceu, igualmente, que «a situação de carência que, nesta matéria, se verifica em toda a realidade museológica nacional é particularmente grave no caso dos museus tutelados pelo Ministério da Cultura (...)»

Acontece que, ao contrário dos princípios enunciados, o Decreto-Lei n.º 55/2001 adopta medidas discriminatórias e contém formulações que, pela sua imprecisão, atentam contra os direitos adquiridos dos trabalhadores.

Merecem especial censura as normas de transição das carreiras, ao dividirem os trabalhadores até aqui com funções idênticas em escalões e carreiras distintas conforme sejam titulares ou não de determinado grau de escolaridade. Esquece o Governo que todos os funcionários são



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

possuidores de habilitação escolar suficiente, requisito indispensável para o ingresso na respectiva carreira. A escolaridade obrigatória tem que ser aferida de acordo com a idade do funcionário, tendo em consideração a legislação em vigor na data de ingresso e não na aplicação «actualista» desta escolaridade obrigatória.

O Decreto-Lei n.º 55/2001, ao negar, por exemplo, a integração dos guardas de museu na categoria de vigilante recepcionista por a escolaridade obrigatória que possuem não ser o 9.º ano de escolaridade, exercendo estas funções correspondentes ao conteúdo funcional da referida carreira e quando a habilitação que são portadores é considerada suficiente para o ingresso na carreira, aliás em que se encontram inseridos, é no mínimo discricionária e violadora dos direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Igualmente, admitindo a especificidade das áreas de museologia, conservação e restauro, o Governo contradiz-se no articulado ao manter em aspectos essenciais o regime geral, esquecendo as especificidades e requisitos técnicos da função.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos artigos 162.º e 169.º da Constituição e do artigo 201.º do Regimento da Assembleia da República, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, vêm requerer a apreciação parlamentar do Decreto Lei n.º 55/2001, de 15 de Fevereiro.

Assembleia da República, 16 de Março de 2001. Os Deputados do PCP:
Luísa Mesquita — Octávio Teixeira — Lino de Carvalho — Vicente Merendas — Margarida Botelho — Odete Santos — Joaquim Matias — Honório Novo — António Filipe — Alexandrino Saldanha.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

APRECIACÃO PARLAMENTAR N.º 40/VIII

[DECRETO-LEI N.º 55/2001, DE 15 DE FEVEREIRO (DEFINE O REGIME DAS CARREIRAS DE MUSEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PESSOAL DOS MUSEUS, PALÁCIOS, MONUMENTOS E SÍTIOS E DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL COM ATRIBUIÇÕES NA ÁREA DA MUSEOLOGIA E DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO CULTURAL SOB A TUTELA DO MINISTÉRIO DA CULTURA]

Propostas de alteração apresentadas pelo PCP

Proposta de eliminação

Artigo 3.º

(...)

1 — (...)

2 — (...)

a) (...)

b) Licenciados com curso de pós-graduação não inferior a dois anos nas áreas da museologia;

c) Mestres nas áreas de museologia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Propostas de alteração

Artigo 11.º

(...)

1 — São extintas as carreiras de assistente de conservador, de técnico auxiliar de conservação e restauro e de auxiliar de museografia.

(...)

Artigo 14.º

(...)

1 — A transição dos funcionários actualmente integrados na carreira de técnico de conservação e restauro da área funcional de pintura, escultura têxteis e documentos gráficos faz-se para a carreira de conservador-restaurador no escalão que actualmente detenham.

2 — A transição dos funcionários actualmente integrados nas carreiras de técnico de conservação e restauro da área funcional de objectos arqueológicos, azulejaria, faiança, porcelana e vitral e de técnico de fotografia e radiografia para a carreira de conservador-restaurador no escalão que actualmente detenham.

3 — A transição dos funcionários actualmente integrados na carreira de assistente de conservador para a carreira técnico-profissional de museografia faz-se na categoria e escalão detidos em resultado da aplicação do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

4 — A transição dos funcionários actualmente integrados na carreira de técnico auxiliar de conservação e restauro da área funcional de objectos arqueológicos e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

etnográficos e documentos gráficos faz-se para a carreira técnica de conservação e restauro para escalão que actualmente detenham.

5 — Os actuais titulares das categorias de almoxarife, encarregado de guardaria e guarda de museu transitam para a carreira de vigilante-recepcionista na categoria e escalão constantes do mapa D do anexo III ao presente diploma.

6 — (eliminado)

7 — Os funcionários actualmente integrados na carreira de artífice transitam para a mesma categoria e escalão que actualmente detenham.

8 — Os funcionários actualmente integrados na carreira de auxiliar de museografia transitam para técnicos profissionais de museografia de 2.^a classe.

9 — (...)

Artigo 17.º

(...)

1 — Durante um período de dois anos a contar da data de entrada em vigor do presente diploma e mediante avaliação curricular:

a) O recrutamento para a carreira de conservador pode ser alargado aos técnicos superiores dos quadros de pessoal dos museus, palácios, monumentos e sítios, detentores de uma licenciatura adequada ou equivalente e experiência profissional, no mínimo, de três anos, por exercício efectivo de funções correspondentes à carreira de conservador;

b) O recrutamento para a carreira de conservador-restaurador pode ser alargado aos técnicos de conservação e restauro habilitados com o grau de bacharelato ou



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

equivalente, com formação profissional e com experiência profissional adequada, no mínimo de três anos, na área de conservação e restauro;

c) O recrutamento para a carreira de técnico profissional de conservação e restauro pode ser alargado a indivíduos habilitados com o 9.º ano de escolaridade ou equivalente e experiência profissional adequada, no mínimo de três anos, na área de conservação e restauro.

Artigo 18.º

(...)

1 — (...)

a) (...)

b) (...)

c) Os lugares das carreiras de assistente de conservador e técnico auxiliar de museografia são convertidos em lugares da carreira de técnico profissional de museografia.

Artigo 18.º

(...)

1 — (...)

2 — Para efeitos da aplicação do regime previsto no presente diploma os quadros de pessoal dos organismos e serviços referido no artigo 1.º serão alterados no prazo de seis meses.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Artigo 22.º

(Efeito retroactivo)

O presente diploma produz efeitos a 1 de Janeiro de 1998, por aplicação consagrada do artigo 2.º da Lei n.º 77/98, de 19 de Novembro, e do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Proposta de aditamento a vários artigos

Propõe-se que seja acrescentada a expressão «ou equivalente» a seguir aos graus académicos.

Assembleia da República, 3 de Abril de 2001. Os Deputados do PCP: *Rodeia Machado — Vicente Merendas — Lino de Carvalho — Honório Novo*.

Propostas de alteração apresentadas pelo CDS-PP

Artigo 3.º

Carreira de conservador

1 — (...)

2 — (...)

a) (...)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

b) Licenciados com curso de pós-graduação não inferior a dois anos nas áreas da museologia ou do património, adequadas a especialização de cada museu, palácio, monumento ou sítio;

c) Mestres nas áreas da museologia ou do património, adequadas a especialização de cada museu, palácio, monumento ou sítio.

3 — (...)

4 — (...)

Artigo 11.º

Extinção de carreiras

1 — São extintas as carreiras de assistente de conservador, de técnico auxiliar de conservação e restauro e de auxiliar de museografia.

2 — (...)

Artigo 14.º

Regras de transição

1 — (...)

2 — (...)

3 — A transição dos funcionários actualmente integrados na carreira de assistente de conservador para a carreira técnico-profissional de museografia faz-se na categoria e escalão detidos em resultado da aplicação do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

4 — (...)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

5 — (...)

6 — (...)

7 — (...)

8 — (...)

9 — (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

Artigo 17.º

(...)

(revogado)

Artigo 18.º

Alteração dos quadros de pessoal

1 — (...)

a) (...)

b) (...)

c) Os lugares das carreiras de assistente de conservador e técnico auxiliar de museografia são convertidos em lugares da carreira de técnico profissional de museografia;

d) (...)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

e) (...)

f) (...)

2 — (...)

Artigo 20.º

Concursos

1 — Ao lugar de director de museus, palácios, monumentos ou sítios so poderão concorrer os licenciados habilitados com os cursos mencionados no artigo 3.º.

2 — Mantêm-se válidos os concursos cujos avisos de abertura se encontrem publicados até à data da entrada em vigor do presente diploma.

Palacio de São Bento, 6 de Abril de 2001. Os Deputados do CDS-PP: *Nuno Teixeira de Melo — Pedro Mota Soares.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

APRECIACÃO PARLAMENTAR N.º 40/VIII

[DECRETO-LEI N.º 55/2001, DE 15 DE FEVEREIRO (DEFINE O REGIME DAS CARREIRAS DE MUSEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PESSOAL DOS MUSEUS, PALÁCIOS, MONUMENTOS E SÍTIOS E DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL COM ATRIBUIÇÕES NA ÁREA DA MUSEOLOGIA E DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO CULTURAL SOB A TUTELA DO MINISTÉRIO DA CULTURA)]

Relatório da votação na especialidade e texto final da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Relatório

A Comissão de Educação, Ciência e Cultura, reunida no dia 6 de Junho de 2001, procedeu à votação, na especialidade, das propostas de alteração apresentadas no âmbito da apreciação parlamentar n.º 40/VIII do Decreto-Lei n.º 55/2001, de 15 de Fevereiro, que «Define o regime das carreiras de museologia, conservação e restauro do pessoal dos museus, palácios, monumentos e sítios e dos serviços e organismos da Administração Central com atribuições na área da museologia e da conservação e restauro do património cultural sob a tutela do Ministério da Cultura», do PCP.

Foram apresentadas propostas de alteração aos artigos 3.º, 11.º, 14.º, 17.º, 18.º, 20.º e 22.º do citado Decreto-Lei n.º 55/2001, de 15 de Fevereiro, que registaram a seguinte votação:

Artigo 3.º: a proposta de alteração apresentada pelo PCP foi rejeitada, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do PCP e a abstenção do CDS-PP. Também a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP foi rejeitada, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP.

Artigo 11.º: as propostas de alteração apresentadas pelo PCP e pelo CDS-PP, do mesmo teor, foram rejeitadas, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP.

Artigo 14.º: a proposta de alteração apresentada pelo PCP foi rejeitada, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP. Da mesma forma, a proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP foi rejeitada, com idêntica votação.

Artigo 17.º: a proposta de alteração apresentada pelo PCP foi rejeitada, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP. Também a proposta de eliminação apresentada pelo CDS-PP foi rejeitada, com idêntica votação. Já a proposta de alteração apresentada pelo PS foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 18.º: as propostas de alteração para a alínea c) do n.º 1 apresentadas pelo PCP e pelo CDS-PP, de igual teor, foram rejeitadas, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP. A proposta de alteração para o n.º 2 apresentada pelo PCP foi rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do PCP e do CDS-PP e a abstenção do PSD. A proposta de alteração apresentada pelo PS foi aprovada, com votos a favor do PS e do PSD e votos contra do PCP e do CDS-PP.

Artigo 20.º: a proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP foi rejeitada, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP.

Artigo 22.º: a proposta de alteração apresentada pelo PCP foi rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do PCP e do CDS-PP e a abstenção do PSD.

Vários artigos: a proposta de aditamento da expressão «ou equivalente» a seguir aos graus académicos, apresentada pelo PCP, foi retirada.

Em anexo: texto final.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de São Bento, 6 de Junho de 2001. O Presidente da Comissão, *António Braga*.

Nota: — O texto final foi aprovado.

Anexo

Texto final

Artigo único

Os artigos 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 55/2001, de 15 de Fevereiro, que «Define o regime das carreiras de museologia, conservação e restauro do pessoal dos museus, palácios, monumentos e sítios e dos serviços e organismos da Administração Central com atribuições na área da museologia e da conservação e restauro do património cultural sob a tutela do Ministério da Cultura», passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 17.º

(...)

1 — (...)

a) O recrutamento para a carreira de conservador pode ser alargado aos técnicos superiores dos quadros de pessoal dos museus, palácios, monumentos e sítios dos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

serviços e organismos a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º do presente diploma, detentores de licenciatura adequada e experiência profissional, no mínimo de três anos, no exercício efectivo de funções correspondentes à carreira de conservador;

b) (...)

c) (...)

2 — (...)

Artigo 18.º

(...)

1 — (...)

2 — Para efeitos da aplicação do regime previsto no presente diploma, os quadros de pessoal dos organismos e serviços referidos no artigo 1.º serão alterados no prazo de um ano a contar da data de entrada em vigor do presente diploma.»

Palácio de São Bento, 6 de Junho de 2001. O Presidente da Comissão, *António Braga*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Lei n.º 107/2001****de 8 de Setembro****Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

TÍTULO I**Dos princípios basilares****Artigo 1.º****Objecto**

1 — A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

2 — A política do património cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Artigo 2.º**Conceito e âmbito do património cultural**

1 — Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

2 — A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3 — O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 — Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.

5 — Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6 — Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural rele-

vante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7 — O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.

8 — A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria.

Artigo 3.º**Tarefa fundamental do Estado**

1 — Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

2 — O Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.

3 — O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 4.º**Contratualização da administração do património cultural**

1 — Nos termos da lei, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais ou empresas especializadas acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural.

2 — Entre outros, os instrumentos referidos no número anterior podem ter por objecto a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais, bem como a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam a habilitação para a prática de actos administrativos de classificação.

3 — Com as pessoas colectivas de direito público e de direito privado detentoras de acervos de bens culturais de excepional importância e com as entidades incumbidas da respectiva representação podem o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais acordar fórmulas institucionais de composição mista destinadas a canalizar de modo concertado, planificado e expedito as respectivas relações no domínio da aplicação da presente lei e da sua legislação de desenvolvimento.

4 — O disposto nos números anteriores aplica-se a todas as confissões religiosas e no que diz respeito à Igreja Católica, enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português, com as adaptações e os aditamentos decorrentes do cumprimento pelo Estado do regime dos bens de propriedade da Igreja Católica ou de proprie-

dade do Estado e com afectação permanente ao serviço da Igreja Católica, definido pela Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé.

Artigo 5.º

Identities culturais

1 — No âmbito das suas relações bilaterais ou multilaterais com os países lusófonos, o Estado Português contribui para a preservação e valorização daquele património cultural, sito no território nacional ou fora dele, que testemunhe capítulos da história comum.

2 — O Estado Português contribui, ainda, para a preservação e salvaguarda do património cultural sito fora do espaço lusófono que constitua testemunho de especial importância de civilização e de cultura portuguesas.

3 — A política do património cultural visa, em termos específicos, a conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia e do património cultural de valor universal excepcional, em particular quando se trate de bens culturais que integrem o património cultural português ou que com este apresentem conexões significativas.

Artigo 6.º

Outros princípios gerais

Para além de outros princípios presentes nesta lei, a política do património cultural obedece aos princípios gerais de:

- a) Inventariação, assegurando-se o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respectiva identificação;
- b) Planeamento, assegurando que os instrumentos e recursos mobilizados e as medidas adaptadas resultam de uma prévia e adequada planificação e programação;
- c) Coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo;
- d) Eficiência, garantindo padrões adequados de cumprimento das imposições vigentes e dos objectivos previstos e estabelecidos;
- e) Inspeção e prevenção, impedindo, mediante a instituição de organismos, processos e controlos adequados, a desfiguração, degradação ou perda de elementos integrantes do património cultural;
- f) Informação, promovendo a recolha sistemática de dados e facultando o respectivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais;
- g) Equidade, assegurando a justa repartição dos encargos, ónus e benefícios decorrentes da aplicação do regime de protecção e valorização do património cultural;

- h) Responsabilidade, garantindo prévia e sistemática ponderação das intervenções e dos actos susceptíveis de afectar a integridade ou circulação lícita de elementos integrantes do património cultural;
- i) Cooperação internacional, reconhecendo e dando efectividade aos deveres de colaboração, informação e assistência internacional.

TÍTULO II

Dos direitos, garantias e deveres dos cidadãos

Artigo 7.º

Direito à fruição do património cultural

1 — Todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.

2 — A fruição por terceiros de bens culturais, cujo suporte constitua objecto de propriedade privada ou outro direito real de gozo, depende de modos de divulgação concertados entre a administração do património cultural e os titulares das coisas.

3 — A fruição pública dos bens culturais deve ser harmonizada com as exigências de funcionalidade, segurança, preservação e conservação destes.

4 — O Estado respeita, também, como modo de fruição cultural o uso litúrgico, devocional, catequético e educativo dos bens culturais afectos a finalidades de utilização religiosa.

Artigo 8.º

Colaboração entre a Administração Pública e os particulares

As pessoas colectivas de direito público colaborarão com os detentores de bens culturais, por forma que estes possam conjugar os seus interesses e iniciativas com a actuação pública, à luz dos objectivos de protecção e valorização do património cultural, e beneficiem de contrapartidas de apoio técnico e financeiro e de incentivos fiscais.

Artigo 9.º

Garantias dos administrados

1 — Aos titulares de direitos e interesses legalmente protegidos sobre bens culturais, ou outros valores integrantes do património cultural, lesados por actos jurídicos ou materiais da Administração Pública ou de entidades em que esta delegar tarefas nos termos do artigo 4.º e do n.º 2 do artigo 26.º são reconhecidas as garantias gerais dos administrados, nomeadamente:

- a) O direito de promover a impugnação dos actos administrativos e das normas emitidas no desempenho da função administrativa;
- b) O direito de propor acções administrativas;
- c) O direito de desencadear meios processuais de natureza cautelar, incluindo os previstos na lei de processo civil quando os meios específicos do contencioso administrativo não puderem proporcionar uma tutela provisória adequada;
- d) O direito de apresentação de denúncia, queixa ou participação ao Ministério Público e de queixa ao Provedor de Justiça.

2 — É reconhecido, nos termos da lei geral, o direito de participação procedimental e de acção popular para a protecção de bens culturais ou outros valores integrantes do património cultural.

3 — Sem prejuízo da iniciativa processual dos lesados e do exercício da acção popular, compete também ao Ministério Público a defesa dos bens culturais e de outros valores integrantes do património cultural contra lesões violadoras do direito, através, nomeadamente, do exercício dos meios processuais referidos no n.º 1 do presente artigo.

4 — O direito de acção popular inclui a utilização de embargo judicial de obra, trabalho ou serviço novo iniciados em qualquer bem cultural contra o disposto na presente lei e nas restantes normas do direito do património cultural, bem como o emprego de quaisquer outros procedimentos cautelares adequados, nos termos da alínea c) do n.º 1 do presente artigo.

Artigo 10.º

Estruturas associativas de defesa do património cultural

1 — Para além dos contributos individuais, a participação dos cidadãos interessados na gestão efectiva do património cultural pela Administração Pública poderá ser assegurada por estruturas associativas, designadamente institutos culturais, associações de defesa do património cultural, e outras organizações de direito associativo.

2 — Para os efeitos da presente lei, entende-se por estruturas associativas de defesa do património cultural as associações sem fins lucrativos dotadas de personalidade jurídica constituídas nos termos da lei geral e em cujos estatutos conste como objectivo a defesa e a valorização do património cultural ou deste e do património natural, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida.

3 — As estruturas associativas de defesa do património cultural são de âmbito nacional, regional ou local e de representatividade genérica ou específica, nos termos da lei que as regular.

4 — As estruturas associativas de defesa do património cultural gozam do direito de participação, informação e acção popular, nos termos da presente lei, da lei que as regular e da lei geral.

5 — A Administração Pública e as estruturas associativas de defesa do património cultural colaborarão em planos e acções que respeitem à protecção e à valorização do património cultural.

6 — As administrações central, regional e local poderão ajustar com as estruturas associativas de defesa do património cultural formas de apoio a iniciativas levadas a cabo por estas últimas, em particular no domínio da informação e formação dos cidadãos.

7 — As estruturas associativas de defesa do património cultural gozam dos incentivos e benefícios fiscais atribuídos pela legislação tributária às pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.

Artigo 11.º

Dever de preservação, defesa e valorização do património cultural

1 — Todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.

2 — Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda de bens culturais.

3 — Todos têm o dever de valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respectivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam.

TÍTULO III

Dos objectivos

Artigo 12.º

Finalidades da protecção e valorização do património cultural

1 — Como tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos, a protecção e a valorização do património cultural visam:

- a) Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural;
- b) Vivificar a identidade cultural comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional;
- c) Promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local;
- d) Defender a qualidade ambiental e paisagística.

2 — Constituem objectivos primários da política de património cultural o conhecimento, a protecção, a valorização e o crescimento dos bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, bem como dos respectivos contextos.

Artigo 13.º

Componentes específicas da política do património cultural

A política do património cultural deverá integrar especificamente, entre outras, as seguintes componentes:

- a) Definição de orientações estratégicas para todas as áreas do património cultural;
- b) Definição, através de planos, programas e directrizes, das prioridades de intervenção ao nível da conservação, recuperação, acrescentamento, investigação e divulgação do património cultural;
- c) Definição e mobilização dos recursos humanos, técnicos e financeiros necessários à consecução dos objectivos e das prioridades estabelecidas;
- d) Definição das relações e aplicação dos instrumentos de cooperação entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com os principais detentores de bens culturais e com as populações;
- e) Definição dos modelos de articulação da política do património cultural com as demais políticas sectoriais;
- f) Definição de modelos de aproveitamento das tecnologias da informação e comunicação;
- g) Adopção de medidas de fomento à criação cultural.

TÍTULO IV

Dos bens culturais e das formas de protecção

Artigo 14.º

Bens culturais

1 — Consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que, de harmonia com o disposto nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 2.º, representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura.

2 — Os princípios e disposições fundamentais da presente lei são extensíveis, na medida do que for compatível com os respectivos regimes jurídicos, aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos.

Artigo 15.º

Categorias de bens

1 — Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional, e os móveis, entre outras, às categorias indicadas no título VII.

2 — Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

3 — Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adoptar-se-á a designação «monumento nacional» e para os bens móveis classificados como de interesse nacional é criada a designação «tesouro nacional».

4 — Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.

5 — Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.

6 — Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

7 — Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional.

8 — A existência das categorias e designações referidas neste artigo não prejudica a eventual relevância de outras, designadamente quando previstas no direito internacional.

Artigo 16.º

Formas de protecção dos bens culturais

1 — A protecção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação.

2 — Cada forma de protecção dá lugar ao correspondente nível de registo, pelo que existirá:

- a) O registo patrimonial de classificação;
- b) O registo patrimonial de inventário.

3 — A aplicação de medidas cautelares previstas na lei não depende de prévia classificação ou inventariação de um bem cultural.

Artigo 17.º

Critérios genéricos de apreciação

Para a classificação ou a inventariação, em qualquer uma das categorias referidas no artigo 15.º, serão tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios:

- a) O carácter matricial do bem;
- b) O génio do respectivo criador;
- c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso;
- d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- f) A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística;
- g) A extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva;
- h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;
- i) As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

Artigo 18.º

Classificação

1 — Entende-se por classificação o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.

2 — Os bens móveis pertencentes a particulares só podem ser classificados como de interesse nacional quando a sua degradação ou o seu extravio constituam perda irreparável para o património cultural.

3 — Dos bens móveis pertencentes a particulares só são passíveis de classificação como de interesse público os que sejam de elevado apreço e cuja exportação definitiva do território nacional possa constituir dano grave para o património cultural.

4 — Só é possível a classificação de bens móveis de interesse municipal com o consentimento dos respectivos proprietários.

Artigo 19.º

Inventariação

1 — Entende-se por inventariação o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação.

2 — O inventário abrange os bens independentemente da sua propriedade pública ou privada.

3 — O inventário inclui os bens classificados e os que, de acordo com os n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 2.º e o n.º 1 do artigo 14.º, mereçam ser inventariados.

4 — O inventário abrange duas partes: o inventário de bens públicos, referente aos bens de propriedade do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas, e o inventário de bens de particulares, referente aos bens de propriedade de pessoas colectivas privadas e de pessoas singulares.

5 — Só a título excepcional, e mediante despacho devidamente justificado do membro do governo central ou regional responsável pela área da cultura, os bens não classificados pertencentes a pessoas colectivas privadas e as pessoas singulares serão incluídos no inventário sem o acordo destas.

6 — Ficarão a constar do inventário independentemente do desfecho do procedimento os bens que se encontrem em vias de classificação.

TÍTULO V

Do regime geral de protecção dos bens culturais

CAPÍTULO I

Disposições gerais

SECÇÃO I

Direitos e deveres especiais

Artigo 20.º

Direitos especiais dos detentores

Os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados ou inventariados gozam, entre outros, dos seguintes direitos específicos:

- a) O direito de informação quanto aos actos da administração do património cultural que possam repercutir-se no âmbito da respectiva esfera jurídica;
- b) O direito de conhecer as prioridades e as medidas políticas já estabelecidas para a conservação e valorização do património cultural;
- c) O direito de se pronunciar sobre a definição da política e de colaborar na gestão do património cultural, pelas formas organizatórias e nos termos procedimentais que a lei definir;
- d) O direito a uma indemnização sempre que do acto de classificação resultar uma proibição ou uma restrição grave à utilização habitualmente dada ao bem;
- e) O direito de requerer a expropriação, desde que a lei o preveja.

Artigo 21.º

Deveres especiais dos detentores

1 — Os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados ou inventariados estão especificamente adstritos aos seguintes deveres:

- a) Facilitar à administração do património cultural a informação que resulte necessária para execução da presente lei;
- b) Conservar, cuidar e proteger devidamente o bem, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração;
- c) Adequar o destino, o aproveitamento e a utilização do bem à garantia da respectiva conservação.

2 — Sobre os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados incidem ainda os seguintes deveres:

- a) Observar o regime legal instituído sobre acesso e visita pública, à qual podem, todavia, eximir-se mediante a comprovação da respectiva incompatibilidade, no caso concreto, com direitos, liberdades e garantias pessoais ou outros valores constitucionais;
- b) Executar os trabalhos ou as obras que o serviço competente, após o devido procedimento, considerar necessários para assegurar a salvaguarda do bem.

Artigo 22.º

Deveres especiais da Administração

1 — O Estado deverá promover a existência e adequada estruturação e funcionamento de um sistema nacional de informação do património cultural, através da implantação, compatibilização e progressiva interoperatividade das diferentes redes de bases de dados.

2 — A legislação de desenvolvimento deverá obrigatoriamente regular a constituição, organização e funcionamento das redes nacionais de arquivos, bibliotecas e museus.

3 — Serão assegurados os direitos e as garantias estabelecidas na Constituição e na lei geral em matéria de protecção de dados pessoais e os imperativos de segurança dos bens, designadamente através do estabelecimento de níveis de acesso e gestão adequados.

4 — A administração do património cultural deverá promover a cooperação entre os seus serviços e instituições, a qual poderá incluir a cedência e troca de bens culturais sempre que se trate de integrar ou completar colecções ou fundos de natureza histórica ou de especial interesse literário, artístico, científico ou técnico.

SECÇÃO II

Procedimento administrativo

Artigo 23.º

Direito subsidiário

Em tudo quanto não estiver expressamente regulado neste título, são aplicáveis aos procedimentos administrativos previstos na legislação do património cultural os princípios e as disposições do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 24.º

Prazos gerais para conclusão

1 — Sempre que a natureza e a extensão das tarefas o permitam, deve o procedimento de inventariação ser concluído no prazo máximo de um ano.

2 — O procedimento de classificação deve ser concluído no prazo máximo de um ano.

3 — Sempre que, no âmbito do mesmo procedimento, estejam em causa conjuntos, sítios, colecções, fundos ou realidades equivalentes, pode o instrutor prorrogar os prazos até ao limite dos prazos máximos correspondentes.

4 — É de 18 meses o prazo máximo para a definição de zona especial de protecção.

5 — Transcorridos os prazos referidos nos números anteriores, pode qualquer interessado, no prazo de 60 dias, denunciar a mora, para efeitos de a Administração decidir de forma expressa e em idêntico prazo, sob pena de caducidade do procedimento.

Artigo 25.º

Início do procedimento

1 — O impulso para a abertura de um procedimento administrativo de classificação ou inventariação pode provir de qualquer pessoa ou organismo, público ou privado, nacional ou estrangeiro.

2 — A iniciativa do procedimento pode pertencer ao Estado, às Regiões Autónomas, às autarquias locais ou a qualquer pessoa singular ou colectiva dotada de legitimidade, nos termos gerais.

3 — Para efeito de notificação do acto que determina a abertura do procedimento, considera-se também interessado o município da área de situação do bem.

4 — Os bens em vias de classificação ficam sujeitos a um regime especial, nos termos da lei.

5 — Um bem considera-se em vias de classificação a partir da notificação ou publicação do acto que determine a abertura do respectivo procedimento, nos termos do n.º 1 do presente artigo, no prazo máximo de 60 dias úteis após a entrada do respectivo pedido.

Artigo 26.º

Instrução do procedimento

1 — A instrução do procedimento compete ao serviço instrutor da entidade competente para a prática do acto final, em conformidade com as leis estatutárias e orgânicas e a demais legislação de desenvolvimento.

2 — As tarefas e funções específicas do procedimento podem ser cometidas a entidades não públicas, desde que excluída a prática de actos ablativos.

3 — Na instrução do procedimento são obrigatoriamente ouvidos os órgãos consultivos competentes, nos termos da lei.

Artigo 27.º

Audiência dos interessados

1 — Os interessados têm o ónus de carrear para a instrução do procedimento todos os factos e elementos susceptíveis de conduzir a uma justa e rápida decisão e devem ser ouvidos antes de tomada a decisão final, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Quando o número de interessados for superior a 10 proceder-se-á a consulta pública, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 28.º

Forma dos actos

1 — A classificação de um bem como de interesse nacional reveste a forma de decreto do Governo.

2 — A classificação de um bem como de interesse público reveste a forma de portaria.

3 — A forma dos demais actos a praticar obedecerá ao disposto na legislação aplicável.

4 — Todo o acto final de um procedimento sobre uma determinada forma de protecção deverá ser devidamente fundamentado, identificando com rigor o bem ou as partes componentes da universalidade em questão.

Artigo 29.º

Notificação, publicação e efeitos da decisão

1 — A decisão final é notificada aos interessados, bem como ao município da área a que o bem pertença, quando não seja deste o serviço instrutor, e ainda às associações que tenham participado na instrução do procedimento.

2 — Toda a decisão final deve ser publicada.

3 — Os efeitos da decisão produzem-se a partir da data da notificação da mesma às pessoas directamente interessadas.

Artigo 30.º

Procedimento para a revogação

O disposto nesta secção, com as necessárias adaptações, é aplicável aos procedimentos extintivos de actos que tenham instituído alguma forma de protecção.

CAPÍTULO II

Protecção dos bens culturais classificados

SECÇÃO I

Bens móveis e imóveis

Artigo 31.º

Tutela dos bens

1 — Todo o bem classificado como de interesse nacional fica submetido a uma especial tutela do Estado, a qual, nas Regiões Autónomas, deve ser partilhada com os órgãos de governo próprios ou, quando for o caso, com as competentes organizações internacionais, nos termos da lei e do direito internacional.

2 — A classificação de um bem como de interesse nacional consome eventual classificação já existente como de interesse público, de interesse regional, de valor concelhio ou de interesse municipal, devendo os respectivos registos ser cancelados.

3 — O registo patrimonial de classificação abrirá, aos proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre os bens culturais classificados, o acesso aos regimes de apoio, incentivos, financiamentos e estipulação de acordos e outros contratos a que se refere o n.º 1 do artigo 60.º, reforçados de forma proporcional ao maior peso das limitações.

4 — Os bens classificados como de interesse nacional e municipal ficarão submetidos, com as necessárias adaptações, às limitações referidas nos n.os 2 e 4 do artigo 60.º, bem como a todos os outros condicionamentos e restrições para eles estabelecidos na presente lei e na legislação de desenvolvimento.

Artigo 32.º

Dever de comunicação das situações de perigo

O proprietário ou titular de outro direito real de gozo sobre um bem classificado nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, deve avisar imediatamente o órgão competente da administração central ou regional, os serviços com competência inspectiva, o presidente da câmara municipal ou a autoridade policial logo que saiba de algum perigo que ameace o bem ou que possa afectar o seu interesse como bem cultural.

Artigo 33.º**Medidas provisórias**

1 — Logo que a Administração Pública tenha conhecimento de que algum bem classificado, ou em vias de classificação, corra risco de destruição, perda, extravio ou deterioração, deverá o órgão competente da administração central, regional ou municipal determinar as medidas provisórias ou as medidas técnicas de salvaguarda indispensáveis e adequadas, podendo, em caso de impossibilidade própria, qualquer destes órgãos solicitar a intervenção de outro.

2 — Se as medidas ordenadas importarem para o detentor a obrigação de praticar determinados actos, deverão ser fixados os termos, os prazos e as condições da sua execução, nomeadamente a prestação de apoio financeiro ou técnico.

3 — Além das necessárias medidas políticas e administrativas, fica o Governo obrigado a instituir um fundo destinado a comparticipar nos actos referidos no n.º 2 do presente artigo e a acudir a situações de emergência ou de calamidade pública.

Artigo 34.º**Usucapião**

Os bens culturais classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, são insusceptíveis de aquisição por usucapião.

SECÇÃO II**Alienações e direitos de preferência****Artigo 35.º****Transmissão de bens classificados**

A lei estabelecerá as limitações incidentes sobre a transmissão de bens classificados ou em vias de classificação pertencentes a pessoas colectivas públicas ou a outras pessoas colectivas tituladas ou subvencionadas pelo Estado ou pelas Regiões Autónomas.

Artigo 36.º**Dever de comunicação da transmissão**

1 — A alienação, a constituição de outro direito real de gozo ou a dação em pagamento de bens classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, depende de prévia comunicação escrita ao serviço competente para a instrução do respectivo procedimento.

2 — A transmissão por herança ou legado de bens classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, deverá ser comunicada pelo cabeça-de-casal ao serviço competente referido no número anterior, no prazo de três meses contados sobre a data de abertura da sucessão.

3 — O disposto no número anterior é aplicável aos bens situados nas zonas de protecção dos bens classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal.

Artigo 37.º**Direito de preferência**

1 — Os proprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respectiva zona de protecção.

2 — É aplicável ao direito de preferência previsto neste artigo o disposto nos artigos 416.º a 418.º e 1410.º do Código Civil, com as necessárias adaptações.

3 — O disposto no presente artigo não prejudica os direitos de preferência concedidos à Administração Pública pela legislação avulsa.

Artigo 38.º**Escrituras e registos**

1 — O incumprimento do dever de comunicação estabelecido nos artigos anteriores constituirá impedimento à celebração pelos notários das respectivas escrituras, bem como obstáculo a que os conservadores inscrevam os actos em causa nos competentes registos.

2 — Quando efectuadas contra o preceituado pelo artigo 35.º e pelo n.º 1 do artigo 36.º, a alienação, a constituição de outro direito real de gozo ou a dação em pagamento são anuláveis pelos tribunais sob iniciativa do membro da administração central, regional ou municipal competente, dentro de um ano a contar da data do conhecimento.

Artigo 39.º**Registo predial**

1 — Os prédios classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem ter esta qualidade inscrita gratuitamente no respectivo registo predial.

2 — O disposto no número anterior aplica-se aos prédios incluídos em conjuntos classificados ou em vias de classificação.

SECÇÃO III**Bens imóveis****SUBSECÇÃO I****Disposições comuns****Artigo 40.º****Impacte de grandes projectos e obras**

1 — Os órgãos competentes da administração do património cultural têm de ser previamente informados dos planos, programas, obras e projectos, tanto públicos como privados, que possam implicar risco de destruição ou deterioração de bens culturais, ou que de algum modo os possam desvalorizar.

2 — Para os efeitos do número anterior, o Governo, os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e os órgãos das autarquias locais estabelecerão, no âmbito das competências respectivas, as medidas de protecção e as medidas correctivas que resultem necessárias para a protecção do património cultural.

Artigo 41.º**Inscrições e afixações**

1 — É proibida a execução de inscrições ou pinturas em imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, bem como a colocação de anúncios, cartazes ou outro tipo de material informativo fora dos locais ali reservados para a exposição de elementos de divulgação das características do bem cultural e das finalidades e realizações a que corresponder o seu uso, sem autorização da entidade responsável pela classificação.

2 — A lei pode condicionar a afixação ou instalação de toldos, de tabuletas, de letreiros, de anúncios ou de cartazes, qualquer que seja a sua natureza e conteúdos, nos centros históricos e outros conjuntos urbanos legalmente reconhecidos, bem como nos locais onde possa prejudicar a perspectiva dos imóveis classificados.

Artigo 42.º**Efeitos da abertura do procedimento**

1 — A notificação do acto que determina a abertura do procedimento de classificação de bens imóveis nos termos do artigo 15.º da presente lei opera, além de outros efeitos previstos nesta lei, a suspensão dos procedimentos de concessão de licença ou autorização de operações de loteamento, obras de urbanização, edificação, demolição, movimento de terras ou actos administrativos equivalentes, bem como a suspensão dos efeitos das licenças ou autorizações já concedidas, pelo prazo e condições a fixar na lei.

2 — Enquanto outro prazo não for fixado pela legislação de desenvolvimento, o mesmo será de 120 dias para efeito de aplicação do disposto neste artigo.

3 — As operações urbanísticas que se realizem em desconformidade com o disposto no número anterior são ilegais, podendo a administração do património cultural competente ou os municípios ordenar a reconstrução ou demolição, pelo infractor ou à sua custa, nos termos da legislação urbanística, com as devidas adaptações.

4 — A classificação dos bens a que se refere o n.º 1 gera a caducidade dos procedimentos, licenças e autorizações suspensos nos termos deste preceito, sem prejuízo de direito a justa indemnização pelos encargos e prejuízos anormais e especiais resultantes da extinção dos direitos previamente constituídos pela Administração.

Artigo 43.º**Zonas de protecção**

1 — Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, beneficiarão automaticamente de uma zona geral de protecção de 50 m, contados a partir dos seus limites externos, cujo regime é fixado por lei.

2 — Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem dispor ainda de uma zona especial de protecção, a fixar por portaria do órgão competente da administração central ou da Região Autónoma quando o bem aí se situar.

3 — Nas zonas especiais de protecção podem incluir-se zonas *non aedificandi*.

4 — As zonas de protecção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cercas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.

5 — Excluem-se do preceituado pelo número anterior as obras de mera alteração no interior de imóveis.

Artigo 44.º**Defesa da qualidade ambiental e paisagística**

1 — A lei definirá outras formas para assegurar que o património cultural imóvel se torne um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, e da qualidade ambiental e paisagística.

2 — Para os efeitos deste artigo, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promoverão, no âmbito das atribuições respectivas, a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem.

3 — Relativamente aos conjuntos e sítios, a legislação de desenvolvimento estabelecerá especialmente:

- a) Os critérios exigidos para o seu reconhecimento legal e os benefícios e incentivos daí decorrentes;
- b) Os parâmetros a que devem obedecer os planos, os programas e os regulamentos aplicáveis;
- c) Os sistemas de incentivo e apoio à gestão integrada e descentralizada;
- d) As medidas de avaliação e controlo.

Artigo 45.º**Projectos, obras e intervenções**

1 — Os estudos e projectos para as obras de conservação, modificação, reintegração e restauro em bens classificados, ou em vias de classificação, são obrigatoriamente elaborados e subscritos por técnicos de qualificação legalmente reconhecida ou sob a sua responsabilidade directa.

2 — Os estudos e projectos referidos no número anterior devem integrar ainda um relatório sobre a importância e a avaliação artística ou histórica da intervenção, da responsabilidade de um técnico competente nessa área.

3 — As obras ou intervenções em bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, serão objecto de autorização e acompanhamento do órgão competente para a decisão final do procedimento de classificação, nos termos definidos na lei.

4 — Concluída a intervenção, deverá ser elaborado e remetido à administração do património cultural competente um relatório de onde conste a natureza da obra, as técnicas, as metodologias, os materiais e os tratamentos aplicados, bem como documentação gráfica, fotográfica, digitalizada ou outra sobre o processo seguido.

Artigo 46.º**Obras de conservação obrigatória**

1 — No respeito dos princípios gerais e nos limites da lei, o Estado, as Regiões Autónomas, os municípios e os proprietários ou titulares de outros direitos reais de gozo sobre imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem executar todas as obras ou quaisquer outras intervenções que a administração do património cultural competente considere necessárias para assegurar a sua salvaguarda.

2 — No caso de as obras ou intervenções não terem sido iniciadas ou concluídas dentro do prazo fixado, poderão as entidades previstas no n.º 2 do artigo 40.º da presente lei promover a sua execução coerciva nos termos previstos na legislação em vigor.

Artigo 47.º**Embargos e medidas provisórias**

1 — O organismo competente da administração do Estado, da administração regional autónoma ou da administração municipal deve determinar o embargo administrativo de quaisquer obras ou trabalhos em bens imóveis classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, cuja execução decorra ou se apreste a iniciar em desconformidade com a presente lei.

2 — O disposto no número anterior aplica-se também às obras ou trabalhos em zonas de protecção de bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal.

3 — A lei determinará as demais medidas provisórias aplicáveis.

Artigo 48.º**Deslocamento**

Nenhum imóvel classificado nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, poderá ser deslocado ou removido, em parte ou na totalidade, do lugar que lhe compete, salvo se, na sequência do procedimento previsto na lei, assim for julgado imprescindível por motivo de força maior ou por manifesto interesse público, em especial no caso de a salvaguarda material do mesmo o exigir imperativamente, devendo então a autoridade competente fornecer todas as garantias necessárias quanto à desmontagem, à remoção e à reconstrução do imóvel em lugar apropriado.

Artigo 49.º**Demolição**

1 — Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, não podem ser concedidas licenças de demolição total ou parcial de bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, sem prévia e expressa autorização do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal, conforme os casos.

2 — A autorização de demolição por parte do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal tem como pressuposto obrigatório a existência de ruína ou a verificação em concreto da primazia de um bem jurídico superior ao que está presente na tutela dos bens culturais, desde que, em qual-

quer dos casos, se não mostre viável nem razoável, por qualquer outra forma, a salvaguarda ou o deslocamento do bem.

3 — Verificado um ou ambos os pressupostos, devem ser decretadas as medidas adequadas à manutenção de todos os elementos que se possam salvaguardar, autorizando-se apenas as demolições estritamente necessárias.

4 — A autorização de demolição por parte do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal não deve ser concedida quando a situação de ruína seja causada pelo incumprimento do disposto no presente capítulo, impondo-se aos responsáveis a reposição, nos termos da lei.

5 — São nulos os actos administrativos que infrinjam o disposto nos números anteriores.

Artigo 50.º**Expropriação**

1 — Ouvidos os interessados e os órgãos consultivos competentes, pode a administração do património cultural promover a expropriação dos bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, nos seguintes casos:

- a) Quando por responsabilidade do detentor, decorrente de violação grave dos seus deveres gerais, especiais ou contratualizados, se corra risco sério de degradação do bem;
- b) Quando por razões jurídicas, técnicas ou científicas devidamente fundamentadas a expropriação se revele a forma mais adequada de assegurar a tutela do bem;
- c) Quando a expropriação tiver sido requerida pelo interessado.

2 — Ouvidos os interessados e os órgãos consultivos competentes, podem ainda ser expropriados os bens imóveis situados nas zonas de protecção dos bens classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, quando prejudiquem a boa conservação daqueles bens culturais ou ofendam ou desvirtuem as suas características ou enquadramento.

3 — No âmbito da aplicação dos n.ºs 1 e 2 do presente artigo, e tratando-se de bens imóveis classificados como de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, enquadrados num instrumento de gestão territorial eficaz, os municípios podem promover a respectiva expropriação, sendo a assembleia municipal competente para a declaração de utilidade desta expropriação, nos termos da lei.

SUBSECÇÃO II**Monumentos, conjuntos e sítios****Artigo 51.º****Intervenções**

Não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra, no interior ou no exterior de monumentos, conjuntos ou sítios classificados, nem mudança de uso susceptível de o afectar, no todo ou em parte, sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal, conforme os casos.

Artigo 52.º**Contexto**

1 — O enquadramento paisagístico dos monumentos será objecto de tutela reforçada.

2 — Nenhumas intervenções relevantes, em especial alterações com incidência no volume, natureza, morfologia ou cromatismo, que tenham de realizar-se nas proximidades de um bem imóvel classificado, ou em vias de classificação, podem alterar a especificidade arquitectónica da zona ou perturbar significativamente a perspectiva ou contemplação do bem.

3 — Exceptuam-se do disposto no número anterior as intervenções que tenham manifestamente em vista qualificar elementos do contexto ou dele retirar elementos espúrios, sem prejuízo do controlo posterior.

4 — A existência de planos de pormenor de salvaguarda ou de planos integrados não desonera do cumprimento do regime definido nos números anteriores.

Artigo 53.º**Planos**

1 — O acto que decreta a classificação de monumentos, conjuntos ou sítios nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, obriga o município, em parceria com os serviços da administração central ou regional autónoma responsáveis pelo património cultural, ao estabelecimento de um plano de pormenor de salvaguarda para a área a proteger.

2 — A administração do património cultural competente pode ainda determinar a elaboração de um plano integrado, salvaguardando a existência de qualquer instrumento de gestão territorial já eficaz, reconduzido a instrumento de política sectorial nos domínios a que deva dizer respeito.

3 — O conteúdo dos planos de pormenor de salvaguarda será definido na legislação de desenvolvimento, o qual deve estabelecer, para além do disposto no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial:

- a) A ocupação e usos prioritários;
- b) As áreas a reabilitar;
- c) Os critérios de intervenção nos elementos construídos e naturais;
- d) A cartografia e o recenseamento de todas as partes integrantes do conjunto;
- e) As normas específicas para a protecção do património arqueológico existente;
- f) As linhas estratégicas de intervenção, nos planos económico, social e de requalificação urbana e paisagística.

Artigo 54.º**Projectos, obras e intervenções**

1 — Até à elaboração de algum dos planos a que se refere o artigo anterior, a concessão de licenças, ou a realização de obras licenciadas, anteriormente à classificação do monumento, conjunto ou sítio dependem de parecer prévio favorável da administração do património cultural competente.

2 — Após a entrada em vigor do plano de pormenor de salvaguarda, podem os municípios licenciar as obras projectadas em conformidade com as disposições

daquele, sem prejuízo do dever de comunicar à administração do património cultural competente, no prazo máximo de 15 dias, as licenças concedidas.

3 — Os actos administrativos que infrinjam o disposto nos números anteriores são nulos.

SECÇÃO IV**Dos bens móveis****Artigo 55.º****Bens culturais móveis**

1 — Consideram-se bens culturais móveis integrantes do património cultural aqueles que se conformem com o disposto no n.º 1 do artigo 14.º e constituam obra de autor português ou sejam atribuídos a autor português, hajam sido criados ou produzidos em território nacional, provenham do desmembramento de bens imóveis aí situados, tenham sido encomendados ou distribuídos por entidades nacionais ou hajam sido propriedade sua, representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes a que tenham sido agregados elementos naturais da realidade cultural portuguesa, se encontrem em território português há mais de 50 anos ou que, por motivo diferente dos referidos, apresentem especial interesse para o estudo e compreensão da civilização e cultura portuguesas.

2 — Consideram-se ainda bens culturais móveis integrantes do património cultural aqueles que, não sendo de origem ou de autoria portuguesa, se encontrem em território nacional e se conformem com o disposto no n.º 1 do artigo 14.º

3 — Os bens culturais móveis referidos no número anterior constituem espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas e ainda quaisquer outras que venham a ser consideradas pela legislação de desenvolvimento.

Artigo 56.º**Classificação de bens culturais de autor vivo**

A classificação feita nos termos do artigo 15.º da presente lei de bens culturais de autor vivo depende do consentimento do respectivo proprietário, salvo situações excepcionais a definir em legislação de desenvolvimento.

Artigo 57.º**Dever de comunicação de mudança de lugar**

Os proprietários e possuidores de bens móveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem comunicar previamente ao serviço competente para a classificação a mudança de lugar ou qualquer circunstância que afecte a posse ou a guarda do bem.

Artigo 58.º**Depósito**

1 — Os proprietários e possuidores de bens móveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, podem acordar com a Administração Pública a respectiva cedência para depósito.

2 — Em caso de incumprimento, por parte dos detentores, de deveres gerais, especiais ou contratualizados, susceptível de acarretar um risco sério de degradação ou dispersão dos bens, poderá o Governo, os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e os órgãos municipais competentes nos termos da presente lei ordenar que os mesmos sejam transferidos, a título de depósito, para a guarda de bibliotecas, arquivos ou museus.

Artigo 59.º

Projectos e intervenções

1 — As intervenções físicas ou estruturantes em bens móveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, são obrigatoriamente asseguradas por técnicos de qualificação legalmente reconhecida.

2 — Nos termos da lei, e com as necessárias adaptações, são aplicáveis aos bens móveis classificados, ou em vias de classificação, as disposições dos artigos 45.º, 46.º, 47.º e 50.º da presente lei.

SECÇÃO V

Particularização de regimes

Artigo 60.º

Outras disposições aplicáveis aos bens classificados

1 — O registo patrimonial de classificação abrirá aos proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre os respectivos bens culturais o acesso a regimes de apoio, incentivos, financiamentos e estipulação de contratos e outros acordos, nos termos da presente lei e da legislação de desenvolvimento.

2 — Os bens classificados como de interesse público ficam sujeitos às seguintes restrições e ónus:

- a) Dever, da parte do detentor, de comunicar a alienação ou outra forma de transmissão da propriedade ou de outro direito real de gozo, para efeitos de actualização de registo;
- b) Sujeição a prévia autorização do desmembramento ou dispersão das partes integrantes do bem ou colecção;
- c) Sujeição a prévia autorização do serviço competente de quaisquer intervenções que visem alteração, conservação ou restauro, as quais só poderão ser efectuadas por técnicos especializados, nos termos da legislação de desenvolvimento;
- d) Existência de regras próprias sobre a transferência ou cedência de espécies de uma instituição para outra ou entre serviços públicos;
- e) Sujeição da exportação a prévia autorização ou licença;
- f) Identificação do bem através de sinalética própria, especialmente no caso dos imóveis;
- g) Obrigação de existência de um documento para registos e anotações na posse do respectivo detentor.

3 — Relativamente ao regime definido no número anterior, os bens classificados como de interesse municipal poderão conhecer níveis menos intensos de limitações, nos termos a especificar na legislação de desenvolvimento.

4 — No respeito pelos princípios gerais aplicáveis, poderá ainda a lei estabelecer, atenta a situação concreta do bem ou do tipo de bens em questão, um regime diferenciado de limitações, designadamente espaciais.

5 — Aos bens imóveis e móveis classificados como de interesse público são correspondentemente aplicáveis, com as especificações a definir na legislação de desenvolvimento, as disposições do n.º 2 do artigo 31.º e dos artigos 32.º e 40.º a 59.º da presente lei.

6 — As disposições dos artigos 40.º a 60.º da presente lei apenas são aplicáveis, com as necessárias adaptações, aos bens imóveis e móveis classificados como de interesse municipal quando assim seja previsto na legislação de desenvolvimento.

CAPÍTULO III

Protecção dos bens culturais inventariados

Artigo 61.º

Inventário geral

1 — Os bens inventariados gozam de protecção com vista a evitar o seu perecimento ou degradação, a apoiar a sua conservação e a divulgar a respectiva existência.

2 — O inventário geral do património cultural será assegurado e coordenado pelo Governo sem prejuízo da necessidade de articulação com os inventários já existentes.

Artigo 62.º

Inventário de bens de particulares

1 — Qualquer pessoa pode, mediante solicitação fundamentada, requerer a inventariação de um bem, colecção ou conjunto de que seja detentor, juntando todos os elementos pertinentes.

2 — A solicitação referida no número anterior deverá ser decidida no prazo de 90 dias.

3 — A inclusão de qualquer bem, colecção ou conjunto no inventário geral confere ao respectivo detentor o direito a um título de identidade, sem prejuízo de outros benefícios a reconhecer por lei, em especial quando as operações de inventariação tiverem sido promovidas a expensas do particular.

Artigo 63.º

Inventário de bens públicos

1 — Para o efeito da elaboração do inventário dos bens públicos, os representantes das autarquias locais e das demais pessoas colectivas públicas não territoriais devem apresentar à administração do património cultural competente instrumentos de descrição de todos os bens pertencentes às entidades que representam, susceptíveis de integrar o património cultural de acordo com os n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 2.º e o n.º 1 do artigo 14.º da presente lei.

2 — Idêntico dever de comunicação é extensível aos bens que venham, por qualquer título, a integrar no futuro o património da pessoa colectiva.

3 — A lei estabelecerá os termos e condições em que se deve processar a apresentação dos instrumentos de

descrição por parte dos serviços da administração central do Estado, da administração regional autónoma e de outros organismos públicos.

4 — A lei poderá estabelecer a classificação automática de certos bens públicos, na sequência do cumprimento do disposto nos números anteriores.

CAPÍTULO IV

Exportação, expedição, importação, admissão e comércio

Artigo 64.º

Exportação e expedição

1 — A exportação e a expedição temporárias ou definitivas de bens que integrem o património cultural, ainda que não inscritos no registo patrimonial de classificação ou inventariação, devem ser precedidas de comunicação à administração do património cultural competente com a antecedência de 30 dias.

2 — A obrigação referida no número anterior respeitará, em particular, as espécies a que alude o n.º 3 do artigo 55.º, independentemente da apreciação definitiva do interesse cultural do bem em causa.

3 — A administração do património cultural competente poderá vedar liminarmente a exportação ou a expedição, a título de medida provisória, sem que de tal providência decorra a vinculação do Estado à aquisição da coisa.

4 — As exportações e as expedições que não obedeam ao disposto no n.º 1 do presente artigo e no artigo 65.º, nos n.ºs 1 e 5 do artigo 66.º e no artigo 67.º são ilícitas.

Artigo 65.º

Exportação e expedição de bens classificados como de interesse nacional

1 — A saída de território nacional de bens classificados como de interesse nacional, ou em vias de classificação como tal, fora dos casos previstos nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo é interdita.

2 — A exportação e expedição temporárias de bens classificados como de interesse nacional, ou em vias de classificação como tal, apenas pode ser autorizada, por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, para finalidades culturais ou científicas, bem como de permuta temporária por outros bens de igual interesse para o património cultural.

3 — A exportação e expedição definitivas de bens classificados como de interesse nacional, ou em vias de classificação como tal, pertencentes ao Estado, apenas podem ser autorizadas, a título excepcional, pelo Conselho de Ministros, para efeito de permuta definitiva por outros bens existentes no estrangeiro que se revistam de excepcional interesse para o património cultural português.

4 — As autorizações ou licenças de exportação ou de expedição de bens referidas nos números anteriores especificarão as condições ou cláusulas modais que forem consideradas convenientes.

Artigo 66.º

Exportação e expedição de outros bens classificados

1 — Dependem de autorização ou licença da administração do património cultural a exportação e a expedição definitivas ou temporárias de bens classificados como de interesse público, ou em vias de classificação como tal.

2 — A autorização ou a licença a que se refere o número anterior podem sujeitar a exportação ou a expedição a condições ou cláusulas modais.

3 — A apresentação do pedido de exportação ou de expedição para venda concede ao Estado o direito de preferência na aquisição.

4 — As leis de desenvolvimento regularão o regime de exportação e expedição dos demais bens classificados, assim como os procedimentos e formalidades aplicáveis.

5 — A exportação e a expedição de bens inventariados pertencentes a entidades públicas depende de autorização da administração do património cultural.

6 — A autorização a que se refere o número anterior sujeitar-se-á a condições especiais a definir por lei.

Artigo 67.º

Exportação de bens culturais de Estados membros da União Europeia

As formalidades para efeito de exportação de bens pertencentes ao património cultural de Estados membros da União Europeia regem-se pelo disposto no direito comunitário.

Artigo 68.º

Importação e admissão

1 — É aplicável à importação e à admissão de bens culturais, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 64.º

2 — Às importações e admissões de bens culturais promovidas por particulares que se efectuem em conformidade com a lei serão aplicáveis as seguintes regras:

- a) O proprietário gozará do direito ao título de identificação do bem, com equivalência ao estatuto de bem inventariado;
- b) Salvo acordo do proprietário, é vedada a classificação como de interesse nacional ou de interesse público do bem nos 10 anos seguintes à importação ou admissão.

3 — A lei regulará os demais procedimentos e condições a que deve obedecer a importação e a admissão, temporária ou definitiva, de bens culturais.

Artigo 69.º

Regime do comércio e da restituição

1 — Em condições de reciprocidade, consideram-se nulas as transacções realizadas em território português incidentes sobre bens pertencentes ao património cultural de outro Estado e que se encontrem em território nacional em consequência da violação da respectiva lei de protecção.

2 — Os bens a que se refere o número anterior do presente artigo são restituíveis nos termos do direito comunitário ou internacional que vincular o Estado Português.

3 — A restituição de bens pertencentes ao património cultural dos demais Estados membros da União Europeia pode ser limitada às categorias de objectos relacionadas nos actos de direito comunitário derivado.

4 — As acções de restituição correrão pelos tribunais judiciais, nelas cabendo legitimidade activa exclusivamente ao Estado de onde o bem cultural tenha saído

ilegalmente e desde que se trate de Estado membro da União Europeia ou de Estado em condições de reciprocidade na ordem interna portuguesa que lhe confira tal direito.

5 — Na acção de restituição, discutir-se-á apenas:

- a) Se o bem que é objecto do pedido tem a qualidade de bem cultural nos termos das normas aplicáveis;
- b) Se a saída do bem do território do Estado de origem foi ilícita nos termos das normas aplicáveis;
- c) Se o possuidor ou detentor adquiriu o bem de boa fé;
- d) O montante da indemnização a arbitrar ao possuidor ou detentor de boa fé;
- e) Outros aspectos do conflito de interesses cuja discussão na acção de restituição seja consentido pelas normas aplicáveis do direito comunitário ou internacional.

6 — A acção de restituição não procederá quando o bem cultural reclamado constitua elemento do património cultural português.

7 — A legislação de desenvolvimento regulará a compra, venda e comércio de antiguidades e de outros bens culturais móveis.

TÍTULO VI

Do regime geral de valorização dos bens culturais

Artigo 70.º

Componentes do regime de valorização

São componentes do regime geral de valorização dos bens culturais:

- a) A conservação preventiva e programada;
- b) A pesquisa e a investigação;
- c) A protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios;
- d) O acesso e a fruição;
- e) A formação;
- f) A divulgação, sensibilização e animação;
- g) O crescimento e o enriquecimento;
- h) O apoio à criação cultural;
- i) A utilização, o aproveitamento, a rendibilização e a gestão;
- j) O apoio a instituições técnicas e científicas.

Artigo 71.º

Instrumentos

Constituem, entre outros, instrumentos do regime de valorização dos bens culturais:

- a) O inventário geral do património cultural;
- b) Os instrumentos de gestão territorial;
- c) Os parques arqueológicos;
- d) Os programas e projectos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios;

- e) Os programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens;
- f) Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as colecções visitáveis;
- g) Os programas e projectos de divulgação, sensibilização e animação;
- h) Os programas de formação específica e contratualizada;
- i) Os programas de voluntariado;
- j) Os programas de apoio à acção educativa;
- l) Os programas de aproveitamento turístico;
- m) Os planos e programas de aquisição e permuta.

TÍTULO VII

Dos regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais

CAPÍTULO I

Disposições comuns

Artigo 72.º

Disposições gerais

1 — As normas do presente título aplicam-se aos bens culturais e aos demais elementos integrantes do património cultural previstos nos capítulos seguintes.

2 — Em tudo o que não estiver previsto neste título, aplicam-se os princípios e disposições da presente lei, salvo os que se mostrem incompatíveis com a natureza dos bens.

3 — As leis de desenvolvimento poderão estabelecer formas de protecção, e correspondentes regimes, especialmente aplicáveis aos bens culturais ou a certo tipo de elementos integrantes do património arqueológico, arquivístico, áudio-visual, bibliográfico, fonográfico ou fotográfico ou a novos tipos de bens culturais, nomeadamente os que integrem o património electrónico ou o património industrial.

4 — As disposições respeitantes ao património arquivístico aplicam-se subsidiariamente aos bens culturais e aos demais elementos integrantes do património áudio-visual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico, na medida em que se mostrem compatíveis com a natureza dos bens.

5 — Para a classificação ou o inventário do património áudio-visual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico valerão também algum ou alguns dos seguintes critérios de apreciação:

- a) Proximidade da matriz ou versão originais;
- b) Processos utilizados na criação ou produção;
- c) Estado de conservação.

6 — Não carece do consentimento exigido pelo artigo 56.º desta lei a classificação dos elementos matriciais de bens áudio-visuais ou fonográficos ou, na falta daqueles, de uma das respectivas cópias.

Artigo 73.º

Acesso à documentação

1 — A lei promove o acesso à documentação integrante do património cultural.

2 — O acesso tem, desde logo, por limites os que decorram dos imperativos de conservação das espécies.

3 — A menos que seja possível apresentar uma cópia de onde hajam sido expurgados elementos lesivos de direitos e valores fundamentais, não será objecto de acesso o documento que os contiver.

4 — As restrições legais da comunicabilidade de documentação integral do património cultural caducam decorridos 100 anos sobre a data de produção do documento, a menos que a lei estabeleça prazos especiais mais reduzidos.

CAPÍTULO II

Do património arqueológico

Artigo 74.º

Conceito e âmbito do património arqueológico e paleontológico

1 — Integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos:

- a) Cujas preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente;
- b) Cujas principais fontes de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.

2 — O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.

3 — Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei.

4 — Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.

5 — Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se por território envolvente o contexto natural ou artificial que influencia, estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido.

Artigo 75.º

Formas e regime de protecção

1 — Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico.

2 — Em qualquer lugar onde se presuma a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos,

poderá ser estabelecido com carácter preventivo e temporário, pelo órgão da administração do património cultural competente, uma reserva arqueológica de protecção, por forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.

3 — Sempre que o interesse de um parque arqueológico o justifique, o mesmo poderá ser dotado de uma zona especial de protecção, a fixar pelo órgão da administração do património cultural competente, por forma a garantir-se a execução futura de trabalhos arqueológicos no local.

4 — A legislação de desenvolvimento poderá também estabelecer outros tipos de providências limitativas da modificação do uso, da transformação e da remoção de solos ou de qualquer actividade de edificação sobre os mesmos, até que possam ser estudados dentro de prazos máximos os testemunhos que se saiba ou fundamentadamente se presuma ali existirem.

5 — Desde que os bens arqueológicos não estejam classificados, ou em vias de o serem, poderão os particulares interessados promover, total ou parcialmente, a expensas suas, nos termos da lei, os trabalhos arqueológicos de cuja conclusão dependa a cessação das limitações previstas nos n.ºs 2 e 4 do presente artigo.

6 — Depende de prévia emissão de licença a utilização de detectores de metais e de qualquer outro equipamento de detecção ou processo destinados à investigação arqueológica, nos termos da lei.

7 — Com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos, definidos no n.º 4 do artigo 74.º, a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território, designado por plano de ordenamento de parque arqueológico.

8 — Os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano referido no número anterior serão definidos na legislação de desenvolvimento.

Artigo 76.º

Deveres especiais das entidades públicas

1 — Constituem particulares deveres do Estado, sem prejuízo do disposto nos estatutos das Regiões Autónomas:

- a) Criar, manter e actualizar o inventário nacional georreferenciado do património arqueológico imóvel;
- b) Articular o cadastro da propriedade com o inventário nacional georreferenciado do património arqueológico;
- c) Estabelecer a disciplina e a fiscalização da actividade de arqueólogo.

2 — Constitui particular dever do Estado e das Regiões Autónomas aprovar os planos anuais de trabalhos arqueológicos.

3 — Constituem particulares deveres da Administração Pública competente no domínio do licenciamento e autorização de operações urbanísticas:

- a) Certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo,

subsolo ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, estão em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico;

- b) Dotar-se de meios humanos e técnicos necessários no domínio da arqueologia ou recorrer a eles sempre que necessário.

Artigo 77.º

Trabalhos arqueológicos

1 — Para efeitos da presente lei, são trabalhos arqueológicos todas as escavações, prospecções e outras investigações que tenham por finalidade a descoberta, o conhecimento, a protecção e a valorização do património arqueológico.

2 — São escavações arqueológicas as remoções de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos que, de acordo com metodologia arqueológica, se realizem com o fim de descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico.

3 — São prospecções arqueológicas as explorações superficiais sem remoção de terreno que, de acordo com metodologia arqueológica, visem as actividades e objectivos previstos no número anterior.

4 — A realização de trabalhos arqueológicos será obrigatoriamente dirigida por arqueólogos e carece de autorização a conceder pelo organismo competente da administração do património cultural.

5 — Não se consideram trabalhos arqueológicos, para efeitos da presente lei, os achados fortuitos ou ocorridos em consequência de outro tipo de remoções de terra, demolições ou obras de qualquer índole.

Artigo 78.º

Notificação de achado arqueológico

1 — Quem encontrar, em terreno público ou particular, ou em meio submerso, quaisquer testemunhos arqueológicos fica obrigado a dar conhecimento do achado no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes.

2 — A descoberta fortuita de bens móveis arqueológicos com valor comercial confere ao achador o direito a uma recompensa, nos termos da lei.

Artigo 79.º

Ordenamento do território e obras

1 — Para além do disposto no artigo 40.º, deverá ser tida em conta, na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica contida no solo e no subsolo dos aglomerados urbanos, nomeadamente através da elaboração de cartas do património arqueológico.

2 — Os serviços da administração do património cultural condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adopção pelos respectivos promotores, junto das autoridades competentes, das alterações ao projecto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

3 — Os promotores das obras ficam obrigados a suportar, por meio das entidades competentes, os custos

das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projectos.

4 — No caso de grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem, bem como do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais, quaisquer intervenções arqueológicas necessárias deverão ser integralmente financiadas pelo respectivo promotor.

CAPÍTULO III

Do património arquivístico

Artigo 80.º

Conceito e âmbito do património arquivístico

1 — Integram o património arquivístico todos os arquivos produzidos por entidades de nacionalidade portuguesa que se revistam de interesse cultural relevante.

2 — Entende-se por arquivo o conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação.

3 — Integram, igualmente, o património arquivístico conjuntos não orgânicos de documentos de arquivo que se revistam de interesse cultural relevante e nomeadamente quando práticas antigas tenham gerado colecções factícias.

4 — Entende-se por colecção factícia o conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou outro qualquer critério dos coleccionadores.

Artigo 81.º

Categorias de arquivos

1 — Para efeitos do disposto no artigo anterior, devem os arquivos ser distinguidos, com base na respectiva proveniência, em arquivos públicos e arquivos privados.

2 — São arquivos públicos os produzidos por entidades públicas ou por pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.

3 — Os arquivos públicos distinguem-se em arquivos de âmbito nacional, regional e municipal.

4 — São arquivos privados os produzidos por entidades privadas.

5 — Os arquivos privados distinguem-se em arquivos de pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público e arquivos de pessoas singulares ou colectivas privadas.

Artigo 82.º

CrITÉRIOS para a protecção do património arquivístico

Para a classificação ou o inventário do património arquivístico, devem ser tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios:

- a) Natureza pública da entidade produtora;
- b) Relevância das actividades desenvolvidas pela entidade produtora num determinado sector;
- c) Relevância social ou repercussão pública da entidade produtora;

- d) Valor probatório e informativo do arquivo, decorrente, nomeadamente, da sua relevância jurídica, política, económica, social, cultural, religiosa ou científica.

Artigo 83.º

Formas de protecção do património arquivístico

1 — Devem ser objecto de classificação como de interesse nacional:

- a) Os arquivos públicos de âmbito nacional, conservados a título permanente na sequência de um processo de avaliação concluído nos termos da lei;
- b) Os arquivos públicos com mais de 100 anos;
- c) Os arquivos privados e colecções factícias que, em atenção ao disposto no artigo 82.º, se revelem de inestimável interesse cultural.

2 — Devem ser objecto de classificação como de interesse público:

- a) Os arquivos públicos de âmbito regional ou municipal, conservados a título permanente na sequência de um processo de avaliação concluído nos termos da lei;
- b) Os arquivos privados produzidos por pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público, quando conservados a título permanente;
- c) Os arquivos privados e colecções factícias que possuam qualquer das características referidas nas alíneas b), c) e d) do artigo 82.º e se encontrem, a qualquer título, na posse do Estado;
- d) Outros arquivos privados e colecções factícias que, em atenção ao disposto no artigo 82.º, se mostrem possuidores de interesse cultural relevante e cujos proprietários nisso consentam.

3 — Devem ser objecto de inventário os arquivos e colecções factícias abrangidos pela previsão do artigo 80.º e em relação aos quais se verifique algum dos seguintes pressupostos:

- a) Se encontrem a qualquer título na posse ou à guarda do Estado;
- b) Venham a ser voluntariamente apresentados pelos respectivos possuidores, se outro não for o motivo invocado para a respectiva inventariação nos termos do regime geral de protecção dos bens culturais.

4 — Cada arquivo inventariado, ou apresentado para inventariação, deverá ser descrito de acordo com as Normas Gerais Internacionais de Descrição Arquivística, providenciando-se para que as respectivas descrições sejam compatibilizadas e validadas pelos serviços nacionais.

CAPÍTULO IV

Do património áudio-visual

Artigo 84.º

Património áudio-visual

1 — Integram o património áudio-visual as séries de imagens, fixadas sobre qualquer suporte, bem como as geradas ou reproduzidas por qualquer tipo de aplicação

informática ou informatizada, também em suporte virtual, acompanhadas ou não de som, as quais, sendo projectadas, dão uma impressão de movimento e que, tendo sido realizadas para fins de comunicação, distribuição ao público ou de documentação, se revistam de interesse cultural relevante e preencham pelo menos um de entre os seguintes requisitos:

- a) Hajam resultado de produções nacionais;
- b) Hajam resultado de produções estrangeiras distribuídas, editadas ou teledifundidas comercialmente em Portugal;
- c) Integrem, independentemente da nacionalidade da produção, colecções ou espólios conservados em instituições públicas ou que, independentemente da natureza jurídica do detentor, se distingam pela notabilidade.

2 — Integram, nomeadamente, o património áudio-visual as produções cinematográficas, as produções televisivas e as produções videográficas.

3 — Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse nacional:

- a) Os elementos matriciais das obras de produção nacional abrangidas pela previsão do n.º 1 do presente artigo ou das que para este efeito lhes sejam equiparadas pela legislação de desenvolvimento;
- b) Cópias conformes aos elementos matriciais referidos na alínea anterior, quando estes já não existirem;
- c) Cópias de obras de produção estrangeira, mas que foram distribuídas em território nacional, integrando novos elementos — escritos ou orais — que os diferenciam dos elementos matriciais, nomeadamente por lhe terem sido agregados, por legendagem ou dobragem em língua portuguesa, elementos naturais da realidade cultural portuguesa.

4 — Devem ser objecto de inventário todas as obras abrangidas pela previsão do n.º 1 do presente artigo e as séries de imagens amadoras apresentadas voluntariamente pelos respectivos possuidores que sejam portadoras de interesse cultural relevante.

CAPÍTULO V

Do património bibliográfico

Artigo 85.º

Património bibliográfico

1 — Integram o património bibliográfico as espécies, colecções e fundos bibliográficos que se encontrem, a qualquer título, na posse de pessoas colectivas públicas, independentemente da data em que foram produzidos ou reunidos, bem como as colecções e espólios literários.

2 — Devem igualmente integrar o património bibliográfico:

- a) As espécies, colecções e fundos bibliográficos de pessoas colectivas de utilidade pública, produzidos ou reunidos há mais de 25 anos, se outro não for o valor invocado para a respectiva inventariação;

- b) As colecções e espólios literários pertencentes a pessoas colectivas de utilidade pública, se outro não for o valor invocado para a respectiva inventariação;
- c) As espécies, colecções e fundos bibliográficos que se encontrem, a qualquer título, na posse privada, produzidos ou reunidos há mais de 50 anos, bem como as colecções e espólios literários, se outro não for o valor invocado para a respectiva inventariação.

3 — Podem ser objecto de classificação as espécies bibliográficas com especial valor de civilização ou de cultura e, em particular:

- a) Os manuscritos notáveis;
- b) Os impressos raros;
- c) Os manuscritos autógrafos, bem como todos os documentos que registem as técnicas e os hábitos de trabalho de autores e personalidades notáveis das letras, artes e ciência, seja qual for o nível de acabamento do texto ou textos neles contidos;
- d) As colecções e espólios de autores e personalidades notáveis das letras, artes e ciência, considerados como universalidades de facto reunidas pelos mesmos ou por terceiros.

Artigo 86.º

Classificação do património bibliográfico como de interesse nacional

Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse nacional:

- a) As espécies bibliográficas que possuam qualquer das características referidas no n.º 3 do artigo 85.º, se encontrem, a qualquer título, na posse do Estado e como tal venham a ser registadas;
- b) As espécies bibliográficas que possuam qualquer das características referidas no n.º 3 do artigo 85.º, pertencentes a entidades privadas, de que não exista mais que um exemplar em bibliotecas ou colecções bibliográficas de titularidade pública;
- c) As colecções e fundos bibliográficos que, independentemente da sua titularidade, tenham sido reunidos há mais de 200 anos e tenham pertencido a instituições ou pessoas notáveis pela respectiva actividade ou obra, na medida em que possam contribuir para o reconhecimento destas.

Artigo 87.º

Classificação do património bibliográfico como de interesse público

1 — Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse público:

- a) As espécies bibliográficas que possuam qualquer das características referidas no n.º 3 do artigo 85.º e se encontrem, a qualquer título, na posse do Estado;
- b) As espécies bibliográficas que possuam qualquer das características referidas no n.º 3 do artigo 85.º pertencentes a entidades privadas de que não existam, pelo menos, três exemplares em bibliotecas ou colecções bibliográficas de titularidade pública;

- c) As colecções e fundos bibliográficos que, independentemente da sua titularidade, tenham sido reunidos há mais de 150 anos e tenham pertencido a instituições ou pessoas notáveis pela respectiva actividade ou obra, na medida em que possam contribuir para o reconhecimento destas.

2 — Para efeitos da alínea b) do número anterior, presume-se a existência de mais de três exemplares para as obras impressas em Portugal depois de 1935, salvo se oriundas de prelos clandestinos.

Artigo 88.º

Inventariação do património bibliográfico

1 — Devem ser objecto de inventário todas as espécies enunciadas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 85.º, bem como as referidas nas alíneas c) e d) da mesma disposição, que venham a ser voluntariamente apresentadas pelos respectivos possuidores, se outro não for o motivo invocado para a respectiva inventariação, nos termos do regime geral de protecção de bens culturais.

2 — Cada espécie bibliográfica inventariada, ou apresentada para inventariação, deverá ser descrita de acordo com as Regras Portuguesas de Catalogação, providenciando-se para que as respectivas descrições sejam compatibilizadas e validadas pelos serviços nacionais.

CAPÍTULO VI

Do património fonográfico

Artigo 89.º

Património fonográfico

1 — Integram o património fonográfico as séries de sons, fixadas sobre qualquer suporte, bem como as geradas ou reproduzidas por qualquer tipo de aplicação informática ou informatizada, também em suporte virtual, e que, tendo sido realizadas para fins de comunicação, distribuição ao público ou de documentação, se revistam de interesse cultural relevante e preencham pelo menos um de entre os seguintes requisitos:

- a) Hajam resultado de produções nacionais ou de produções estrangeiras relacionadas com a realidade e a cultura portuguesas;
- b) Integrem, independentemente da nacionalidade da produção, colecções ou espólios conservados em instituições públicas ou que, independentemente da natureza jurídica do detentor, se distingam pela sua notabilidade;
- c) Representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes.

2 — As séries de sons amadores podem ser incluídas no património fonográfico, nos termos da lei.

CAPÍTULO VII

Do património fotográfico

Artigo 90.º

Património fotográfico

1 — Integram o património fotográfico todas as imagens obtidas por processos fotográficos, qualquer que seja o suporte, positivos ou negativos, transparentes ou

opacas, a cores ou a preto e branco, bem como as colecções, séries e fundos compostos por tais espécies que, sendo notáveis pela antiguidade, qualidade do conteúdo, processo fotográfico utilizado ou carácter informativo sobre o contexto histórico-cultural em que foram produzidas, preencham ainda pelo menos um de entre os seguintes requisitos:

- a) Hajam sido produzidas por autores nacionais ou por estrangeiros sobre Portugal;
- b) Contenham imagens que possuam significado no contexto da história da fotografia nacional ou da fotografia estrangeira quando se encontrem predominantemente em território português há mais de 25 anos;
- c) Se refiram a acontecimentos, personagens ou bens culturais ou ambientais relevantes para a memória colectiva portuguesa.

2 — As fotografias inseridas em álbuns ou livros impressos, incluindo imagens originais ou em reprodução fotomecânica, integram o património fotográfico quando correspondam à previsão do número anterior e constem de edições portuguesas ou de edições estrangeiras reproduzindo obras de autores nacionais ou de estrangeiros sobre Portugal.

3 — Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse nacional as espécies, colecções, séries e fundos fotográficos anteriores a 1866 abrangidos pela previsão do n.º 1 ou do n.º 2 do presente artigo quando se verifique em relação a eles algum dos seguintes pressupostos:

- a) Tenham pertencido a instituição ou pessoa notáveis cuja actividade ou obra possam ajudar a conhecer;
- b) Se encontrem, a qualquer título, na posse do Estado.

4 — Sem prejuízo do regime geral, devem ser objecto de classificação como de interesse público as espécies, colecções, séries e fundos fotográficos posteriores a 1865 abrangidos pela previsão do n.º 1 ou do n.º 2 do presente artigo quando se verifique em relação a eles algum dos seguintes pressupostos:

- a) Sejam anteriores a 1881 e se encontrem a qualquer título na posse do Estado;
- b) Sejam anteriores a 1881 e deles não existam exemplares em arquivos de titularidade pública;
- c) Possuam mais de 100 anos e tenham pertencido a instituição ou pessoa notáveis cuja actividade ou obra possam ajudar a conhecer.

5 — Devem ser objecto de inventário os fundos fotográficos abrangidos pela previsão do n.º 1 do presente artigo em relação aos quais se verifique algum dos seguintes pressupostos:

- a) Se encontrem a qualquer título na posse do Estado;
- b) Venham a ser voluntariamente apresentados pelos respectivos possuidores, se outro não for o motivo invocado para a respectiva inventariação nos termos do regime geral de protecção dos bens culturais;
- c) Tenham pertencido a instituição ou pessoa notáveis cuja actividade ou obra possam ajudar a conhecer.

TÍTULO VIII

Dos bens imateriais

Artigo 91.º

Âmbito e regime de protecção

1 — Para efeitos da presente lei, integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas.

2 — Especial protecção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos.

3 — Tratando-se de realidades com suporte em bens móveis ou imóveis que revelem especial interesse etnográfico ou antropológico, serão as mesmas objecto das formas de protecção previstas nos títulos IV e V.

4 — Sempre que se trate de realidades que não possuam suporte material, deve promover-se o respectivo registo gráfico, sonoro, áudio-visual ou outro para efeitos de conhecimento, preservação e valorização através da constituição programada de colectâneas que viabilizem a sua salvaguarda e fruição.

5 — Sempre que se trate de realidades que associem, também, suportes materiais diferenciados, deve promover-se o seu registo adequado para efeitos de conhecimento, preservação, valorização e de certificação.

Artigo 92.º

Deveres das entidades públicas

1 — Constitui especial dever do Estado e das Regiões Autónomas apoiar iniciativas de terceiros e mobilizar todos os instrumentos de valorização necessários à salvaguarda dos bens imateriais referidos no artigo anterior.

2 — Constitui especial dever das autarquias locais promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização dos bens imateriais mais representativos das comunidades respectivas, incluindo os próprios das minorias étnicas que as integram.

TÍTULO IX

Das atribuições do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais

Artigo 93.º

Atribuições comuns, colaboração e auxílio interadministrativo

1 — As Regiões Autónomas e os municípios participam com o Estado na tarefa fundamental de proteger e valorizar o património cultural do povo português, prosseguido por todos como atribuição comum, ainda que diferenciada nas respectivas concretizações e sem prejuízo da discriminação das competências dos órgãos de cada tipo de ente.

2 — Sem prejuízo das reservas das atribuições e competências próprias, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios articularão entre si a adopção e execução das providências necessárias à realização de fins estabelecidos na presente lei e os respectivos órgãos assegurarão a prestação recíproca de auxílio entre os serviços e instituições deles dependentes no tocante à circulação de informação e à prática de actos materiais que requeiram conhecimentos ou utensilagem especializados.

3 — O Estado, as Regiões Autónomas e os municípios constituirão fundos e estabelecerão regimes de comparticipação, de modo a enquadrar as intervenções de conservação, restauro, manutenção e valorização dos bens culturais por eles classificados ou inventariados e, tanto quanto possível, de bens culturais que, não obstante haverem sido objecto de um tal acto por parte de outra pessoa colectiva pública, se encontrem na respectiva área de jurisdição.

Artigo 94.º

Atribuições em matéria de classificação e inventariação

1 — A classificação de bens culturais como de interesse nacional incumbe, nos termos da lei, aos competentes órgãos e serviços do Estado, a classificação de bens culturais como de interesse público incumbe aos competentes órgãos e serviços do Estado ou das Regiões Autónomas quando o bem ali se localizar, nos termos da lei e dos estatutos político-administrativos, e a classificação de bens culturais como de interesse municipal incumbe aos municípios.

2 — A classificação de bens culturais pelos municípios será antecedida de parecer dos competentes órgãos e serviços do Estado, ou das Regiões Autónomas se o município aí se situar.

3 — Se outra coisa não for disposta pela legislação de desenvolvimento, o silêncio do órgão competente pelo prazo de 45 dias vale como parecer favorável.

4 — Os registos de classificação das Regiões Autónomas serão comunicados ao Estado, e os registos de classificação dos municípios serão comunicados ao Estado, ou ao Estado e à Região Autónoma.

5 — A classificação de bens culturais pertencentes a igrejas e a outras comunidades religiosas incumbe exclusivamente ao Estado e às Regiões Autónomas.

6 — Sem prejuízo de delegação de tarefas permitida pelo n.º 2 do artigo 4.º, a inventariação de bens culturais incumbe aos competentes órgãos e serviços do Estado e das Regiões Autónomas e, bem assim, aos municípios, devendo processar-se com recurso a bases de dados normalizadas e intercomunicáveis, nos termos do disposto pela legislação de desenvolvimento.

7 — A competência para classificar e inventariar corresponde a de emitir actos em sentido oposto.

Artigo 95.º

Outras atribuições

1 — Salvo disposição da lei em contrário, incumbirá às pessoas colectivas públicas cujos órgãos hajam procedido, por esta ordem, à classificação ou inventariação, ou tenham pendentes procedimentos para esse efeito, a tomada das seguintes decisões, quando a elas haja lugar na base de normas que as prevejam:

- a) Expropriação de bens culturais ou de prédios situados na zona de protecção de bens culturais imóveis;

- b) Autorização, exercício do direito de preferência ou outras decisões motivadas pela alienação de bens culturais;
- c) Emissão de parecer vinculativo, autorização ou asseguramento de intervenções de conservação, restauro, alteração ou de qualquer outro tipo sobre bens culturais ou nas respectivas zonas de protecção;
- d) Reconhecimento do acesso de detentores de bens culturais aos benefícios decorrentes da classificação ou inventariação.

2 — Na ausência de normas específicas de distribuição da competência no seio da pessoa colectiva pública apurada nos termos do número anterior, o poder para praticar os actos ali referidos caberá, consoante os casos, ao organismo da administração central ou regional cujo escopo corresponda à natureza do bem ou, na sua falta, ao governo central ou regional ou ao município.

Artigo 96.º

Providências de carácter organizatório

No âmbito dos organismos existentes ou a criar, funcionarão obrigatoriamente as seguintes estruturas e cargos:

- a) Uma estrutura de coordenação, a nível infra-governamental, das administrações estaduais do ambiente, do ordenamento do território, do equipamento, das obras públicas e da cultura;
- b) Serviços de inspecção e observação dos bens classificados;
- c) Serviços que especificamente acompanhem o comércio de arte e das antiguidades;
- d) Um centro de estudos do direito do património cultural e da promoção, no plano técnico, da sua consolidação, actualização e aperfeiçoamento.

TÍTULO X

Dos benefícios e incentivos fiscais

Artigo 97.º

Regime de benefícios e incentivos fiscais

A definição e estruturação do regime de benefícios e incentivos fiscais relativos à protecção e valorização do património cultural são objecto de lei autónoma.

Artigo 98.º

Emolumentos notariais e registrais

1 — Os actos que tenham por objecto bens imóveis ou móveis classificados, bem como a contracção de empréstimos com o fim da respectiva aquisição, estão isentos de quaisquer emolumentos registrais e notariais.

2 — A isenção emolumentar prevista no número anterior não abrange os emolumentos pessoais nem as

importâncias correspondentes à participação emolumentar devida aos notários, conservadores e oficiais do registo e do notariado pela sua intervenção nos actos.

Artigo 99.º

Outros apoios

1 — O Governo promoverá o apoio financeiro ou a possibilidade de recurso a formas especiais de crédito, em condições favoráveis, a proprietários ou outros titulares de direitos reais de gozo sobre bens culturais classificados ou inventariados com a condição de os mesmos procederem a trabalhos de protecção, conservação e valorização dos bens, de harmonia com as normas estabelecidas sobre a matéria e sob a orientação dos serviços competentes.

2 — Os benefícios financeiros referidos no número anterior poderão ser subordinados a especiais condições e garantias, em termos a fixar, caso a caso, pela administração competente.

TÍTULO XI

Da tutela penal e contra-ordenacional

CAPÍTULO I

Da tutela penal

Artigo 100.º

Infracções criminais previstas no Código Penal

Aos crimes praticados contra bens culturais aplicam-se as disposições previstas no Código Penal, com as especialidades constantes da presente lei.

Artigo 101.º

Crime de deslocamento

Quem proceder ao deslocamento de um bem imóvel classificado, ou em vias de classificação, fora das condições referidas no artigo 48.º, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias.

Artigo 102.º

Crime de exportação ilícita

1 — Quem proceder à exportação ou expedição de um bem classificado como de interesse nacional, ou em vias de classificação como tal, fora dos casos previstos nos n.ºs 2 ou 3 do artigo 65.º, é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias.

2 — Em caso de negligência, o agente é punido com pena de prisão até 1 ano ou com multa até 120 dias.

Artigo 103.º

Crime de destruição de vestígios

Quem, por inobservância de disposições legais ou regulamentares ou providências limitativas decretadas em conformidade com a presente lei, destruir vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias.

CAPÍTULO II

Da tutela contra-ordenacional

Artigo 104.º

Contra-ordenações especialmente graves

Constitui contra-ordenação punível com coima de 500 000\$ a 5 000 000\$ e de 5 000 000\$ a 100 000 000\$, conforme sejam praticados por pessoa singular ou colectiva:

- O deslocamento ou a demolição de imóveis classificados, ou em vias de classificação, fora das condições referidas nos artigos 48.º e 49.º;
- A realização de obras que hajam sido previamente embargadas de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 47.º;
- A exportação e a expedição de bens classificados, ou em vias de classificação, em violação do disposto no artigo 65.º;
- A violação do disposto no n.º 1 do artigo 64.º, quando o agente retirar um benefício económico calculável superior a 20 000 000\$.

Artigo 105.º

Contra-ordenações graves

Constitui contra-ordenação punível com coima de 350 000\$ a 3 500 000\$ e de 3 500 000\$ a 20 000 000\$, conforme sejam praticadas por pessoa singular ou colectiva:

- A violação do disposto no n.º 3 do artigo 45.º, no artigo 51.º e no n.º 6 do artigo 75.º, bem como do regime de apresentação de licença de exportação de bens culturais para fora do território aduaneiro da União Europeia, tal como prescrito no artigo 2.º do Regulamento n.º 3911/92/CEE, do Conselho, de 9 de Dezembro;
- A violação do disposto no artigo 32.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º, no artigo 57.º e no n.º 1 do artigo 64.º, fora dos casos previstos na alínea d) do artigo 104.º, bem como a violação do disposto no n.º 1 do artigo 78.º;
- A violação do dever de comunicação de importação ou de admissão, decorrente do disposto no n.º 1 do artigo 68.º;
- A violação do disposto no n.º 3 do artigo 45.º e no artigo 51.º, bem como o deslocamento ou a demolição ilícita, a realização de obras previamente embargadas ou a exportação ou expedição de bens realizadas em desconformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 66.º, quando, em qualquer dos casos, a violação respeite a bens classificados como de interesse público.

Artigo 106.º

Contra-ordenações simples

Constitui contra-ordenação punível com coima de 100 000\$ a 500 000\$ e de 500 000\$ a 5 000 000\$, conforme sejam praticadas por pessoa singular ou colectiva:

- A violação do disposto no artigo 32.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º, quando a mesma respeite a bens classificados como de interesse municipal;

- b) A violação do disposto no artigo 21.º e no n.º 1 dos artigos 41.º e 46.º, e a violação de algum dos deveres ou restrições previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 60.º

Artigo 107.º

Negligência

A negligência é punível.

Artigo 108.º

Sanções acessórias

1 — Conjuntamente com a coima prevista no tipo legal de contra-ordenação, pode ser aplicada ao infractor uma das seguintes sanções acessórias:

- a) Apreensão dos bens objecto da infracção;
- b) Interdição do exercício da profissão de antiquário ou leiloeiro;
- c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado por entidade ou serviço público para efeitos de salvaguarda ou valorização de bem cultural;
- d) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos;
- e) Encerramento do estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
- f) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

2 — As sanções referidas nas alíneas b) e c) do número anterior terão a duração máxima de dois anos, que se contarão a partir da decisão condenatória.

Artigo 109.º

Responsabilidade solidária

Quando tiverem sido executados trabalhos de conservação ou restauro que impliquem dano irreparável ou destruição ou demolição em bens classificados ou em vias de o serem, sem prévia autorização do serviço competente, as pessoas a quem se achem vinculados, por contrato de trabalho, de prestação de serviços ou de empreitada, aqueles que cometerem qualquer das contra-ordenações previstas nesta lei são subsidiariamente responsáveis pelo pagamento da importância igual à da coima àqueles aplicável, salvo se provarem ter tomado as providências necessárias para os fazer observar a lei.

Artigo 110.º

Instrução e decisão

1 — A instrução do procedimento por contra-ordenação cabe ao serviço da administração do património cultural competente para o procedimento de classificação.

2 — A aplicação da coima compete ao órgão dirigente do serviço referido no número anterior, cabendo o montante da coima em 60 % ao Estado e em 40 % à entidade respectiva, salvo quando cobradas pelos organismos competentes dos Governos Regionais, caso em que reverterem totalmente para a respectiva Região.

TÍTULO XII

Disposições finais e transitórias

Artigo 111.º

Legislação de desenvolvimento

1 — Sem prejuízo dos poderes legislativos regionais, no prazo de um ano, deve o Governo aprovar, preferencialmente de forma unitária e consolidada, a legislação de desenvolvimento.

2 — No prazo de um ano, devem o Governo central e os Governos Regionais aprovar as alterações das leis orgânicas dos vários institutos e serviços da administração do património cultural competente que se revelem necessárias à compatibilização daqueles diplomas com as orientações formuladas na presente lei.

Artigo 112.º

Anteriores actos de classificação e inventariação

1 — Mantêm-se em vigor os efeitos decorrentes de anteriores formas de protecção de bens culturais móveis e imóveis da responsabilidade da administração central ou da administração regional autónoma, independentemente das conversões a que tenha de se proceder por força da presente lei.

2 — Os bens imóveis anteriormente classificados pelo Estado ou pelas Regiões Autónomas como valores concelhios passam a considerar-se bens classificados de interesse municipal.

3 — A legislação de desenvolvimento determinará as demais regras necessárias à conversão para novas formas de protecção e designações.

Artigo 113.º

Disposições finais e transitórias avulsas

1 — Consideram-se feitas para as correspondentes disposições desta lei todas as remissões para normas da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, contidas em leis ou regulamentos avulsos.

2 — Enquanto não for editada a legislação de desenvolvimento da presente lei, no território do continente considerar-se-ão em vigor as normas até agora aplicáveis do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, com as sucessivas alterações, em tudo o que não contrarie princípios ou disposições fundamentais da presente lei.

3 — Os representantes das autarquias locais e das demais pessoas colectivas públicas não territoriais deverão remeter ao Governo, no prazo de dois anos a contar da entrada em vigor da presente lei, os instrumentos de descrição a que se refere o artigo 63.º

4 — Legislação especial assegurará um regime transitório de protecção urbanística aplicável aos conjuntos e sítios já classificados e àqueles que o venham a ser até à entrada em vigor da legislação e dos instrumentos que tornem exequível o disposto nos artigos 53.º, 54.º e 75.º da presente lei.

5 — O Governo fica obrigado a apresentar à Assembleia da República, de três em três anos e com início em 2001, um relatório circunstanciado sobre o estado do património cultural em Portugal.

Artigo 114.º

Normas revogatórias e inaplicabilidade

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são revogadas as Leis n.ºs 2032, de 11 de Junho de 1949, e 13/85, de 6 de Julho, bem como todas as disposições de leis gerais da República que contrariem o disposto na presente lei.

2 — São revogados a alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º e os artigos 21.º a 30.º do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, bem como os artigos 6.º e 46.º-A deste mesmo diploma, na redacção que lhes foi dada pela Lei n.º 14/94, de 11 de Maio.

3 — O disposto no Decreto n.º 14 881, de 13 de Janeiro de 1928, no Decreto-Lei n.º 48 547, de 27 de Agosto de 1968, e no Decreto Regulamentar n.º 90/84, de 26 de Dezembro, que de algum modo interfira com bens imóveis classificados ou em vias de o ser, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, fica para todos os efeitos condicionado à presente lei e à legislação específica existente.

4 — Mantém-se em vigor a Lei n.º 19/2000, de 10 de Agosto.

Artigo 115.º

Entrada em vigor

1 — Em tudo o que não necessite de desenvolvimento, esta lei entra em vigor 60 dias após a respectiva publicação.

2 — As demais disposições entram em vigor com os respectivos diplomas de desenvolvimento ou com a legislação de que se mostrem carecidas.

Aprovada em 17 de Julho de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 22 de Agosto de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 30 de Agosto de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Decreto-Lei n.º 244/2001

de 8 de Setembro

Os programas de iniciativa comunitária LEADER — Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural — têm assumido um papel fundamental na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento rural.

O Regulamento (CE) n.º 1260/99, de 21 de Junho, que estabelece as disposições gerais sobre os fundos estruturais, veio prever na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º a criação da iniciativa comunitária no domínio do desenvolvimento rural LEADER+, co-financiada comunitariamente pelo FEOGA — Secção Orientação.

Esta iniciativa em interligação e complementaridade com os restantes instrumentos de política contribui para a concretização do objectivo geral de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social.

Com o presente diploma pretende-se estabelecer o quadro legal de referência da iniciativa comunitária de desenvolvimento rural LEADER+, para o período de 2000-2006, sem prejuízo das matérias já reguladas pelo Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, que define, nomeadamente, a estrutura orgânica responsável pela gestão, acompanhamento, avaliação e controlo das intervenções estruturais de iniciativa comunitária.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito

O presente diploma estabelece as regras gerais de aplicação da intervenção estrutural de iniciativa comunitária de desenvolvimento rural LEADER+, adiante abreviadamente designado por Programa LEADER+, para o período de 2000-2006.

Artigo 2.º

Objectivos

O Programa LEADER+ visa incentivar a aplicação de estratégias de desenvolvimento sustentável, originais, integradas e de qualidade, cujo objecto seja a experimentação de novas formas de valorização do património natural e cultural, o reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho, e a melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades.

Artigo 3.º

Vectores

O Programa LEADER+ desenvolve-se através dos seguintes vectores:

- a) Vector 1: estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto;
- b) Vector 2: apoio à cooperação entre territórios rurais;
- c) Vector 3: colocação em rede do conjunto de territórios rurais da comunidade europeia, bem como de todos os agentes do desenvolvimento rural.